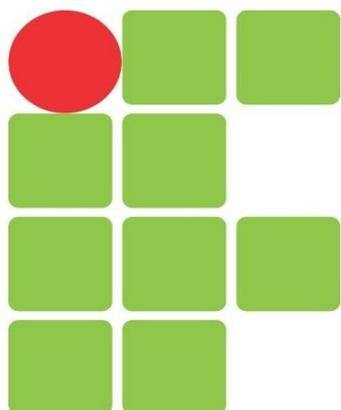


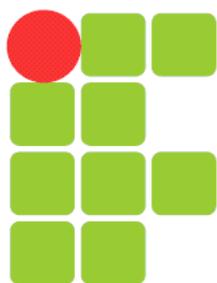
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



INSTITUTO FEDERAL
AMAPÁ

PDI

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL



**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
AMAPÁ**

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Maió/2012

PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Dilma Roussef

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Aloizio Mercadante

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Marco Antônio de Oliveira

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ**CONSELHO SUPERIOR**

Emanuel Alves de Moura

Presidente

COLÉGIO DE DIRIGENTES

Emanuel Alves de Moura

Presidente

Ângela Irene Farias de Araújo Utzig

Ariosto Tavares Silva

Elícia Thanés Silva Sodré de França

Klenilmar Lopes Dias

Klessis Lopes Dias

Marialva do Socorro Ramalho de Oliveira de Almeida

Mário Rodrigues da Silva

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ**REITORIA**

Emanuel Alves de Moura

Reitor Pró-Tempore

Ariosto Tavares Silva

Pró-Reitoria de Administração - Pró Tempore

Elícia Thanes Silva Sodré de França

Pró-Reitora de Ensino – Pró Tempore

Klessis Lopes Dias

Pró-Reitora de Pesquisa e Inovação - Pró Tempore

Marialva do Socorro Ramalho de Oliveira de Almeida

Pró-Reitoria de Extensão - Pró Tempore

Mário Rodrigues da Silva

Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional - Pró Tempore

CÂMPUS

Ângela Irene Farias de Araújo Utzig

Diretora Geral Câmpus Laranjal do Jarí - Pró-Tempore

Klenilmar Lopes Dias

Diretor Geral Câmpus Macapá - Pró-Tempore

Comissão Responsável pela Elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional
PDI:

COORDENADOR GERAL

Mário Rodrigues da Silva

COMISSÃO CENTRAL

Anderson Brasiliense de Oliveira Brito
Ângela Irene Farias de Araújo Utzig
Carlos Melo Junior
Elicia Thanés Silva Sodré de França
Harim Revor do de Macêdo
Klenilmar Lopes Dias
Marcos Venâncio Silva Assun o
Marialva do Socorro Ramalho de Oliveira de Almeida
Marlon de Oliveira do Nascimento
Rose Meire Revor do Macêdo

COLABORADORES:

Reitoria

Ariosto Tavares Silva
Lena Marialva Marinho dos Reis
Maria de Nazaré Ramalho de Oliveira Amorim
Maria do Carmo Pereira da Silva
Max Ferreira Barbosa
Selma Gomes da Silva
Suely Leitão da concei o Luz

Câmpus Macapá

Adriana Barbosa Ribeiro
Gilceli Chagas Moura
Isabella de Abreu Carvalho
Maria Gleiciane Medeiros de Lima
Natalina do Socorro Sousa Martins Paixão
Pedro Clei Sanches Macedo

Câmpus Laranjal do Jari

André Luiz Zanella
Clayton Jordan Espíndola do Nascimento
Elizabeth Riberio da Rocha
Hanna Patrícia da Silva Bezerra
Maria Ant nia Ferreira Andrade
Marianise Paranhos Pereira Nazário
Mariana de Moura Nunes
Odília Ferreira Cozzi

Raimunda Conceição Rosa Pedrosa
Zigundo Antônio de Paula

COMISSÃO DE REVISÃO

Marialva do Socorro Ramalho de Oliveira de Almeida
(Coordenadora)

André Luiz Zanella
Ângela Irene Farias de Araújo Utzig
Mário Rodrigues da Silva
Marlon de Oliveira do Nascimento

SUMÁRIO

1 - PERFIL INSTITUCIONAL.....	9
1.1 - MISSÃO INSTITUCIONAL.....	9
1.2 - VISÃO DE FUTURO	9
1.3 - PRINCÍPIOS NORTEADORES.....	9
1.4 - HISTÓRICO DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO	10
1.5 - FINALIDADES E CARACTERÍSTICAS.....	12
1.6 - OBJETIVOS INSTITUCIONAIS DO INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ.....	12
1.6.1 – Objetivos Estratégicos da Instituição.....	13
1.7 - METAS	14
1.7.1 - Metas Institucionais	14
1.7.2 – Metas Estratégicas.....	26
1.8 - ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA.....	32
2 - PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL.....	34
2.1 - INSERÇÃO REGIONAL	34
2.2 - CONTEXTO GEOGRÁFICO	35
2.2.1 - Evolução histórico-geográfica e política do Amapá.....	36
2.3 - CARACTERÍSTICAS SÓCIO-POLÍTICO-ECONÔMICAS DA REGIÃO.....	36
2.3.1 - Integração regional.....	38
2.4 - CONTEXTO HISTÓRICO E CULTURAL.....	39
2.5 - PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TEÓRICOS METODOLÓGICOS GERAIS QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DO INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ.....	42
2.5.1 - Currículo, ensino e aprendizagem.....	45
2.6 - POLÍTICAS DE EXTENSÃO.....	48
2.6.1 - Dimensões da extensão	50
2.6.2 - Diretrizes da extensão.....	51
2.7 - RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO.....	51
2.7.1 - A Educação Inclusiva no Instituto Federal do Amapá.....	52
2.7.1.1 - Breve Histórico.....	52
2.7.1.2 - A Educação Inclusiva no Contexto Legal.....	54
2.7.1.3 - A Educação Inclusiva no Instituto Federal do Amapá.....	55
2.8 - POLÍTICAS DE ENSINO.....	59
2.8.1 - Educação Profissional Técnica de Nível Médio.....	61
2.8.2 - Educação Superior.....	62
2.8.3 - Educação à Distância	62
2.8.4 - PROEJA	64
2.9 - POLÍTICAS DE PESQUISA	65
2.9.1 - Princípios gerais para a pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica.....	66
2.9.2 - Diretrizes para a pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica.....	67
2.9.3 - Programa de Formação Inicial e Continuada de trabalhadores.....	68
3 - IMPLEMENTAÇÃO INSTITUCIONAL E ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA.....	69
3.1 - PROGRAMAÇÃO PARA ABERTURA DE CURSOS.....	69
3.2 - PLANO PARA ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS.....	82
3.2.1 - Perfil de egresso: concepção de formação profissional.....	82
3.2.2 - Princípios e abordagem metodológica	83
3.2.3 - Seleção e concepção dos conteúdos.....	85
3.2.3.1 - Integração entre teoria e prática	87
3.2.4 - Processo de Avaliação.....	88

3.2.4.1 - Processo de Avaliação no Ensino Superior.....	89
3.2.4.2 - Processo de Avaliação nos Cursos Técnicos Integrados e Subsequentes	90
3.2.5 - Atividade Prática Profissional e Atividades Complementares e de Estágio.....	92
3.3 - INOVAÇÕES SIGNIFICATIVAS QUANTO À FLEXIBILIDADE DOS COMPONENTES CURRICULARES.....	94
3.4 - OPORTUNIDADES DIFERENCIADAS DE INTEGRALIZAÇÃO DOS CURSOS	94
3.5 - AVANÇOS TECNOLÓGICOS.....	94
4 - CORPO DOCENTE.....	94
4.1 - REQUISITO DE TITULAÇÃO.....	94
4.2 - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO.....	95
4.3 - POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO, PLANO DE CARREIRA E REGIME DE TRABALHO.....	95
4.3.1 - Política de Qualificação.....	95
4.3.2 - Plano de Carreira.....	95
4.3.3 - Regime de trabalho.....	96
4.3.4 - Acompanhamento do Desenvolvimento do Servidor na Carreira.....	96
4.3.4.1 - Estágio Probatório.....	96
4.3.4.2 - Avaliação de Desempenho e Progressão Funcional.....	96
4.4 - PROCEDIMENTOS PARA SUBSTITUIÇÃO EVENTUAL E DEFINITIVA DE DOCENTES.....	97
4.5 - SELEÇÃO E ADMISSÃO, VIA CONCURSO PÚBLICO, PARA O PROVIMENTO DO CORPO DOCENTE CONSIDERANDO O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDI.....	97
5 - CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	97
5.1 - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E ADMISSÃO.....	97
5.2 - PLANO DE CARREIRA, REGIME DE TRABALHO E POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO.....	98
6 - CORPO DISCENTE.....	98
6.1 - FORMAS DE ACESSO.....	98
6.2 - ACESSIBILIDADE DO ALUNO A DADOS INSTITUCIONAIS ON LINE.....	101
6.3 - PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO.....	101
6.3.1 - Programas.....	102
6.3.2 - Bolsas.....	103
6.4 - ESTÍMULOS À PERMANÊNCIA	104
6.4.1 - Programas de nivelamento, atendimento psicopedagógico.....	104
6.5 - ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL	106
6.6 - PERMANÊNCIA E SAÍDA EXITOSAS DO ALUNO E ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS.....	107
6.6.1 - Estímulos à permanência e saídas exitosas.....	107
6.6.2 - Acompanhamento dos egressos.....	107
7 - ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	108
7.1 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE DECISÃO.....	108
7.2 - AUTONOMIA DO IFAP.....	109
8 - AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	110
8.1 - METODOLOGIA, DIMENSÕES E INSTRUMENTOS A SEREM UTILIZADOS NO PROCESSO DE AUTO AVALIAÇÃO.....	110
8.2 - FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA, TÉCNICA E ADMINISTRATIVA, ATUAÇÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA	112
8.3 - FORMAS DE UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES	113
9 – INFRAESTRUTURA.....	114

9.1.1 Reitoria (projetos em fase de elaboração).....	114
9.1.2 CÂMPUS MACAPÁ	114
9.1.3 CÂMPUS LARANJAL DO JARI	133
9.2 INFRAESTRUTURA – EQUIPAMENTOS , MOBILIÁRIO E TÍTULO (Biblioteca)	142
9.2.1 REITORIA (projeto em fase de elaboração).....	142
9.2.2 CÂMPUS MACAPÁ (em fase de elaboração) (só consta informação da Biblioteca).....	142
9.2.3 CÂMPUS LARANJAL DO JARI.....	144
10 - DEMONSTRATIVOS DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	175

1 - PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 - MISSÃO INSTITUCIONAL

“Oferecer de forma gratuita ensino, pesquisa e extensão no âmbito da educação profissional superior e pós-graduação preparando pessoas para o trabalho e para o exercício da cidadania.”

1.2 - VISÃO DE FUTURO

“Consolidar-se como centro de excelência na educação profissional e tecnológica formando pessoas para o mundo do trabalho globalizado.”

1.3 - PRINCÍPIOS NORTEADORES

O Instituto Federal do Amapá, em sua atuação, observa os seguintes princípios norteadores:

- I. Compromisso com a inclusão e justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, em especial o amazônico, transparência e gestão democrática;
- II. Verticalização e indissociabilidade do ensino, pesquisa e a extensão nos diversos níveis e modalidades de ensino de atuação do Instituto Federal do Amapá;
- III. Eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;
- IV. Inclusão de indígenas, quilombolas e pessoas com deficiências e necessidades educacionais especiais;
- V. Natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União;
- VI. Respeito ao pluralismo de ideias e liberdade de expressão;
- VII. Excelência acadêmica;
- VIII. Adequar e flexibilizar métodos, critérios e procedimentos acadêmicos as especificidades locais dos Câmpus.

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III. Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de

instituições públicas e privadas de ensino;

IV. Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V. Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;

VI. Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII. Garantia de padrão de qualidade;

VIII. Piso salarial nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

1.4 - HISTÓRICO DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP – oriundo da antiga Escola Técnica Federal do Amapá, instituída pela Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007. Foi criado como entidade de natureza autárquica, vinculada ao Ministério da Educação, nos termos da Lei nº 3552, de 16.02.1959. Em 29 de dezembro de 2008, a Lei nº 11.892 *transforma* a ETFAP em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP, vinculado ao Ministério da Educação, com natureza jurídica de autarquia, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. E, através da Portaria MEC 021/2009 de 07 de janeiro de 2009, é nomeado o professor EMANUEL ALVES DE MOURA, como Reitor Pró-Tempore desta autarquia.

O Instituto Federal do Amapá é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multi Campi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão da instituição e dos cursos de educação superior, é equiparado às Universidades Federais.

O Instituto Federal do Amapá, com sua estrutura descentralizada pluricurricular e *multi Campi*, tem os seguintes domicílios:

- a) Reitoria;
- b) *Câmpus* Macapá;
- c) *Câmpus* Laranjal do Jarí.
- d) *Câmpus* Santana

e) Câmpus Porto Grande

O Instituto Federal do Amapá possui limite de atuação territorial para criar e extinguir cursos, bem como para registrar diplomas dos cursos por ele oferecidos, circunscrito ao estado do Amapá, aplicando-se, no caso da oferta de ensino à distância, legislação específica. É regido pelos atos normativos, pela legislação federal e pelos seguintes instrumentos normativos:

- I. Estatuto;
- II. Regimento Geral;
- III. Regimento das Pró-Reitorias , das Diretorias Sistêmicas e dos Câmpus;
- IV. Resoluções do Conselho Superior; e
- V. Atos da Reitoria.

De acordo com o Plano de Metas traçado até 2022, Instituto Federal do Amapá, no seu primeiro ano de atuação, a partir do segundo semestre de 2010, iniciará suas atividades Pedagógicas, oferecendo cursos Técnicos de Nível Médio na forma Subsequente, assim identificados: *Câmpus* Laranjal do Jari com Técnico em Secretariado; Técnico em Informática e Técnico em Secretaria Escolar e no *Câmpus* Macapá, na mesma modalidade, serão oferecidos os Cursos Técnicos em Informática e Edificações. A partir de 2011, obedecendo ao processo de instalação e implantação do Instituto Federal do Amapá, serão oferecidos os demais cursos nas modalidades Integradas, Proeja, Curso Superior de Tecnologia, Licenciaturas, Pós-Graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu* e Formação Inicial e Continuada – FIC.

A previsão para a oferta de vaga por curso em razão da capacidade instalada para os *Câmpus* Macapá (3600 vagas) e Laranjal do Jari (1200 vagas) será em 2014. Em observância aos princípios da qualidade de seus serviços, o Instituto Federal do Amapá desenvolverá um moderno modelo de gestão por meio de um sistema avançado de comunicação que oportunizará e otimizará a participação de todos os que o integram - corpo docente, discente, técnico-administrativo, bem como de toda a sociedade amapaense. Nessa perspectiva, é coerente se afirmar que será uma instituição dinâmica, em constante sintonia com os diversos setores do processo socioeconômico, promovendo a atualização sistemática dos servidores e do currículo, modernizando continuamente a sua estrutura física e organizacional, incentivando a realização da pesquisa científica e tecnológica e, principalmente garantindo o atendimento à diversidade de sua clientela.

1.5 - FINALIDADES E CARACTERÍSTICAS

- Ofertar educação básica, profissional e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas às demandas sociais e características regionais;
- Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e à educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação científica;
- Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta de capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das diversas áreas de conhecimento das redes públicas de ensino;
- Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

1.6 - OBJETIVOS INSTITUCIONAIS DO INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ

- I. Ministrando educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o

público da educação de jovens e adultos;

II. Ministrando cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III. Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV. Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V. Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI. Ministrando em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

1.6.1 – Objetivos Estratégicos da Instituição

I. Implantar o Instituto Federal do Amapá de acordo com a Lei 11.892/2008, de 29 de dezembro de 2008.

II. Estruturar o Instituto Federal do Amapá através da contratação de pessoal mediante a realização de concursos de provimento de cargos docentes e técnico-

administrativos.

III. Implementar a estrutura administrativa e acadêmica, orçamentária e financeira mediante a implantação do sistema SIGA-EPCT (SIGA-EDU e SIGA-ADM);

IV. Desenvolver políticas de qualificação e capacitação de recursos humanos do Instituto Federal do Amapá;

V. Implantar Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas, integrantes do Programa TEC NEP, garantindo o acesso de pessoas com necessidades educacionais específicas aos cursos de Qualificação Profissional: Formação Inicial e Continuada, Educação Profissional Técnica, Educação Superior e Pós-Graduação, conforme Lei nº 10.098/2000 e demais legislações em vigor.

VI. Desenvolver o planejamento estratégico de gestão em conjunto com os Câmpus e Pró-Reitorias visando o atingimento das metas preconizadas no Acordo de Metas e Compromisso firmado entre o Ministério da Educação e o Instituto Federal do Amapá.

1.7 - METAS

1.7.1 - Metas Institucionais

Para a execução de seus objetivos estratégicos o Instituto Federal do Amapá apresenta o seu Plano de Estruturação expresso por meio do Acordo de Metas e Compromissos firmado entre o Ministério da Educação e o Instituto Federal do Amapá no ano de 2010, que se traduz através do Plano de Metas, integrantes deste instrumento a serem atingidos em curto prazo, até o ano de 2013 e projeção de manutenção nos anos seguintes, tomando como marco de médio prazo o ano de 2016 e de longo prazo o ano de 2022.

Objetivo I - Ministrando educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

Com base nos dispositivos do art. 8º da lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o Instituto Federal do Amapá, no desenvolvimento da sua ação acadêmica, deverá garantir o mínimo de 50 % (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no Inciso I do caput do art. 7º desta Lei:

Descrição da Meta	Execução das Metas									
	2010		2011		2012		2013		2014	
	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem
a) Técnico Integrado:										
- Câmpus Macapá			320		240		360		420	
- Câmpus Laranjal do Jari			200		200		200		200	
b) Subsequente:										
- Câmpus Macapá		140		160	160		200		200	
- Câmpus Laranjal do Jari		280		120		120		120		120
c) Integrado PROEJA										
- Câmpus Macapá						80		160		160
- Câmpus Laranjal do Jari							40		40	40

Descrição da Meta	Execução das Metas											
	2015		2016		2017		2018		2019		2020	
	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	2ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem
Oferta de vagas por cursos de Educação Profissional												
a) Técnico Integrado:												
- Câmpus Macapá	420		420		420		420		420		420	
- Câmpus Laranjal do Jari	240		240		240		240		240		240	
b) Subsequente:												
- Câmpus Macapá	200		200		160		160		160		120	
- Câmpus Laranjal do Jari		160		160		160		160		160		120
c) Integrado PROEJA												
- Câmpus Macapá	160		160		120		120		120		120	
- Câmpus Laranjal do Jari												

Objetivo II - Ministrando cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores,

b) Realização Proeja FIC											
- Câmpus Macapá											
- Câmpus Laranjal do Jari											
c) Realização cursos de certificação CERTIFIC.											
- Câmpus Macapá											
- Câmpus Laranjal do Jari											

Objetivo III - Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

Descrição da Meta	Execução das Metas									
	2010		2011		2012		2013		2014	
	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem
a) Oferta de bolsas de pesquisa para discentes										
a) Oferta de bolsas de pesquisa para discentes						25	15		15	
b) Oferta de bolsas de pesquisa para pesquisadores.						4	2	3	4	
c) Publicação científicas do Instituto Federal do Amapá (Revista Científica, Edital de Publicação de Livros, Edital de Publicação de Trabalhos Discentes).					05	15	10	15	20	20
d) Implantação e implementação de Núcleos de Inovação Tecnológica - NIT						1	2			
e) Elaboração de projetos de parcerias visando a implantação de Incubadoras								1		1
f) Implantação e implementação de Projetos de Cooperação Binacional França/Brasil (Amapá) para alunos, professores e técnicos									1	
g) Realização de estudos de demanda para oferta de cursos do Instituto Federal do Amapá.		1		1		1		1		

implementação dos currículos propostos nas modalidades de ensino ofertadas													
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Objetivo IV - Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

Descrição dos Objetivos e Metas	Execução das Metas									
	2010		2011		2012		2013		2014	
	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem
Objetivo específico: Realizar convênios institucionais e empresariais, nacionais e internacionais.										
Meta: Estabelecimento de parcerias com empresas, ONG' e governos.			1		1		1		1	
Objetivo específico: Viabilizar projetos de ação social.										
Meta: Realização de ação de cunho social.					2		1		1	
Objetivo específico: Viabilizar a realização de atividades de extensão (cursos, palestras, eventos, programas e projetos).										
Meta: Elaboração e realização em conjunto com os Câmpus de atividades de extensão.			1	2	2	2	2	2	2	2
Objetivo específico: Coordenar e intermediar as atividades de estágio.										
Meta: Elaboração de programas de estágio junto com os Câmpus.			1	1	1	1	1	1	1	1
Objetivo específico: Oferecer assessoria nas áreas técnicas e tecnologia ligadas à informática, meio ambiente, infraestrutura e gestão.										
Meta: Realização de					6		12		12	

realização de atividades de extensão em conjunto com os Câmpus.												
Objetivo específico: Coordenar e intermediar as atividades de estágio.												
Meta: Elaboração de programas de estágio junto com os Câmpus.												
Objetivo específico: Oferecer assessoria nas áreas técnicas e tecnologia ligadas à informática, meio ambiente, infraestrutura e gestão.												
Meta: Realização de assessorias nas áreas técnicas e tecnológica	12		12		12		12		12		12	
Objetivo específico: Realizar pesquisa dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais através do Observatório do Mundo do Trabalho e da EPCT, atendendo os municípios do Laranjal do Jarí, Macapá, Porto Grande, Santana e Oiapoque.												
Meta: Realização de pesquisas acerca dos arranjos produtivos locais.	1		1		1		1		1		1	
Objetivo específico: Coordenar e intermediar as atividades de estágio												
Meta: Elaboração de programas de estágio junto com os Câmpus.												

Objetivo V - Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Descrição da Meta	Execução das Metas									
	2010		2011		2012		2013		2014	
	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem
Meta: Elaboração de projeto e programa de						1		1		

extensão que possam obter e transferir tecnologia										
Meta: Implantação de programas de bolsas institucionais e disponibilização de recursos orçamentários para desenvolvimento de projetos de extensão.				1		1				
Meta: Disponibilizar bolsas de Auxílio-Transporte*	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%
Meta: Disponibilizar bolsa Auxílio-Alimentação*	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%
Meta: Disponibilizar bolsa Formação Profissional*	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
Meta: Elaboração de programas de estágio junto com os Câmpus.		1	1	1	1	1	1	1	1	1
Meta: Definição das políticas de acompanhamento de egressos.		1								
Meta: Produção e distribuição de informativos segmentados no desenvolvimento de programas, projetos e atividades voltadas			1		1		1			

do Jari										
---------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Descrição da Meta	Execução das Metas									
	2015		2016		2017		2018		2019	
	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem
a) Oferta de cursos de Licenciaturas:										
- Câmpus Macapá	320		302		302		240		240	
- Câmpus Laranjal do Jari	40		40		40		40		40	
b) Oferta de cursos Superiores Tecnológicos:										
- Câmpus Macapá	160		160		120		120		120	
- Câmpus Laranjal do Jari	80		80		80		80		80	
c) Oferta de cursos de pós-graduação <i>Lato Sensu</i> – Especialização:										
- Câmpus Macapá	30									
- Câmpus Laranjal do Jari										
d) Oferta de cursos de pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> – Mestrado:										
- Câmpus Macapá			15							
- Câmpus Laranjal do Jari										

Objetivo VII - Desenvolver o planejamento estratégico de gestão em conjunto com os Câmpus e Pró-Reitorias visando o atingimento das metas preconizadas no Acordo de Metas e Compromisso firmado entre o Ministério da Educação e o Instituto Federal do Amapá.

- Índice de eficiência da Instituição:

Alcance da meta mínima de 90% de eficiência da Instituição no ano de 2016, com meta intermediária de no mínimo 75% no ano de 2013, medida semestralmente, definindo-se aqui que, o índice de eficiência da Instituição será calculado pela média aritmética da eficiência de cada turma, medida pela relação entre o número de alunos regularmente matriculados e o número total de vagas de cada turma, sendo que este total de vagas é resultado da multiplicação das vagas ofertadas no processo seletivo pelo número de períodos letivos para cada uma dessas turmas;

- Índice de eficácia da Instituição:

Alcance da meta mínima de 80% de eficácia da Instituição no ano de 2016, com meta intermediária de no mínimo 70% no ano de 2013, medida semestralmente, definindo-se aqui que, o índice de eficácia da Instituição será calculado pela média aritmética da eficácia de cada turma, medida pela relação entre o número de alunos concluintes e o número de vagas ofertadas no processo seletivo para cada uma dessas turmas.

- Alunos matriculados em relação à força de trabalho:

Alcance da relação de 20 alunos regularmente matriculados nos cursos presenciais por professor considerando-se, para efeito do Termo de Acordo de Metas e Compromissos, os alunos dos cursos técnicos de nível médio (integrado, concomitante e subsequente), PROEJA, cursos de graduação (CST, licenciatura, bacharelado), de pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*) e de Formação Inicial e Continuada, em relação a todo quadro de professores ativos na Instituição.

Para o cálculo desta relação, cada professor DE ou de 40 horas será contado como 01(um) professor e cada professor de 20 horas será contado como meio;

O número de alunos dos cursos de Formação Inicial e Continuada será corrigido pela multiplicação da carga horária semestral do curso, dividido por 400 horas

1.7.2 – Metas Estratégicas

Objetivo I - Implantar o Instituto Federal do Amapá de acordo com a Lei 11.892/2008, de 29 de dezembro de 2008.

Descrição das Metas	Execução das Metas																							
	2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		2020	
	1ºsem	2ºse	1ºse	2ºse	1ºse	2ºse	1ºsem	2ºse	1ºse	2ºse	1ºse	2ºsem	1ºse	2ºse	1ºse	2ºsem								
a) Construção e implantação do Instituto Federal do Amapá:																								
- Câmpus Macapá																								
- Câmpus Laranjal do Jari																								
- Reitoria																								
- Câmpus Santana																								
- Câmpus Porto Grande																								

-  Construção 1ª etapa
-  Término 1ª etapa e Inauguração
-  Construção 2ª etapa
-  Previsão conclusão da obra e inauguração fase final

■ Previsão início da obra

Objetivo II - Estruturar o Instituto Federal do Amapá através da contratação de pessoal mediante a realização de concursos de provimento de cargos docentes e técnico-administrativos.

CRONOGRAMA CONCURSO DOCENTE E TECNICO ADMINISTRATIVO 2009/2020

Unidade Setorial	2010	2013	2015	2017	2019
Reitoria	1	1	1	1	1
Campus Macapá	1	1	1	1	1
Campus Laranjal do Jari	1	1	1	1	1

CRONOGRAMA DE ADMISSÃO DE TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS PARA O IFAP

a – Reitoria

Cargo	Classe Inicial	2010	2011	2012	2013	2015	2017	2019
Administrador	Nível de Classificação E, Nível de Capacitação I, Padrão de Vencimento I	3	2	////////	////////	1	////////	////////
Economista		////////	2	////////	////////	////////	////////	////////
Contador		2	////////	////////	////////	1	////////	////////
Jornalista		////////	1	////////	////////	////////	////////	////////
Assistente Social		////////	////////	////////	////////	////////	////////	////////
Psicólogo		////////	////////	////////	////////	////////	////////	////////
Analista de Tecnologia da Informação		1	////////	////////	1	////////	1	////////
Engenheiro Civil		1	////////	////////	////////	1	////////	////////
Médico		////////	////////	////////	////////	////////	////////	////////
Assistente em Administração	Nível de Classificação D, Nível de Capacitação I, Padrão de Vencimento I	9	11	////////	2	2	2	2
Técnico em Tecnologia da Informação		2	1	////////	////////	////////	1	////////
Técnico em Contabilidade		2	1	1	////////	1	////////	////////
Técnico em Audio Visual		1	2	////////	////////	////////	////////	////////

b – Campus Macapá

Cargo	Classe Inicial	2010	2011	2012	2013	2015	2017	2019
Administrador		1	////////	////////	1	1	////////	////////
Economista		////////	1	////////	////////	////////	////////	////////
Contador		////////	////////	1	////////	////////	////////	////////
Jornalista		////////	1	1	////////	////////	////////	////////

Pedagogo	Nível de Classificação E, Nível de Capacitação I, Padrão de Vencimento I	2	2	1	1	1	1	1
Assistente Social		1	///////	1	///////	1	///////	1
Psicólogo		1	///////	1	///////	1	///////	1
Analista de Tecnologia da Informação		1	///////	1	///////	///////	///////	1
Engenheiro Civil		///////	///////	///////	1	///////	///////	///////
Médico		1	///////	1	///////	///////	1	///////
Técnico em Assuntos Educacionais		3	1	1	///////	1	///////	1
Bibliotecário		1	///////	1	1	///////	///////	///////
Assistente em Administração	Nível de Classificação D, Nível de Capacitação I, Padrão de Vencimento I	3	12	///////	2	2	2	2
Técnico em Tecnologia da Informação		1	1	///////	1	///////	///////	///////
Técnico em Contabilidade		///////	///////	///////	1	///////	///////	1
Técnico em Audio Visual		///////	///////	2	///////	///////	///////	///////
Técnico em Laboratório		3	2	///////	1	1	1	///////
Técnico em Enfermagem		1	///////	1	1	///////	///////	///////
Assistente de Alunos	Nível de Classificação C, Nível de Capacitação I, Padrão de Vencimento I	3	4		2	2	2	

c – Campus Laranjal do Jari

Cargo	Classe Inicial	2010	2011	2012	2013	2015	2017	2019
Administrador	Nível de Classificação E, Nível de Capacitação I, Padrão de Vencimento I	1	///////	///////	1	///////	///////	///////
Economista		///////	///////	///////	///////	///////	///////	///////
Contador		1	///////	///////	///////	///////	///////	///////
Jornalista		///////	1	///////	///////	///////	///////	///////
Pedagogo		2	1	1	1	1	1	1
Assistente Social		1	1	///////	///////	///////	///////	///////
Psicólogo		1	1	///////	///////	///////	///////	///////
Analista de Tecnologia da Informação		///////	1	///////	///////	1	///////	///////
Engenheiro Civil		///////	///////	///////	///////	///////	///////	///////
Médico		1	///////	///////	1	///////	///////	///////
Técnico em Assuntos Educacionais		2	///////	1	///////	1	///////	1
Bibliotecário		1	///////	1	1	///////	///////	///////
Assistente em Administração		Nível de Classificação D, Nível de Capacitação I, Padrão de Vencimento I	4	6	///////	1	1	1
Técnico em Tecnologia da Informação	///////		1	///////	1	///////	1	///////
Técnico em Contabilidade	1		///////	///////	///////	///////	///////	///////
Técnico em Audio Visual	///////		///////	///////	1	///////	///////	///////
Técnico em Laboratório	2		///////	///////	1	1	1	///////
Técnico em Enfermagem	1		1	///////	///////	///////	///////	///////
Assistente de Alunos	Nível de Classificação C, Nível de Capacitação I, Padrão de Vencimento I	2	3	///////	1	1	1	///////

CRONOGRAMA DE ADMISSÃO DE DOCENTES PARA O IFAP

a – Câmpus Macapá (em fase de elaboração)

Cargo	Classe Inicial	2010	2011	2012	2013	2015	2017	2019
Língua Portuguesa	Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, em regime de 40 (quarenta horas semanais, Classe D I, Nível I)							
Língua Estrangeira Inglês								
Língua Estrangeira Francês								
Matemática								
Física								
Química								
Biologia								
História								
Geografia								
Educação Física								
Educação Artística								
Filosofia								
Sociologia								
Engenheiro Civil								
Informática								
Gestão								
Gestão Ambiental								
Mineração								
Química								
Educação								

b – Câmpus Laranjal do Jari (em fase de elaboração)

Cargo	Classe Inicial	2010	2011	2012	2013	2015	2017	2019
Língua Portuguesa	Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, em regime de 40 (quarenta horas semanais, Classe D I, Nível I)							
Língua Estrangeira Inglês								
Língua Estrangeira Francês								
Matemática								
Física								
Química								
Biologia								
História								
Geografia								
Educação Física								
Educação Artística								
Filosofia								
Sociologia								

Diretoria Administrativa																								
Diretoria Ensino																								

* Em fase de elaboração

Objetivo X – Implantar Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Específica, integrantes do Programa TEC NEP, garantindo o acesso de pessoas portadoras de necessidade educacionais específicas aos cursos de Qualificação Profissional: Formação Inicial e Continuada, Educação Profissional Técnica, Educação Superior e Pós-Graduação, conforme Lei nº 10.098/2000 e demais legislações em vigor.

Descrição das Metas	Execução das Metas/Turma																										
	2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		2020				
	1ºs em	2ºs em	1ºs em	2ºs em	1ºs em	2ºs em	1ºs em	2ºs em	1ºs em	2ºs em	1ºs em	2ºs em	1ºs em	2ºs em	1ºs em	2ºs em	1ºs em	2ºs em	1ºs em	2ºs em	1ºs em	2ºs em	1ºs em	2ºs em	1ºs em	2ºs em	
Implantar Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Específica, integrantes do Programa TEC NEP																											
Câmpus Macapá					1																						
Câmpus Laranjal do Jari					1																						
Câmpus Porto Grande*																											
Câmpus Santana *																											
Outras Ações																											

* Câmpus a serem implantados

1.8 - ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

O Instituto Federal do Amapá, com base a nova denominação de educação profissional e tecnológica apresentada pela Lei 11741/2008, alterando o art. 39 da 9.394/96, integrará os cursos em conformidade com os diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, ciência e da tecnologia.

Atendendo os dispositivos desse parágrafo 1º e com base no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, o Instituto Federal do Amapá definiu os seguintes eixos tecnológicos:

1. Gestão e Negócios
2. Informação e Comunicação
3. Infraestrutura

4. Ambiente
5. Recursos Naturais
6. Controle e Processos Industriais
7. Produção Alimentícia
8. Apoio Educacional

Os cursos de Educação Profissional e Tecnológica e os de Formação Inicial e Continuada foram organizados por eixo tecnológico, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos. Os eixos agrupam os cursos oferecidos pelo Instituto Federal do Amapá, obedecendo as suas características científicas e tecnológicas.

Dentro dessa concepção, a diversidade dos eixos tecnológicos possibilitam ao educando a construção de um leque de alternativas de formação e a verticalização do ensino nos diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino.

A educação profissional e tecnológica oferecida pelo IFAP abrangerá os seguintes cursos:

- I. Formação Inicial e Continuada (FIC) ou Qualificação Profissional.

Para efeito de sua execução, os cursos do FIC serão oferecidos à comunidade ficando condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade.

- II. Educação Profissional Técnica de nível médio.

A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas:

a) Articulada com o ensino médio, na forma integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno;

b) Subsequente, oferecida para quem já tenha concluído o ensino médio;

c) PROEJA – educação de jovens e adultos destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade no ensino médio na idade própria.

- III. A Educação Profissional Tecnológica de Graduação e Pós-Graduação será desenvolvida nas seguintes formas:

- i. Cursos de Graduação: Tecnológica e Licenciatura;

- ii. Cursos de Pós-Graduação: *Lato Sensu* (Aperfeiçoamento e Especialização) e *Stricto Sensu* (Mestrado).

2 - PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

2.1 - INSERÇÃO REGIONAL

No plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, o estado do Amapá apresenta dois municípios de suma importância no contexto do desenvolvimento da região: Macapá por ser a capital e possuir a maior concentração demográfica do Estado, 59,5%, cerca de 397.913 habitantes, dispõe de toda infraestrutura necessária à implantação do Instituto, e o município de Laranjal do Jari, o terceiro em concentração populacional, com 39.805 habitantes, integra a região do Vale do Jari, formada com o município de Vitória do Jari (12.445 hab.). Por outro lado, a sede do município de Laranjal do Jari faz fronteira com o município de Almeirim-PA (33.665 hab.), tendo como divisa o rio Jari, qualificado-a como cidade gêmea com Monte Dourado.

Em 2008, o Governo Federal lançou o programa territórios da cidadania, tendo como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Assim, o município do Laranjal do Jari passa a constituir o Território da Cidadania Sul do Amapá, que abrange uma área de 46.787,90 Km² e é composto por 3 municípios: além de Laranjal do Jari compreende Mazagão e Vitória do Jari. A população total do Território Sul é de 62.118 habitantes, dos quais 9.556 vivem na área rural, o que corresponde a 15,38% do total. Possui 680 agricultores familiares, 3.537 famílias assentadas e 2 terras indígenas, formadas pelos povos Waiãpi, Wayana, Apalaí, Katxuyana, Tiriyo. Alguns desses povos encontram-se na divisa com o Estado do Pará. O IDH médio da região é 0,70.

Por esse enfoque, a implantação do Câmpus de Laranjal do Jari poderá atender, não somente a demanda do município onde o Instituto foi implantado, como também a região do Território da Cidadania Sul do Amapá e Monte Dourado/PA.

A Comissão de Implantação do Instituto Federal do Amapá ao propor o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, baseou-se nas demandas oriundas de duas audiências públicas ocorridas na capital do Estado, Macapá, e uma audiência

pública no município de Laranjal do Jari. O resultado das informações das audiências traduziu o perfil dos arranjos produtivos de cada município, assim como dos aspectos socioculturais das regiões em que o Instituto foi implantado.

2.2 - CONTEXTO GEOGRÁFICO

Situado no norte do País, o estado do Amapá tem uma superfície territorial de 142.814,585 Km², ocupados por 668.689 mil habitantes distribuídos em 16 municípios com a densidade demográfica de 4,682 hab./km².

O estado do Amapá possui, na sua totalidade, 16 municípios. Essa superfície territorial corresponde a 1,6% do Brasil e a 3,6% da Região Norte; o Estado faz fronteira com o Pará, o Suriname e a Guiana Francesa. Apesar de ser relativamente pequeno, se comparado com outros Estados da Amazônia, o Amapá concentra uma das maiores diversidades em ambientes naturais, pois pertence a dois grandes domínios geográficos: o amazônico e o oceânico, o que lhe atribui características muito particulares quanto à formação e estruturação de seus ambientes naturais. Pela sua localização privilegiada e estratégica, situa-se na interconexão dos mercados locais e internacionais.

O Amapá exibe 14 milhões de hectares com diversos ecossistemas. A floresta tropical e de várzea, o cerrado, os manguezais e os campos inundáveis, as montanhas e os imensos lagos compõem um cenário que o projeta para o turismo. A biodiversidade cultural é uma realidade, em especial se considerarmos a presença, no seu território, de aproximadamente 5 mil índios.

O Amapá é o estado brasileiro que possui a maior preservação da cobertura vegetal original, que corresponde a 98% de mata preservada, formada por florestas tropicais. Ele é rico em recursos naturais, e sua biodiversidade e localização privilegiada lhe conferem importância estratégicas para futuros investimentos sustentáveis.

A recente ocupação do território do estado do Amapá esteve condicionado a um crescimento demográfico acumulado entre 1960 e 2007 da ordem de 757%, e na última década com um aumento de 4,02% médio ao ano. Este forte crescimento populacional foi impulsionado pela elevação a condição de Estado pela Constituição Federal de 1988, e também com a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana. Isso provocou um processo migratório significativo, agravando ainda mais o quadro desorganizado de urbanização que já vinha ocorrendo, principalmente com a ocupação das áreas de ressaca. O grande crescimento populacional esteve

relacionado com a chegada de um contingente migratório proveniente principalmente dos estados do Pará, Maranhão, Ceará e, recentemente, da região sul do Brasil na sua maioria sem qualificação profissional, vivendo do subemprego e no mercado informal ou com a ocupação de terras favorecidas pelo programa de assentamento do Governo Federal para as zonas urbanas.

2.2.1 - Evolução histórico-geográfica e política do Amapá

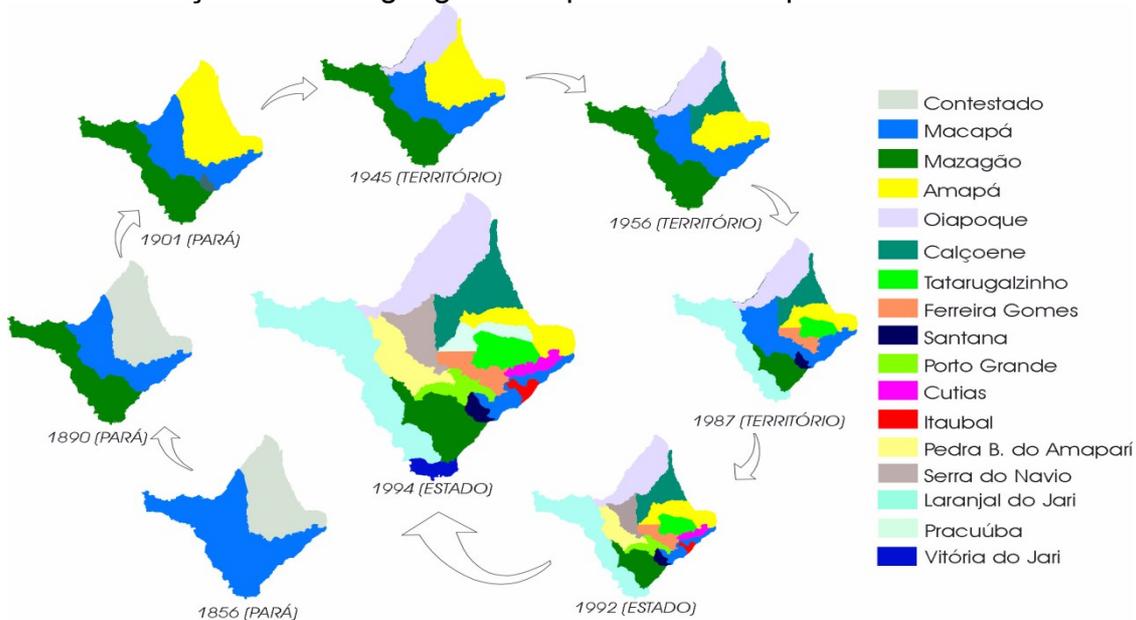


Fig. 04 - Evolução histórico-geográfica e política do Amapá

No Amapá, no período de 1956 a 1994 foram criados dezesseis municípios, considerados apenas quinze, pois o período de instalação do Município Vitória do Jari, criado em 1994 e instalado em janeiro de 1997, transcendeu a série temporal considerada.

2.3 - CARACTERÍSTICAS SÓCIO-POLÍTICO-ECONÔMICAS DA REGIÃO

A construção do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI tem como base as características socioeconômico culturais do estado do Amapá, fundamentalmente àquelas em que no seu bojo traduzem o perfil dos municípios onde o Instituto foi implantado: os municípios de Macapá e Laranjal do Jari.

O estado do Amapá surge de uma época de acontecimentos na recente história do Brasil. O fim do regime militar em meados dos anos 80 impulsionou uma série de reformas políticas e estruturais que culminaram com o estabelecimento da Constituição Federal do Brasil. Com a nova Constituição, o território do Amapá foi

elevado à categoria de Estado da Federação, em 5 de outubro de 1988.

Porém, até o ano de 1990 o governador do Amapá era ainda nomeado pelo Presidente da República. A primeira eleição para governador do estado do Amapá ocorreu somente em outubro desse mesmo ano.

Da criação do Território até a eleição do primeiro governador eleito a partir da transformação em Estado, esse oriundo ainda do regime militar, os investimentos locais eram voltados, principalmente, para infraestrutura, construção de prédios públicos e educação básica. O déficit nos serviços públicos ainda era evidente.

Como de forma a impulsionar o desenvolvimento da região, os governos que foram eleitos a partir de 1995, estabeleceram algumas políticas desenvolvimentistas como programas de governo. O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá PDSA, baseava o seu modelo de desenvolvimento econômico em ações orientadas ao uso racional dos recursos naturais, levando em consideração uma articulação equilibrada entre os aspectos econômicos, sociais, culturais e ecológicos.

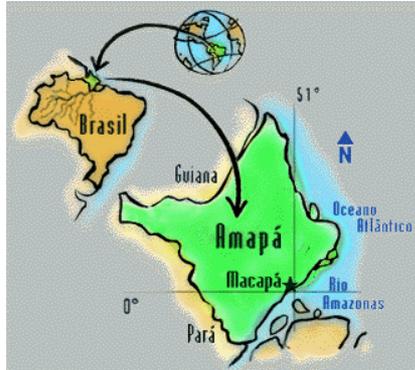
Em 2004 foi apresentado o Plano Amapá Produtivo, em que os projetos desenvolvimentistas estavam voltados para a base produtiva do Estado estabelecendo uma política de incremento intra regional, fundamentado na configuração dos ecossistemas e tendo como prioridade a implantação de polos de desenvolvimentos, com integração dos diferentes setores econômicos, especialmente, por preconizar a formação de arranjos produtivos locais (APL's).

Dentro desta perspectiva, a transformação da abordagem de APL's de um simples aglomerado de agentes, em um importante instrumento de políticas públicas de desenvolvimento no Brasil, tem se transformado atualmente num consenso que envolve um grande número de atores públicos e privados.

Segundo o “Plano Amapá Produtivo” existem no Estado, vários aglomerados produtivos locais relevantes, como é o caso dos empreendimentos do setor de madeira e móveis, dos empreendimentos do segmento de produtos derivados do açaí, da bioindústria, da indústria Oleiro-Cerâmica, da pesca artesanal, turismo, grãos (arroz, feijão, sorgo, milho e soja), mandiocultura, fruticultura (cupuaçu, abacaxi, banana e maracujá), pesca artesanal, apicultura, produtos florestais não madeireiros, mineração e siderurgia, rochas ornamentais, indústria do pescado, aquicultura, avicultura e suinocultura. No entanto, a maioria desses aglomerados não configura, ainda hoje, Arranjos Produtivos Locais, dado ao baixo nível de

governança cooperativa, cooperação, interação e competitividade das empresas e negócios instalados no Estado.

2.3.1 - Integração regional



Fonte:???

O estado do Amapá tem uma localização estratégica, situando-se na foz do Rio Amazonas, e é parte do Platô das Guianas. Dessa forma, o Estado apresenta um excelente potencial para uma integração regional, pensando-se esta não apenas com as demais regiões do país, mas também com países vizinhos e até com a União Europeia.

As propostas políticas governamentais do Amapá têm priorizado articulações com a Guiana Francesa, buscando cooperação técnica e abertura de oportunidades de mercado. Um dos principais resultados dessa aproximação é a estrada Macapá-Caiena, cuja parte francesa encontra-se aberta ao tráfego e, do lado brasileiro, deverá ser asfaltada pelo governo federal. Essa estrada abrirá novos mercados para produtos nacionais, que também poderão ser exportados a custos mais baixos para a Europa, Caribe e América do Norte e ampliará a importância do Amapá como porta de entrada para turistas europeus. Em verdade, a efetivação da rodovia do Arco Norte permitirá a integração da região ao ambiente econômico internacional, sobretudo aos países do Caribe.

Por outro lado, o governo estadual vem procurando consolidar as relações diplomáticas e comerciais com a Guiana Francesa e com os outros países que compõem o Platô das Guianas.

Uma das consequências mais importantes do PDSA (Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá) traduziu-se nos esforços de cooperação com a Guiana Francesa e o Caribe, um mercado de 2,5 milhões de consumidores

que pode viabilizar projetos de pesca e de agroindústria, o turismo ecológico, e o desenvolvimento científico e tecnológico. Ademais, procurou-se viabilizar um corredor de exportação e importação pelo Amapá interligando o Mercosul com o Mercado Comum Europeu. Na verdade, as relações fronteiriças avançaram depois que o Brasil e a França assinaram o acordo Quadro em Paris, em 1996, incluindo uma cláusula que permite o desenvolvimento de acordos regionais.

O Amapá opera uma revolução silenciosa. A criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS) permitiu novas perspectivas de desenvolvimento para as regiões fronteiriças e o amadurecimento das relações com os países vizinhos. Do mesmo modo, a criação do porto de contêineres de Santana, um dos melhores do Brasil, ampliou as possibilidades mercadológicas da região.

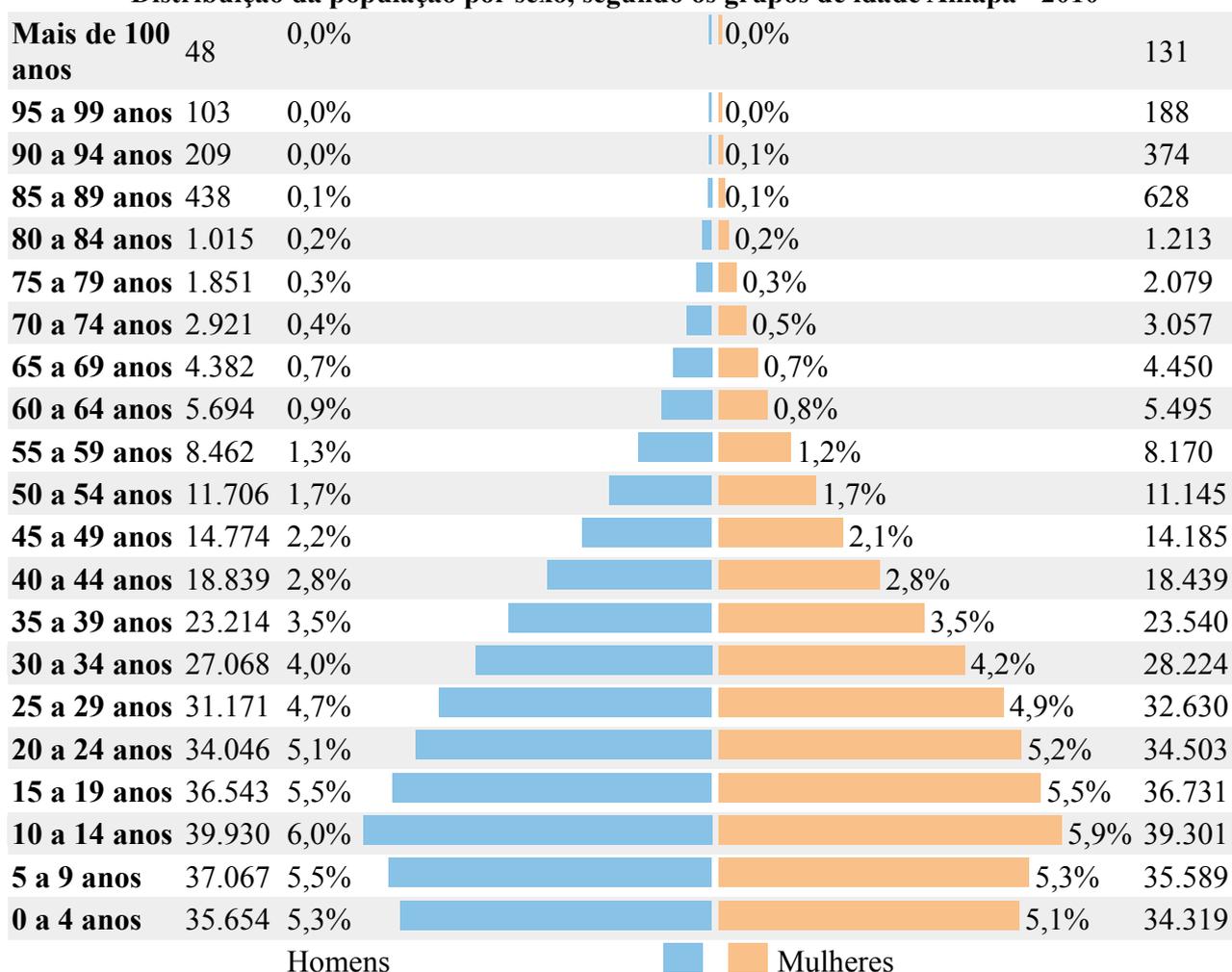
O sistema de energia elétrica no Estado conta com as usinas termoeletricas da Central de Santana e a Usina Hidrelétrica do Paredão no Rio Araguari, com novas linhas de transmissão que hoje levam energia ao município de Calçoene, passando por Tartarugalzinho e chegando ao Oiapoque.

A infraestrutura adicional com a construção da ponte sobre o Rio Araguari, da linha de transmissão de Macapá até Laranjal do Jari, bem como outras obras previstas, estimulam uma extraordinária transformação da cidade de Macapá e em todos os Municípios do Estado, o que o fará despontar na região como capaz de alicerçar seu desenvolvimento. Sendo este um imperativo de mercado e também uma necessidade geopolítica que visa a mais ampla integração da América do Sul com a União Europeia, implica, necessariamente, no maior desenvolvimento da ciência e da tecnologia, bem como das possibilidades de intercâmbio acadêmico.

2.4 - CONTEXTO HISTÓRICO E CULTURAL

Atualmente a população do estado do Amapá, segundo cor e/ou raça é formada por brancos, negros pardos ou mestiços (na sua maioria) e índios, além de cidadãos oriundos de todas as regiões do Brasil o que resulta em uma grande diversidade cultural. A composição da estrutura etária do Amapá, segundo dados do IBGE (2010) está demonstrada no gráfico abaixo.

Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade Amapá - 2010



Fonte: IBGE, 2010

A criação do Território Federal do Amapá implicou em profundas mudanças em suas relações políticas, econômicas e sociais, indicando a configuração de novas estruturas políticas, administrativas e econômicas, que em muito têm contribuído para o aumento de investimentos dos setores públicos e privados na região, bem como dos movimentos migratórios, da urbanização e reorganização espacial.

Em se tratando da questão política, houve a criação da Assembleia Legislativa e de 03 vagas para o Senado; o aumento de 04 para 08 representantes na Câmara Federal; a ampliação do seu processo eleitoral para todos os níveis.

Quanto à questão político-administrativa destaca-se a própria transformação do Território Federal em Estado, implicando em uma nova relação dessa unidade autônoma com o federalismo brasileiro, não mais subordinada às decisões do Governo Central.

Por sua vez, nas questões econômicas, o Amapá ainda permanece na dependência das transferências federais, embora tenha buscado alternativas para o seu sustento, politicamente mais autônomas. O exemplo dessas alternativas tem-se a instalação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS) e a implantação do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA).

A Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS) ocupa 85% dos perímetros urbanos de Macapá e Santana e beneficia a comunidade empresarial, como também cria áreas de expansão para o comércio, indústria e serviços desses municípios.

No que concerne ao Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA), criado em 1995 e vigente até o ano de 2002, destaca-se a continuidade de suas ações por um período de 08 anos, cujos resultados alcançados foram: realização de novos pactos para a sua implantação; levantamento aprimorado das potencialidades naturais, incentivados por agências de fomento nacionais e internacionais; maior envolvimento dos movimentos sociais nas decisões administrativas locais; ampliação do comércio de produtos regionais aos mercados internos e externos; retomada do planejamento e da ação do Estado como principal incentivador ao desenvolvimento local; e o maior controle de suas contas públicas, embasado na Lei de Responsabilidade Fiscal.

De acordo com o Governo do estado do Amapá, os principais setores que formam a estrutura econômica do Estado são: Agropecuária, Mineral, Indústria, Comércio e Serviços, Turismo, Setor Público e Construção Civil.

Os resultados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, relativos a 2004 mostram que, em relação a 2003, apenas as regiões Norte (de 5% para 5,3%) e Nordeste (13,8% para 14,1%) ganharam participação no PIB do país. Os estados do Pará (6,6%) e Amazonas (11,5%) registraram um bom desempenho da indústria e da agropecuária acima da média nacional (4,9%). Os estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Tocantins e Amapá atingiram a melhor participação na série 1985-2004.

Em relação a 2005, o Amapá permaneceu apresentando os mesmos índices de participação e colocação no PIB brasileiro, variando apenas os dados referentes aos setores. Então, o PIB registrado no período foi de 18,57% na agropecuária, 10,65% na indústria, 2,91% nos impostos e 67,87% nos serviços.

Analisando os índices de 2004 e 2005 percebe-se que houve um crescimento

das atividades relacionadas ao setor agropecuário e da indústria, e um recuo na arrecadação dos impostos e na prestação de serviços.

Em 2006, os estados do Acre (26^a) e Amapá (25^a) trocaram de posição no ranking nacional quanto ao PIB, sendo o Acre com um percentual de 0,20% e o Amapá, com 0,22%. O estado do Amapá depende muito do setor público e tem cerca de 50% da economia ligada ao referido setor. As taxas de crescimento de sua população são as mais altas entre os estados, gerando grande demanda por serviços públicos e infraestrutura. Dessa forma, em 2006 a economia local do Amapá ficou assim distribuída: agropecuária 22,78%, indústria 7,65%, impostos 3,81% e serviços, 65,76%.

Em 2008, o estado do Amapá alcançou um PIB de 6.764.834, mantendo-se a 25^a posição, estando a frente de Roraima (4.889.303) e Acre (6.730.108). Analisando o PIB *per capita* (2008), o Amapá com 11.032,67 está a cima da média da região norte, que apresenta PIB *per capita* de 10.216,43 e a baixo da média do País (15.989,77).

Considerando a distância aos centros da economia mundial, pode-se dizer que o Amapá possui uma geografia privilegiada, pois está próximo dos EUA, da União Europeia, do Japão, China e Sudeste Asiático, sendo que esses três últimos são mencionados em função do Canal do Panamá. Esta posição, além de permitir rápida acessibilidade aos grandes centros fornecedores de bens de consumo estrangeiros, com preços competitivos, encontra-se na rota dos transatlânticos turísticos e comerciais, o que permite criar condições para aperfeiçoar as infraestruturas do Estado, tanto para atender a atividade turística como para o comércio nacional e internacional.

2.5 - PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TEÓRICOS METODOLÓGICOS GERAIS QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DO INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ

Nas últimas duas décadas do século XX assistiu-se a grandes mudanças tanto no campo socioeconômico e político quanto no da cultura, da ciência e da tecnologia. Ocorreram grandes movimentos sociais, como aqueles no leste europeu, no final dos anos 80, culminando com a queda do Muro de Berlim. Ainda não se tem ideia clara do que deverá representar, para todos nós, a *globalização* capitalista da economia, das comunicações e da cultura. As transformações tecnológicas tornaram possível o surgimento da *era da informação*. É um tempo de expectativas, de *perplexidade* e da crise de concepções e paradigmas não apenas porque inicia-se um novo milênio – época de balanço e de reflexão, época em que o imaginário parece ter um

peso maior (GADOTTI, 2000, p. 4)

Gadotti (2000, p. 4) considera que a virada do milênio é razão oportuna para um balanço sobre práticas e teorias que atravessaram os tempos. Para ele,

Falar de “perspectivas atuais da educação” é também falar, discutir, identificar o “espírito” que perpassa, atualmente, o campo das ideias, dos valores e das práticas educacionais marcando o passado, caracterizando o presente e abrindo possibilidades para o futuro.

Ele afirma ainda que “algumas perspectivas teóricas que orientaram muitas práticas poderão desaparecer, e outras permanecerão em sua essência. (Op. cit.) Neste contexto ele suscita o seguinte questionamento: “Quais teorias e práticas fixaram-se no *ethos* educacional, criaram raízes, atravessaram o milênio e estão presentes hoje?”

Sabe-se que, ao longo da história, a educação e as metodologias de ensino têm sido concebidas de diferentes maneiras, de acordo com as ideias vigentes sobre a própria educação e necessidades históricas de formação humana. Para isso existem variadas teorias educacionais com os seus respectivos desdobramentos filosóficos e pedagógicos.

Diante do questionamento de Gadotti e das múltiplas possibilidades teórico-metodológicas, O Instituto Federal do Amapá adotará o referencial filosófico da abordagem sociointeracionista da aprendizagem, para conceber e compreender o homem nas suas inter-relações com o seu contexto histórico cultural; significar a posição que o trabalho ocupa na sua vida, É nesta perspectiva que o Instituto norteará suas ações pedagógico/metodológicas como instituição de ensino.

Vygotsky, mentor desta abordagem, segundo Freitas (2000), concebe o homem como um ser histórico e produto de um conjunto de relações sociais. Ele considera que a consciência é engendrada no social, a partir das relações que os homens estabelecem entre si, por meio de uma atividade simbólica, portanto, pela mediação da linguagem. Os signos são os instrumentos que, agindo internamente no homem, provocam-lhe transformações internas, que o fazem passar de ser biológico a ser sócio-histórico.

Sob citada perspectiva, o homem é visto como alguém que transforma e é transformado nas relações que acontecem em uma determinada cultura. O que ocorre não é uma somatória entre fatores inatos e adquiridos e sim uma interação dialética que se dá, desde o nascimento, entre o ser humano e o meio social e

cultural em que se insere. Com base nestes pressupostos definem-se os seguintes princípios filosóficos que orientarão as concepções e práticas relacionadas ao fazer pedagógico como eixos norteadores de todo o processo educativo do Instituto Federal do Amapá:

1. Concepção de homem como um ser dotado de potencialidades, com capacidade de auto superação e de agir ativamente para modificar e sugerir inovações à realidade onde ele está inserido;
2. Visão do educando como um ser completo, dotado assim de necessidades em todas as suas dimensões: física, cognitiva, social, emocional, moral e espiritual;
3. Compreensão de educação como um processo que promova no discente a capacidade de pensar, sentir e agir de forma autônoma, como sujeito livre e responsável pelas suas próprias atitudes;
4. Consciência de que o conhecimento é o grande capital da humanidade. Ele é básico para a sobrevivência de todos e, por isso, não deve ser vendido ou comprado, mas sim disponibilizado a todos. Esta é a função de instituições que se dedicam ao conhecimento apoiado nos avanços tecnológicos;
5. Educação fundada nos quatro pilares do conhecimento propostos por Jacques Delors (*apud* Gadotti, 2000, p.9 e 10), coordenador do “Relatório para a Unesco da Comissão Internacional Sobre Educação para o Século XXI”, a saber:

Aprender a conhecer – Prazer de compreender, descobrir, construir e reconstruir o conhecimento, curiosidade, autonomia, atenção. Não basta aprender a conhecer. É preciso aprender a pensar, a pensar a realidade e não apenas “pensar pensamentos”, pensar o já dito, o já feito, reproduzir o pensamento. É preciso pensar também o novo, reinventar o pensar, pensar e reinventar o futuro.

Aprender a fazer – É indissociável do aprender a conhecer. A substituição de certas atividades humanas por máquinas acentuou o caráter cognitivo do fazer. O fazer deixou de ser puramente instrumental. Nesse sentido, vale mais hoje a *competência pessoal* que torna a pessoa apta a enfrentar novas situações de emprego, mas apta a trabalhar em equipe, do que a pura *qualificação profissional*. Hoje, o importante na formação do trabalhador, também do trabalhador em educação, é saber trabalhar coletivamente, ter iniciativa, gostar do risco, ter intuição, saber comunicar-se, saber resolver conflitos, ter estabilidade emocional. Essas são, acima de tudo, *qualidades humanas* que se manifestam nas relações interpessoais

mantidas no trabalho. A flexibilidade é essencial.

Aprender a viver juntos – a viver com os outros. Compreender o outro, desenvolver a percepção da interdependência, da não-violência, administrar conflitos. Descobrir o outro, participar em projetos comuns. Ter prazer no esforço comum. Participar de projetos de cooperação. Essa é a tendência.

Aprender a ser – Desenvolvimento integral da pessoa: inteligência, sensibilidade, sentido ético e estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade, pensamento autônomo e crítico, imaginação, criatividade, iniciativa. Para isso não se deve negligenciar nenhuma das potencialidades de cada indivíduo. A aprendizagem não pode ser apenas lógico-matemática e linguística. Precisa ser integral.

2.5.1 - Currículo, ensino e aprendizagem

O Instituto Federal do Amapá apresenta uma concepção de educação fundamentada na abordagem mencionada acima. Desta forma na relação currículo, ensino e aprendizagem, o currículo destaca-se como um elemento importante no processo de formação desse sujeito, enquanto espaço integrador das propostas de trabalho a serem desenvolvidas pela escola e seus membros. Isto implica na elaboração e desenvolvimento de uma proposta curricular voltada para uma formação humana, científica, tecnológica e cidadã, articulada com o atual contexto social, político, econômico e cultural, e que vislumbre a construção de uma sociedade mais justa, solidária e democrática.

Ou seja, o currículo deve ser entendido como processo que envolve uma multiplicidade de relações, abertas ou tácitas, em diversos âmbitos, que vão da prescrição à ação; das decisões administrativas às práticas pedagógicas, na escola como instituição e nas unidades escolares especificamente. (SACRISTAN, 1998)

Mais ainda,

Currículo se tece em cada escola com a carga de seus participantes, que trazem para cada ação pedagógica de sua cultura e de sua memória, de outras escolas e de outros cotidianos nos quais vive. É nessa grande rede cotidiana, formada de múltiplas redes de subjetividade, que cada um de nós traçamos nossas histórias de aluno/aluna e de professor/professora. O grande tapete que é o currículo de cada escola, também nos enreda com outros formando tramas diferentes e mais belas ou menos belas, de acordo com as relações culturais que mantemos e do tipo de memória que nós temos de escola. (LOPES, 2006).

Neste sentido o currículo pode ser concebido como:

Um conjunto de conhecimentos ou matérias a serem superadas pelo aluno dentro de um ciclo/nível educativo ou modalidade de ensino; [...] como

experiência recriada nos alunos por meio da qual pode desenvolver-se; [...] como tarefa e habilidade a serem dominadas; [...] como programa que proporciona conteúdos e valores que melhorem a sociedade em relação à reconstrução da mesma.” (SACRISTÁN, 2003, p.15)

É assim que o Instituto Federal do Amapá, na construção do projeto pedagógico institucional e dos planos de cursos, opta por esta postura teórica aliada às orientações norteadoras da LDB, Lei 9.394/96; da Lei 11.892/08 (Lei de Criação dos Institutos Federais) e das Diretrizes e Referenciais Curriculares Nacionais para os Cursos oferecidos pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que definem os princípios, critérios e competências gerais do técnico, tecnólogo, bacharel, licenciado e que defendem a existência de uma matriz curricular cuja base se alicerça nas funções sociais, políticas e educativas discutidas, posto que, acredita serem os Institutos Federais instituições que veiculam um conhecimento que é oficial e formal.

Direcionado por referidas perspectivas teóricas, o Instituto Federal do Amapá assume, assim, a concepção de processo ensino-aprendizagem, sob a visão da teoria do desenvolvimento vygotskyana que parte do entendimento de que todo organismo é ativo e estabelece contínuas interações entre as condições sociais. A teoria defende que o ponto de partida são as estruturas orgânicas elementares, determinadas pela maturação. A partir delas formam-se novas e cada vez mais complexas funções mentais, dependendo da natureza das experiências sociais da criança.

Nessa perspectiva, a aprendizagem é encarada como um processo que antecede o desenvolvimento, ampliando-o e possibilitando a sua ocorrência. Em outras palavras, os processos de aprendizagem e desenvolvimento se influenciam mutuamente, gerando condições de que quanto mais aprendizagem, mais desenvolvimento e vice-versa. Rego (2002, p. 98) explicita bem o papel do sujeito na construção do conhecimento:

Em síntese, nessa abordagem, o sujeito produtor de conhecimento não é um mero receptáculo que absorve e contempla o real nem o portador de verdades oriundas de um plano ideal; pelo contrário, é um sujeito ativo que em sua relação com o mundo, com seu objeto de estudo, reconstrói (no seu pensamento) este mundo. O conhecimento envolve sempre um fazer, um atuar do homem.

Enfim, pode-se afirmar que o contexto do ensinar e do aprender é o espaço onde se concretiza o currículo. Este processo acontece não só por meio da

transferência de conteúdos, mas também pela influência das diversas relações e interações no contexto escolar.

Para tanto, será necessário construir uma proposta curricular que ultrapasse o rígido limite traçado pelas disciplinas convencionais e que se construa na perspectiva da integração disciplinar e interdisciplinar; um currículo que articule projetos transdisciplinares e ações disciplinares, visando explorar as potencialidades multidimensionais da educação, para superar a visão utilitarista do ensino, bem como desenvolver as capacidades de pensar, sentir e agir dos educandos, concretizando assim o objetivo da educação integral.

Nesse sentido, os princípios orientadores para os cursos técnicos, tecnológicos e licenciaturas do Instituto Federal do Amapá devem se pautar numa perspectiva da formação humanística que articule a dimensão profissional com a sociopolítica mediante uma ação autônoma nos espaços produtivos e sociais e serem alicerçados nos seguintes pontos:

- O trabalho pedagógico como foco formativo;
- A sólida formação teórica em todas as atividades curriculares;
- A ampla formação cultural;
- A diversidade do conhecimento, a fim de atualizar a sociedade, modificar e integrar todas as ações da comunidade escolar;
- A criação de experiências curriculares que permitam o contato dos alunos com a realidade concreta, desde o início do curso;
- Incorporação da pesquisa como princípio de formação;
- A possibilidade de vivência, pelos alunos, de formas da gestão democrática;
- Desenvolvimento do compromisso social e político da docência;
- Compromisso com a democracia, a educação e a justiça social, incrementando a sua inserção social e articulando-se no espaço local e global;
- Melhoria da qualidade educacional e atenção privilegiada à qualificação formal e social das pessoas, proporcionando o desenvolvimento de ações políticas e administrativas pertinentes à sua missão;
- Avaliação permanente dos cursos e acompanhamento contínuo das ações que configuram o trabalho institucional, entendidas como de responsabilidade coletiva a serem conduzidas à luz do projeto político-pedagógico de cada curso; e
- Qualidade do cumprimento de suas ações, modernizando os processos de trabalho e adequando a estrutura organizacional de recursos

humanos, físicos, gerenciais e tecnológicos às exigências de sua missão acadêmica, técnica e administrativa.

Portanto, o processo ensino-aprendizagem com este norteamento curricular explicitado nos parágrafos anteriores, cuja natureza é sociointeracionista e de dimensão contextualizada, ocorrerá vinculado à apropriação dos significados culturais, exigindo o desenvolvimento de capacidades e habilidades específicas. Para que percorramos esse caminho, estabelecemos as seguintes *diretrizes pedagógicas*:

- Primar pela formação de um profissional crítico reflexivo;
- Garantir a interdisciplinaridade e contextualização nos currículos do Instituto Federal do Amapá;
- Respeitar os princípios da diversidade, equidade, multiculturalidade;
- Promover a implantação de cursos observando os arranjos produtivos culturais, sociais e locais;
- Adotar mecanismos de manutenção de eficiência e qualidade na implementação das propostas curriculares;
- Garantir o acesso, a permanência e o sucesso do aluno nos diferentes cursos de formação;
- Estabelecer sistema de acompanhamento e avaliação de egressos;
- Garantir a categoria trabalho como princípio educativo;
- Ofertar cursos segundo perfis profissionais identificados nos diferentes eixos tecnológicos previstos nos catálogos dos cursos técnicos e tecnológicos;
- Fomentar o princípio da verticalização do ensino conforme eixos tecnológicos;
- Garantir a articulação entre ensino, pesquisa, inovação tecnológica e a extensão na organização e execução do currículo nos diferentes níveis de ensino;
- Criar e implementar programas de extensão e ação comunitária para fortalecimento do compromisso social.

2.6 - POLÍTICAS DE EXTENSÃO

No Instituto Federal de Educação do Amapá, a extensão será tratada como um processo dinâmico educativo que integra a educação nos âmbitos cultural, social, científico e tecnológico de maneira que facilite o acesso à comunidade a qual o Instituto Federal do Amapá presta serviço para que essa participe da construção do conhecimento a ser difundido na Instituição, seja através da sistematização ou

ainda pelo estudo do conhecimento universal disponível. O referido processo dar-se-á através das seguintes ações e políticas:

- Oferecer uma assessoria, por ano, por município, nas áreas técnicas e inovações tecnológicas, ligadas à/ao: Informática, Meio Ambiente, Infraestrutura e Gestão.
- Integrar o Instituto à sociedade através de ações promovendo parcerias com a comunidade acadêmica, setores governamentais e não- governamentais desenvolvendo assim políticas públicas de extensão, combatendo de maneira eficaz a exclusão em todos os setores da sociedade.
- Promover ações extensionistas na capital e no interior do estado;
- Ofertar programas de capacitação docente nas diversas áreas de interesse do Instituto Federal do Amapá.
- Realizar estudos de demanda acerca da oferta de cursos que atenda a comunidade, dentro das especificidades, a saber: atualização científica, aperfeiçoamento profissional, especialização técnica e outros;
- Promover eventos (ciclos de debates, workshops, seminários, palestras, mesas redondas, etc) abordando temas do cotidiano e outros de interesse geral, integrando comunidade acadêmica, entidades externas, órgãos públicos, comunidade em geral;
- Desenvolver ações conjuntas, estabelecendo interação com entidades educacionais e assistenciais, ONGs e outras organizações, em benefício das comunidades atendidas;
- Prestar serviços profissionais e assistenciais através da implantação de empresas Juniores do Instituto Federal do Amapá.

O planejamento e a organização das atividades extensionistas serão desenvolvidas pelas Diretorias de Extensão de cada Câmpus, coordenadas pela Pró-reitoria de Extensão, que se responsabilizará pelo planejamento, organização, além das tarefas de identificação de fontes de financiamento e pela busca ou geração dos recursos e investimentos, de conformidade com as suas competências regimentais.

O Instituto Federal do Amapá fortalece a sua relação com a comunidade através das ações de extensão, participando de ações sociais que priorizam a superação das condições de desigualdade e exclusão ainda existentes e, na medida

em que socializa seu conhecimento e disponibiliza seus serviços, tem a oportunidade de exercer a responsabilidade social que lhe compete e efetivar o compromisso que assume, através de sua missão, com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos por meio da educação.

2.6.1 - Dimensões da extensão

Serão consideradas como atividades de extensão no Instituto Federal do Amapá as ações que envolvam:

1. Projetos Tecnológicos: Atividades de pesquisa e/ou desenvolvimento em parceria com instituições públicas ou privadas que tenham uma interface de aplicação.
2. Serviços Tecnológicos: Consultoria, assessoria, prestação de serviços para o mundo produtivo.
3. Eventos: Ações de interesse técnico, social, científico, esportivo, artístico e cultural favorecendo a participação da comunidade externa e/ou interna. Assim especificados, campanha de difusão cultural, campeonato, ciclo de estudos, circuito, colóquio, concerto, conclave, conferência, congresso, conselho, debate, encontro, espetáculo, exibição pública, exposição, feira, festival, fórum, jornada, lançamento de publicações e produtos, mesa redonda, mostra, olimpíada, palestra, recital, semana de estudos, seminário, simpósio, torneio, entre outras manifestações.
4. Projetos Sociais: Projetos que agregam um conjunto de ações, técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida.
5. Estágio e Emprego: Compreende todas as atividades de prospecção de oportunidades de estágio/emprego e a operacionalização administrativa do estágio (encaminhamento e documentação).
6. Cursos de Extensão (FIC – Formação Inicial e Continuada): Ação pedagógica de caráter teórico e prático, com critérios de avaliação definidos e oferta não regular.
7. Projetos Culturais Artísticos e Esportivos: Compreende ações referentes a atividades culturais, artísticas e esportivas.
8. Visitas Técnicas e Gerenciais: Interação das áreas educacionais da instituição com o mundo do trabalho.
9. Empreendedorismo: Compreende o apoio a formação empreendedora.

10. Acompanhamento de egressos: Constitui-se no conjunto de ações implementadas que visam acompanhar o itinerário profissional do egresso, na perspectiva de identificar cenários junto ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão.

2.6.2 - Diretrizes da extensão

As atividades de Extensão do Instituto Federal do Amapá têm como diretrizes:

- a) contribuir para o desenvolvimento da sociedade constituindo um vínculo que estabeleça troca de saberes, conhecimentos e experiências para a constante avaliação e vitalização da pesquisa e do ensino;
- b) buscar interação sistematizada dos Institutos Federais com a comunidade por meio da participação dos servidores nas ações integradas com as administrações públicas, em suas várias instâncias, e com as entidades da sociedade civil;
- c) integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo mecanismos que inter-relacione o saber acadêmico e o saber popular;
- d) incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social, ambiental e política, formando profissionais/cidadãos;
- e) participar criticamente de projetos que objetivem o desenvolvimento regional sustentável em todas as suas dimensões;
- f) articular políticas públicas que oportunizem o acesso à educação profissional estabelecendo mecanismo de inclusão.

2.7 - RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO

É de vital importância que as Instituições Federais de Educação Técnica e Tecnológica, otimizem e promovam o desenvolvimento de ações educacionais permitindo, de maneira efetiva, o acesso à educação de qualidade, na sua gestão. Isso removerá as barreiras para que se efetive uma aprendizagem eficaz, alicerçada nos seguintes princípios: atitudinais, educacionais, conceituais e arquitetônicos, se construindo, assim, a tão sonhada escola inclusiva.

Partindo desses princípios, a visão de escola inclusiva se concretiza promovendo educação, principalmente a profissional de forma acessível, independente de sua deficiência: se social, intelectual ou física. Para que se processe a educação inclusiva, é essência haver uma série de revisões, a saber: de

valores éticos, morais, sociais, paradigmáticos, nas quais todo e qualquer cidadão possa, plenamente, ocupar o lugar que lhe cabe como ser humano.

Nesta perspectiva é que Instituto Federal do Amapá, como única Instituição Federal de Educação Profissional no Estado, reconhece a necessidade de abrir seu espaço educacional para as pessoas com necessidades educacionais específicas, através de ações articuladas com outras instituições de ensino e setores empresariais e, principalmente, através da colocação dessas pessoas no mercado de trabalho do estado do Amapá, de maneira justa e digna.

2.7.1 - A Educação Inclusiva no Instituto Federal do Amapá

2.7.1.1 - Breve Histórico

A partir de uma discussão iniciada nos anos 60, profissionais, pais e deficientes, em meados dos anos 80 iniciam em nível internacional um movimento para ações educativas de integração das pessoas deficientes, no lugar das práticas vigentes na época, as quais enfatizavam a idéia de "educação especial", o que de certa forma segregava o deficiente.

Sequencialmente, desponta um movimento oriundo dos EUA: "*Regular Education Initiative*" (REI), objetivando a inclusão, na escola comum, de crianças com alguma deficiência. Esse movimento assinalava a ineficácia da educação especial, propondo unificar a educação especial e a regular num único sistema educativo.

O REI foi a primeira manifestação significativa a favor da prevalência de um único sistema educativo para todos, na medida em que também defendia a minimização da separação por língua, gênero, grupo étnico, outros. Vale acrescentar que tais separações ocorriam somente após criteriosa reflexão.

A discussão prossegue de tal maneira que, já no final do século passado, falava-se na necessidade de um novo paradigma, o qual entendia que a dificuldade manifestada por alguns alunos não pertenciam propriamente aos mesmos, mas sim pelas formas de ensinar das escolas.

Um dos Marcos decisivos na Educação Inclusiva foi a Conferência Mundial, em Salamanca (Espanha, 1994) onde aprova-se a Declaração de Salamanca, uma referência internacional da educação inclusiva, difunde-se o conceito de Necessidades Educativas Especiais (NEE)

A partir de então, o conceito de NEE se estende a pessoas em desvantagem,

tais como: altas habilidades, crianças de rua ou em situação de risco, trabalhadoras, oriundas de populações remotas ou nômades, pertencentes a minorias étnicas ou culturais, que vivem em situações desfavorecidas ou marginalizadas, bem como as que apresentam problemas de conduta ou de ordem emocional.

No Brasil, o Ministério da Educação através do documento: Diretrizes Nacionais para a Educação Especial (MEC;SEESP, 2001) traçou políticas que visam atender as pessoas com necessidades Educacionais Específicas com função social transformadora na construção de uma nova ótica em relação a Inclusão, onde a legislação trouxe subsídios para que a sociedade possa conviver com as diferenças, de forma a torná-se mais justa e autônoma.

Dentro de todo este cenário, é preciso que se considere o fato de que a parcela da população brasileira atingida por algum tipo de deficiência é significativa. Os dados do Censo de 2000 (IBGE,2000) informam que 24,5 milhões de brasileiros possuem algum tipo de deficiência, ou seja, 14,5% da população. Diante deste retrato da deficiência no Brasil, a acessibilidade tornou-se o ditame principal nas relações da sociedade para com os seus integrantes portadores de deficiência.

Todavia, por mais que se tenha ciência deste panorama, por mais que haja regulamentos que determinem a eliminação de barreiras, sua aplicação ainda se verifica muito restrita.

A Educação Inclusiva só terá sucesso através da acessibilidade, condição precípua e inadiável que permite às pessoas com deficiência, seja definitiva ou temporária, participarem de atividades que incluem o uso de edifícios, serviços e informações em condições de segurança, conforto e autonomia.

Podemos definir acessibilidade como o direito de ir e vir de todas as pessoas, com autonomia e independência, isto é, o direito básico garantido pela Constituição Brasileira. Entretanto, em desconhecimento da norma ou falta de bom senso, pessoas com deficiências, idosos e obesos encontram obstáculos no acesso a edifícios públicos e privados.

Há ainda que se considerar que o problema de acessibilidade não é só de pessoas com deficiências, o Brasil está envelhecendo, vale conferir alguns números e projeções do IBGE. Em 2007, o País tinha uma população de aproximadamente 17,4 milhões de pessoas com mais de 60 anos. Em 2023, teremos (ou seremos) cerca de 32 milhões de idosos no Brasil.

Na Educação Profissional no Brasil, as primeiras ações de institucionalização

de uma política de inclusão iniciaram com o cumprimento do decreto federal nº 2.208/97 que atendia à Educação Profissionalizante para pessoas com necessidades especiais, posteriormente o Conselho Nacional de Educação, aprovou o Parecer CNE/CEB nº 16/99 e resolução nº 4/99 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional do Nível Técnico.

No âmbito do Ministério da Educação, constituem as políticas inclusivas: para pessoas com necessidades especiais; de direitos humanos para crianças e adolescentes; políticas de gênero e diferença sexual; políticas de inclusão étnico-racial; políticas para inclusão étnico-racial das comunidades indígenas; políticas de inclusão de jovens e adultos à educação profissional e tecnológica; políticas inclusivas para educação do campo. Estas buscam consolidar o direito das pessoas com necessidades educacionais específicas, promovendo sua emancipação e sua inclusão nos sistemas de ensino.

Entende-se assim que escola inclusiva é aquela em que a ninguém será negado o direito de estudar e toda a comunidade escolar estará em condições de viver e conviver com as diferenças.

2.7.1.2 - A Educação Inclusiva no Contexto Legal

A Constituição Federal de 1988 sancionou amplas garantias e regulamentou os direitos de equidade e cidadania das pessoas portadoras de deficiências.

O acesso e permanência das pessoas com necessidades específicas no ensino regular faz-se necessária, especialmente a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº9394/96, que trata, no seu Cap. V, da educação dos portadores de necessidades educativas específicas, preferencialmente, na rede regular de ensino.

A execução adequada de uma política educacional dirigida as pessoas com necessidades específicas no sentido de adequar-se estruturalmente cria condições próprias, de forma a possibilitar o acesso tanto para cadeirantes, quanto a um cego através do piso tátil e sinalização em braille e será conduzida com a inclusão escolar que é um procedimento de habilitação do sistema educacional para proporcionar ensino de qualidade para todos, o que implica em tornar as unidades escolares eficientes em toda a sua estrutura, o Instituto Federal do Amapá, enquanto Instituição que oferta ensino profissional, tem como dever cumprir os dispositivos legais e político-filosóficos que dispõem sobre a educação inclusiva, especialmente:

o Decreto Federal nº 2208/97, o Parecer CNE/CEB nº 16/99 e a Resolução CNE/CEB nº 4/99 “que estabelecem normas para a educação profissional de pessoas com necessidades especiais”, considerando-se como tal aquelas advindas de deficiências físicas, sensoriais ou intelectuais, de altas habilidades ou de condutas típicas e pessoa com mobilidade reduzida.

Na perspectiva de orientar os profissionais da instituição no trabalho com PNEs, é necessário que se respeite e sejam implementadas medidas baseadas nos decretos:

1. Decreto nº 5.296/04, que regulamenta as Leis nº 10.098/00 e nº 10.436/02, que estabelece normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, impulsionando uma política nacional de acessibilidade;
2. Decreto 5.626/05, que regulamenta a Lei 10.436/02 que regulamenta a inclusão da Libras como unidade curricular, a formação do professor, do instrutor e do tradutor/intérprete de Libras, a certificação da proficiência em Libras, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular visando à inclusão de alunos surdos;
3. Decreto nº 6.094/07, cujas diretrizes garantem o acesso e permanência no ensino regular e atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas.
4. Decreto número 5840, de 13 de junho de 2006 institui, no âmbito federal, O Programa Nacional de Integração a Educação da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, que abrangerá os seguintes Cursos e Programas:
 - I. Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores (PROEJA)
 - II. Educação profissional técnica de nível médio.

2.7.1.3 - A Educação Inclusiva no Instituto Federal do Amapá

Nos Institutos de Educação Ciência e Tecnologia, o Programa TEC NEP – Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, em 2001, iniciou seu desafio em busca da Inclusão para todos, através de ações que proporcionasse o acesso, a permanência e a saída com êxito de todo estudante, independente de sua condição física, emocional, intelectual ou social. Para isso, propõe-se a disseminação de uma política direcionada à

transformação dos sistemas educacionais em sistemas inclusivos, que contemplem a diversidade com vistas à igualdade, por meio de estrutura física, recursos materiais e humanos e apoio à formação de gestores e educadores nas escolas públicas.

Para melhor operacionalizar as ações do TEC NEP, a SETEC constituiu as Gestões: Nacional, Regional e Estadual, sendo implantados os Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs) nos *Câmpus das Instituições que são responsáveis pelo desenvolvimento das ações inclusivas no âmbito dos Institutos e entornos, que atuam em parcerias com Entidades, Associações Governamentais ou não, governo municipal e estadual em consonância com o MEC.*

Sob a perspectiva da justiça e responsabilidade social, Os Institutos Federais assumem, em suas ações, nova dimensão, a fim de fortalecer a importância da profissionalização adequada a pessoas com necessidades educacionais específicas através do cumprimento de legislações que protejam a cidadania a que todos têm direito. Isso implica dizer que, na atualidade, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica tem o compromisso de disseminar, cada vez mais, propostas de inclusão plena.

No Instituto Federal do Amapá, o tema a respeito de políticas Inclusivas é uma preocupação permanente e são operacionalizadas ações, que de forma contínua e responsável, possibilitam cada vez mais, condições de acesso, permanência exitosa no percurso formativo da inserção socioprofissional de grupos em desvantagem social.

O Instituto Federal do Amapá vem se estruturando de forma a instrumentalizar seus profissionais e a comunidade escolar em geral, para atuar de forma eficiente na Inclusão, através do desenvolvimento do Programa TEC NEP /MEC/ SETEC, através da criação do Núcleo TEC NEP no Instituto Federal do Amapá, objetivando principalmente criar na Instituição a cultura da “educação para a convivência”, aceitação da diversidade, buscando a implementação da quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais.

Para a efetivação desta política de inclusão elegeram-se as ações a partir do desenvolvimento de um processo contínuo de sensibilização e capacitação de pessoal, objetivando a apropriação de referenciais teóricos e o intercâmbio de saberes e práticas interinstitucionais e no âmbito do Instituto Federal do Amapá,

através das seguintes ações:

- Realização de Encontros de Educação Inclusiva;
- Implantação dos NAPNEs dos *Câmpus* Macapá e Laranjal do Jari;
- Oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada, visando à capacitação de servidores técnicos e docentes do Instituto Federal do Amapá.
- Criação de mecanismos para a realização de cursos e minicursos para docentes e técnicos, destacando-se o curso de LIBRAS em atenção a Lei nº10436 de 24/04/2002 que “dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais”;
- Organização de Ciclos de Estudos, workshops , Encontros Estaduais e Fóruns.
- Disponibilização para técnicos e docentes e discentes o “Acervo Circulante sobre o PNE”;
- Organização e disponibilização do “Espaço Aberto de Estudos sobre Educação Inclusiva”, com recursos audiovisuais e bibliográficos para apoio a projetos e atividades acadêmicas voltadas para as questões de PNE’s;
- Proposição de mudanças para adequação arquitetônica na estrutura física do Câmpus Macapá após visita de diagnóstico das condições de acessibilidade para deficientes físicos e cegos;
- Efetivação da aquisição de material bibliográfico sobre a inclusão de PNE’s para compor o acervo da biblioteca do Instituto Federal do Amapá;
- Elaboração de projetos nas diversas áreas para atender às seguintes especificidades: Transtornos Globais do Desenvolvimento; deficientes físicos; deficientes visuais; surdos; altas habilidades e superdotados; mais vivos; PROEJA; diversidade sexual; indígenas; quilombolas; afro- descendentes e menores em risco social;
- Implantação e disponibilização da Biblioteca do “Livro Falado” para atender prioritariamente alunos cegos e de baixa visão de Instituição de ensino de Rede Pública e Particular;
- Oferta de cursos preparatórios para os PNE’s candidatos a exames seletivos para cursos do Instituto Federal do Amapá;
- Oferta de cursos livres e de qualificação profissional em articulação com as Unidades Especializadas do Estado.

Para tornar concretas tais ações, os NAPNEs do Instituto Federal do Amapá buscarão a estruturação da base de apoio por meio dos seguintes procedimentos:

- a) Estabelecimento de parceria com os Órgãos Especializados objetivando o apoio às atividades programadas pelas Coordenações, e Diretorias para a efetivação dos cursos profissionalizantes voltados para os PNE's;
- b) Formalização de parcerias com empresas e Instituições Públicas governamentais e não governamentais;
- c) Captação de recursos financeiros junto às Instituições de fomento;
- d) Organização do Banco de Dados de PNE's (alunos e servidores do Instituto Federal do Amapá);
- e) Acompanhamento dos Projetos de quebra de barreiras arquitetônicas, sob a responsabilidade dos setores competentes do Instituto Federal do Amapá;
- f) Articulação com as Pró-Reitorias de Ensino, de Pesquisa e de Extensão de projetos, programas e atividades voltadas para os PNE's do Instituto Federal do Amapá e da comunidade externa;
- g) Coordenação e acompanhamento do aparelhamento com material pedagógico e equipamentos específicos para a execução dos programas, projetos e atividades programadas;
- h) Divulgação permanente das ações desenvolvidas, através dos meios oferecidos pelo Instituto Federal do Amapá;
- i) A Implementação de ações indicadas pela Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira";
- j) Implantação de Programas e Projetos para inclusão de apenados;
- k) Implantação de Programas e Projetos para o aprendizado do BRAILLE, escrita alternativa, modos, meios e formatos de comunicação alternativas e habilidades de orientação e mobilidade, as pessoas com deficiência visual e cegos;
- l) Implantação de Programas e Projetos para o aprendizado da língua brasileira de sinais (LIBRAS) e a promoção da identidade linguística da comunidade surda;
- m) Implantação de Programas e Projetos para desenvolver Tecnologias Assistivas aos deficientes físicos, aos paralisados cerebrais e a todos que delas necessitarem na Instituição.

A partir desses procedimentos, ações e encaminhamentos é que o Instituto Federal do Amapá, obedecendo à institucionalidade da Educação Inclusiva, buscará

alcançar, citando artigo 24 da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, condições de atender, de forma otimizada, Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas.

A fim de tornar profícuo este processo de inclusão, o Instituto Federal do Amapá, norteado pelas Ações Afirmativas, atenderá as exigências legais para a reserva de vagas culminada com a criação dos seguintes critérios e diretrizes para as políticas de inclusão:

- Reserva para negros e índios: 10% para candidatos negros e índios que preferencialmente tenham cursado integralmente o Ensino Médio em instituições públicas de ensino;
- Reserva para alunos oriundos de Escola Pública: 50% para candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em instituições públicas de ensino.
- Para o acesso aos cursos do Programa Nacional de Integração de Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), serão aplicados mecanismos em conformidade com a natureza do referido programa e;
- Para o acesso aos cursos de formação inicial e continuada (FIC) de trabalhadores, serão criados mecanismos alternativos em conformidade com a natureza dos cursos e as políticas de inclusão.

2.8 - POLÍTICAS DE ENSINO

As ações de ensino do Instituto devem priorizar a *verticalização do ensino*, propiciando condições de diálogo e a articulação entre os seus diferentes níveis e modalidades, desde a educação básica à superior, proporcionando a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, assim como efetivar seu compromisso com as políticas de inclusão social e tecnológica.

O Instituto Federal do Amapá desenvolverá ações nas áreas de: educação profissional técnica de nível médio (Cursos Integrados e Subsequentes, e PROEJA); Cursos de Educação a Distância; Cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores; Educação Superior: cursos superiores de tecnologia, cursos de licenciatura cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, e, ainda, cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado.

Assim, a Pró-Reitoria de Ensino desenvolverá suas ações no contexto regional do Instituto Federal do Amapá, seguindo as diretrizes decorrentes do MEC/SETEC, ofertando vagas na Educação Profissional e Tecnológica nos diferentes níveis, em Cursos Técnicos de Nível Médio Integrado, nas modalidades Regular e PROEJA, em Cursos Técnicos Subsequentes e no nível Superior (Tecnológico e Licenciatura), na modalidade presencial e a distância, buscando atender à política de expansão de ofertas de vagas na Educação Profissional e Tecnológica, em todos os níveis e modalidades de seus *Câmpus*.

Para cumprir seus objetivos e finalidades, o Instituto Federal do Amapá procurará exercer sua Missão Institucional consolidando uma política de ensino, pesquisa e extensão que se caracteriza pela atenção aos princípios educacionais e pedagógicos definidos na LDBEN, Lei nº 9394/96 e demais documentos complementares emanados do MEC e CNE, pela atenção à realidade local, pelo respeito aos princípios e direitos constitucionais que se concretizam através de ações que levem a efeito:

- Na Educação Profissional – Cursos de formação, atualização e qualificação nos três níveis, além da prestação de serviços, assessorias e consultorias.
- No Nível Superior – Cursos na área de Formação de Professores e Cursos Superiores de Tecnologia;
- Na Educação a Distância EAD – Cursos na modalidade de ensino que permitem que o estudante não esteja fisicamente presente em um ambiente formal de ensino-aprendizagem, permite também que faça seu auto estudo em tempo distinto. Diz respeito ainda à separação temporal ou espacial entre o professor e o aprendiz.
- No Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos PROEJA – cursos, de acordo com o Decreto nº 5840, 13 de julho de 2006, que podem ser oferecidos das seguintes formas:
 1. Educação profissional técnica integrada ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos;
 2. Formação inicial e continuada ou qualificação profissional integrada ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos. (MEC,2006).

2.8.1 - Educação Profissional Técnica de Nível Médio

A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, objetiva garantir ao cidadão o direito ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social (Resolução CNE/CEB Nº 04/99).

Nesse sentido, o Instituto Federal do Amapá com a finalidade de desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais, pauta-se no que orienta a LDB nº 9394/96 em seus artigos 36-B e 36-C, ofertando educação profissional técnica de nível médio nas formas: articulada com o ensino médio, ou seja, integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental; e subsequente, com cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio.

A presença do técnico de nível médio torna-se cada vez mais necessária e relevante no mundo do trabalho, sobretudo em função do crescente aumento das inovações tecnológicas e dos novos modos de organização da produção.

Os cursos técnicos de nível médio do Instituto Federal do Amapá encontram-se organizados em eixos tecnológicos constantes no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, emitido pelo Ministério da Educação, conforme suas características científicas e tecnológicas.

O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos define a carga horária mínima para cada um dos cursos listados, seguindo a lógica do conhecimento e da inovação tecnológica. Este Instituto, obedecendo a cada mínimo de horas definidas, trabalhará com os cursos técnicos de nível médio na forma integrada, articulando-se a formação geral do ensino médio e profissional ao longo de 4 (quatro) anos, e no que comporta à forma subsequente, os cursos serão organizados ao longo de 3 ou 4 semestres, com a distribuição de componentes curriculares da formação profissional.

Cabe ressaltar ainda que o Instituto Federal do Amapá visa atender ao que diz a Lei de criação dos Institutos Federais (Lei nº 11.892/2008), no que se refere a oferecer educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, garantindo o atendimento mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas.

2.8.2 - Educação Superior

A educação superior refere-se comumente a uma educação realizada em universidades, faculdades, institutos, escolas superiores ou outras instituições que emitam diplomas profissionais. É garantida enquanto lei desde 1950 durante a Convenção Européia dos Direitos Humanos. E o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966, das Nações Unidas, no seu artigo 13º, estabelece que "a educação superior deverá tornar-se de acesso igualitário para todos, com base na capacidade, por todos os meios apropriados e, em particular, pela introdução progressiva da educação gratuita".

Nessa Educação o Instituto Federal do Amapá ofertará cursos de nível superior de graduação no âmbito da educação profissional de Nível Tecnológico que compreendem toda a esfera da economia, com ênfase na formação tecnológica voltados para o atendimento das necessidades oriundas do mundo do trabalho, e ainda 20% de suas vagas ofertadas aos cursos de licenciaturas com a finalidade de fortalecer a real profissionalização do professor, representado pelo desenvolvimento de competências que envolvem a especialização do trabalho docente.

2.8.3 - Educação à Distância

O Decreto Nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu Art. 1º caracteriza a educação à distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. O citado decreto prevê, ainda, a aceitação de transferência e aproveitamento de estudos realizados pelos estudantes em cursos e programas presenciais, da mesma forma que as certificações totais ou parciais obtidas nos cursos e programas a distância, poderão ser aceitas em outros cursos e programas a distância e em cursos e programas presenciais, conforme a legislação em vigor.

A Educação à distância constitui-se em uma modalidade de ensino que desempenha um papel importante na formação do cidadão deste século. BELLONI (1999), APARICI (1988).

Com o fomento das novas tecnologias na mediação da EAD, Moraes (2003) destaca que há alguns mitos que são propagados na indústria de marketing de

empresas interessadas na comercialização do ensino virtual. Um desses mitos se refere à intensa valorização da interatividade justificada pela presença das novas tecnologias. Outro mito é considerar que as novas tecnologias produzem bem estar para todos os países. Observa-se, entretanto, que as desigualdades sociais e a concentração de riquezas estão sendo incentivadas nesse processo. Como consequência temos um quadro onde os países mais industrializados do mundo desenvolvem suas atividades produtivas sob o foco da tecnologia da informação, em detrimento da maior parte dos países do planeta que, à margem dessas inovações tecnológicas, não produzem nem conhecimento nem tecnologia.

É nesse quadro complexo que a Educação a Distância (EAD) apresenta características de flexibilidade de espaço e tempo que podem minimizar, ou até mesmo sanar tais problemáticas, na medida em que pode se adaptar a diversas demandas. É uma metodologia voltada para atender adultos, com compromissos familiares e profissionais, uma vez que permite a continuação dos estudos sem o abandono de outras atividades. De acordo com o Moore (1996), o grande diferencial da EAD está em proporcionar ao aluno a opção de escolher o próprio local e horário de estudo, possibilitando assim, ganhos em tempo e adequação no atendimento a demandas específicas, que não estejam contempladas, a contento, em estruturas educacionais tradicionais.

Os cursos a serem ofertados na modalidade à distância neste Instituto Federal do Amapá abrangerão desde a formação inicial e continuada ao ensino superior deverão contemplar uma fase inicial estimada inicialmente em 40 horas, uma espécie de “módulo-acolhimento” ou “nivelamento”, objetivando o entendimento do que seja esta modalidade de ensino, assim como, dando conta do processo de alfabetização digital, uso da plataforma de ensino virtual, fortalecimento dos processos de leitura e escrita, e principalmente da responsabilidade e responsabilização do estudante (inclusive prevendo a construção de planos de estudos), com a finalidade de evitar ou, pelo menos minimizar, a evasão e o abandono escolar.

Dependendo do tipo de curso e mídia a ser utilizada nos cursos de EAD os custos serão consideravelmente elevados em virtude da aquisição de equipamentos e com o desenvolvimento de metodologias e materiais que irão auxiliar a aprendizagem. Entretanto, tais custos poderão ser diluídos à medida que a quantidade de alunos aumentarem e a extensão na abrangência da população

atendida tanto na formação educacional quanto técnica, bem como, o Instituto Federal do Amapá oferecer outros tipos de cursos considerando a verticalização do ensino e as demandas regionais.

2.8.4 - PROEJA

A educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil, como modalidade nos níveis fundamental e médio, é marcada pela descontinuidade e por tênues políticas públicas, insuficientes para dar continuidade a demanda potencial de muitos cidadãos que precisam voltar ao estudo e que não se encontram em adequada relação idade/série, constituindo-se como um enorme desafio por exigir um modo próprio de fazer a educação e que é determinado pelos sujeitos que dela fazem parte: jovens e adultos.

A EJA, em síntese, trabalha com sujeitos marginais ao sistema, com atributos acentuados em consequência de alguns fatores adicionais como raça/etnia, gênero, idade, entre outros. Este fato, sinaliza a urgência de tratamento não fragmentado, mas totalizante e sistêmico, sem o qual se corre o risco de manter invisibilizada socialmente essa população, frente ao sistema escolar e, seguramente, no mundo do trabalho formal, exigente de certificações e comprovações de escolaridade formal.

Como política pública voltada para a educação de jovens e adultos com trajetórias escolares descontínuas e que contemple a elevação da escolaridade aliada à formação para o mundo do trabalho, surgiu inicialmente o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos, originário do Decreto nº 5478/2005, que fora posteriormente, revogado pelo Decreto nº 5840/2006, denominando-se Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

O PROEJA tem como uma das bases de ação a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, principalmente, através dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que oferece cursos técnicos de nível médio, na modalidade de jovens e adultos, atendendo ao disposto na Resolução CNE/CEB nº 04/99, no seu parágrafo único do artigo primeiro: “A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho e à tecnologia, objetiva garantir ao cidadão o direito ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva

e do trabalho.

Em conformidade ao princípio da legalidade e do resgate social, o Instituto Federal do Amapá oferecerá vagas para Cursos Técnicos de nível médio, na modalidade de jovens e adultos no âmbito do PROEJA, a partir de 2012, para alunos acima de 18 anos que já concluíram o ensino fundamental, mas não concluíram o ensino médio, possibilitando aos mesmos uma profissionalização de acordo com o curso técnico escolhido: Edificações, Alimentos ou Construção Naval - *Câmpus* Macapá - e Comércio - *Câmpus* Laranjal do Jari.

O PROEJA no Instituto Federal do Amapá se coadunará com a política nacional para a educação de jovens e adultos trazendo uma proposta educacional na perspectiva da inclusão social emancipatória. Para tanto, o caminho escolhido é o da formação profissional aliada à escolarização, tendo como princípio norteador a formação integral.

O alcance da premissa pedagógica na presente proposta traz os seguintes postulados: o reconhecimento, respeito e diálogo com o saber do aluno trabalhador, acatando tempos e espaços de aprendizagem diferenciados, bem como processos contínuos de construção coletiva de conhecimentos, onde o Instituto Federal do Amapá será parte integrante e atuante nas dinâmicas sociais, atento às vocações produtivas e potencialidades de desenvolvimento regional, compromissadas com ações de sustentabilidade sociocultural, econômica e ambiental, no tripé ensino, pesquisa e extensão.

2.9 - POLÍTICAS DE PESQUISA

O Instituto Federal do Amapá, no que concerne à construção, gestão e monitoramento das políticas institucionais de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica, baseia-se nos documentos oriundos das discussões na Rede de Educação Científica e Tecnológica, sobre os novos caminhos da EPT no contexto nacional, regional e local. O Instituto Federal do Amapá tem por compromisso realizar pesquisa aplicada, estimular o desenvolvimento de soluções tecnológicas, de forma criativa, e estender seus benefícios à comunidade, o que diferencia da política de pesquisa executada pelas Instituições tradicionais de Ensino Superior do país.

Assim, a articulação e integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão deve ser uma preocupação constante no âmbito do Instituto Federal do Amapá,

consoante ao processo de implementação de um projeto educacional cuja essência conceba o trabalho como mais um caminho desse processo de construção e desenvolvimento das relações sociais onde ciência e técnica se integrem, esta de forma complexa, reunificando cultura e produção e, aquela, com características operativas (KUENZER, 1997).

Sob essa perspectiva, o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão no Instituto Federal do Amapá não ocorrerá de maneira isolada, fechada como um fim em si mesmo, considerando, especialmente, que esse tripé se constitui em pilares de sustentação do princípio educativo dentro da nova institucionalidade. Ou seja, Ensino, Pesquisa e Extensão precisam desenvolver políticas e ações conjuntas caminhando dentro de uma perspectiva dialética, em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação e do Ministério de Ciência e Tecnologia e atentos aos processos de mudanças no contexto político, econômico, cultural e social peculiares ao estado do Amapá.

Assim, apresentamos os princípios elencados para Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, que não podem ser construídos de maneira dissociada do Ensino e da extensão.

2.9.1 - Princípios gerais para a pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica

- Sinergia entre Ensino, Pesquisa e extensão, atendendo a todos os níveis e modalidades de ensino;
- Estabelecimento de indicadores qualitativos e quantitativos de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação a partir das necessidades da comunidade em todos os domínios sociais para os quais o Instituto Federal do Amapá tenha potencial de atuação;
- Verticalização do Ensino;
- Produção e Transferência de Inovação e Tecnologia para a sociedade na forma de: competências científicas e tecnológicas dos egressos e pesquisadores; comercialização de bens intangíveis, devidamente protegidos no âmbito da propriedade intelectual;
- Desenvolvimento de inovações educacionais, sociais e organizacionais em parceria com outras instituições de ensino, organizações da sociedade civil e entidades governamentais.

2.9.2 - Diretrizes para a pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica

As diretrizes para a pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica para os Institutos Federais estão contidas na Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, no art. 6º, Incisos, VIII e IX, e estabelecem a cada Instituto que deverá

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção, cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente;

E no art. 7º, Incisos III e VI, alínea d e e estabelece que cada Instituto deverá:

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

VI - ministrar em nível de educação superior:

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Considerando os termos e as exigências legais da Lei 11.892/98 para a pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica, o Instituto Federal do Amapá apresenta em seu plano estratégico as seguintes diretrizes para institucionalizar ações visando a implantação/consolidação da pesquisa e da pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*) para discentes, docentes e demais servidores.

- Articular a pesquisa em todos os níveis e modalidades de ensino;
- Regulamentar as atividades de pesquisa, pós-graduação e inovação;
- Construir a cultura de pesquisa, no contexto dos *Câmpus*, onde a pesquisa aplicada e Inovação sejam práticas permanentes como fonte de retro-alimentação curricular;
- Estabelecer as linhas de pesquisa de interesse institucional;
- Estimular a formação e consolidação de grupos de pesquisa que favoreçam o fortalecimento da área específica de conhecimento, bem como a articulação entre as diversas áreas;
- Desenvolver Programas Institucionais de estímulo à Produção Científica e Tecnológica voltada para o Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação;
- Desenvolver ações e parcerias com diversas instituições de ensino superior

(UNIFAP, UEAP e outras) e apoiar o relacionamento com agências de fomento (CNPq, FINEP, CAPES e outras) visando a garantia do pleno desenvolvimento das atividades de pesquisa para projetos de iniciação científica, especializações, mestrados, doutorados e pós-doutorados;

- Promover associações entre instituições de ensino e pesquisa na forma de cooperação técnico-científica e educacional, para captação de cursos de pós-graduação aos servidores docentes e administrativos do Instituto Federal do Amapá;
- Estimular a formação e consolidação de grupos de pesquisa que favoreçam o fortalecimento da área específica de conhecimento, bem como a articulação entre as diversas áreas;
- Implementar um programa permanente de fomento, avaliação e acompanhamento das atividades de Pesquisa aplicada, Pós-graduação e Inovação, de acordo com os indicadores e com as prioridades institucionais;
- Estimular a socialização e divulgação interna e externa da produção científica do Instituto Federal do Amapá;
- Implantar o Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT, em conformidade com a Lei Federal pertinente e vigente;
- Apoiar e zelar pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção dos pesquisadores, das criações, licenciamento, inovações e outras formas de tecnologia;
- Desenvolvimento de inovações educacionais, sociais e organizacionais em parceria com outras instituições de ensino, organizações da sociedade civil e entidades governamentais.

2.9.3 - Programa de Formação Inicial e Continuada de trabalhadores

O Instituto Federal do Amapá tem como umas suas metas precípuas atuar em sintonia com as demandas sociais do mercado de trabalho com oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores, promovendo assim a qualificação inicial, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização, em todos os níveis de escolaridade, da mão de obra necessária ao desenvolvimento socioeconômico regional.

Esses Cursos deverão articular-se preferencialmente com os Cursos de

Educação de Jovens e Adultos, objetivando a qualificação para o trabalho e a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, o qual, após a conclusão com aproveitamento dos referidos cursos, fará jus à certificação de Formação Inicial ou Continuada para o trabalho. A sua oferta será definida no âmbito de cada Gerência Educacional, em função das áreas profissionais trabalhadas, da demanda e das condições ambientais, materiais e humanas. Serão coordenados e certificados pela Coordenação de Serviços e Extensão.

3 - IMPLEMENTAÇÃO INSTITUCIONAL E ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

3.1 - PROGRAMAÇÃO PARA ABERTURA DE CURSOS

O Programa para a abertura de novas vagas apresenta o planejamento da oferta dos cursos do Instituto Federal do Amapá para o interstício 2010 a 2020. Sendo que as informações constantes nas tabelas e gráficos apresentam a programação da oferta de cursos e vagas nos *Câmpus* Macapá e Laranjal do Jari, redimensionados para os períodos de 2010 a 2014 e 2015 a 2020, por semestre.

Estão detalhados os cursos nas modalidades de ensino em: Técnico Integrado, Técnico Subsequente, Técnico PROEJA, Curso Superior Tecnológico, Licenciaturas, Pós-Graduação Stricto e Lato Sensu e Formação Inicial e Continuada – FIC.

Nos períodos 2010 a 2014, o Instituto Federal do Amapá se apresenta em fase de implantação, devendo atingir seu auge da oferta de cursos o ano de 2014. A partir de 2015 haverá reformulação de seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, com avaliação e redimensionamento no planejamento da oferta de cada cursos, constante no Plano de Metas.

As tabelas A1 e A2, apresentam a oferta de cursos nas diversas modalidades de ensino do *Câmpus* Macapá para o período 2010 a 2014 e a tabelas A3 e A4 para o período 2015 a 2020. A tabela B1 apresenta a oferta de cursos nas diversas modalidades de ensino do *Câmpus* Laranjal do Jari para o período 2010 a 2014 e a tabela B2 para o período 2015 a 2020.

Os anexos I, II, III, IV, V e VI apresentam os demonstrativos em tabelas e gráficos da oferta de vagas por modalidade de cursos, por ano e semestre de forma

cumulativamente. Ou seja, para cada semestre é considerado a somatória do número de vagas de turmas novas, mais o número de vagas de turmas em curso.

(TABELA A1)

Campus Macapá											
Modalidade	Curso	Oferta de Vagas por Turno/Semestre/Ano									
		2010.1	2010.2	2011.1	2011.2	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2	2014.1	2014.2
Técnico Integrado											
Integrado	Técnico em informática			80							
Integrado	Técnico em informática					40		40		40	
Integrado	Técnico em edificações			80							
Integrado	Técnico em edificações					40		40		40	
Integrado	Técnico em alimentos			80							
Integrado	Técnico em alimentos					40		40		40	
Integrado	Técnico em mineração			80							
Integrado	Técnico em mineração					40		40		40	
Integrado	Técnico em eletrotécnica							80			
Integrado	Técnico em eletrotécnica									40	
				320		160		240		200	
Técnico Subsequente											
Subsequente	Técnico em informática		70								
Subsequente	Técnico em informática				40						
Subsequente	Técnico em informática					40		40		40	
Subsequente	Técnico em edificações		70								
Subsequente	Técnico em edificações				40						
Subsequente	Técnico em edificações					40		40		40	
Subsequente	Técnico em alimentos				40						
Subsequente	Técnico em alimentos					40		40		40	
Subsequente	Técnico em mineração				40						
Subsequente	Técnico em mineração					40		40		40	
Subsequente	Técnico em pesca							40			
Subsequente	Técnico em aquicultura									40	
			140		160	160		200		200	
Técnico PROEJA											
ProEJA	Técnico em edificações					40		40		40	
ProEJA	Técnico em alimentos					40		40		40	
ProEJA	Téc. em Man. e Sup. Em Informática							40		40	
						80		120		120	

(TABELA A2)

(TABELA A4)

CONTINUAÇÃO

Licenciatura em Ciências	Licenciatura em Química	40		40		40		40		40		40	
Licenciatura em Ciências	Lic. em Matemática	40		40		40		40		40		40	
Licenciatura em Ciências	Lic. em Ciências Naturais	40		40		40		40		40		40	
Licenciatura Tecnológica	Lic. em Informática EAD	80		80		80							
Outras Licenciaturas	Lic. em Letras – Língua Estrangeira F	40		40		40		40		40		40	
		280		280		280		200		200		200	
Pós graduação Lato Sensu													
Esp. para Professores	Esp. Engenharia e Segurança no Tra	30											
		30											
Pós graduação Stricto Sensu													
Mestrado	Mestrado em Educação			15									
				15									
Formação Inicial e Continuada													
Outros FIC	Gestão Documental da Administração	40		40									
Outros FIC	Atendimento ao Público	40		40		40		40		40		40	
Outros FIC	Técnica de Comunicação	40		40									
Outros FIC	Redação Oficial		40		40		40		40		40		40
Outros FIC	Informática Básica	40		40		40		40		40		40	
Outros FIC	Informática Avançada	40		40		40		40		40		40	
Outros FIC	Man. de Computadores	40		40		40		40		40		40	
Outros FIC	Bombeiro Hidráulico	20		20		20		20		20		20	
Outros FIC	Pedreiro	20		20		20		20		20		20	
Outros FIC	Projeto de Inst. Elétrica	30		30		30		30		30		30	
Outros FIC	Carpintaria	20		20		20		20		20		20	
Outros FIC	Proj. de Inst. Hidrossanitária	30		30		30		30		30		30	
Outros FIC	Proj. de Inst. em AUTOCARD	30		30		30		30		30		30	
		390	40	390	40	310	40	310	40	310	40	310	40
Total de Cursos		1580	40	1565	40	1350	40	1270	40	1270	40	1230	40

(TABELA B1)

Campus Laranjal do Jari

Modalidade	Curso	2010.1	2010.2	2011.1	2011.2	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2	2014.1	2014.2
Técnico Integrado											
Integrado	Técnico em informática			80		80		80			
Integrado	Técnico em Secretariado			40		40		40		40	
Integrado	Técnico em Meio Ambiente			80		80		80		80	
Integrado	Técnico em Floresta									80	
				200		200		200		200	
Técnico Subsequente											
Subsequente	Técnico em informática		120								
Subsequente	Técnico em informática				40		40		40		40
Subsequente	Técnico em Secretariado		80								
Subsequente	Técnico em Secretariado				40		40		40		40
Subsequente	Técnico em Secretaria Escolar		80								
Subsequente	Técnico em Meio Ambiente				40		40		40		40
			280		120		120		120		120
Técnico PROEJA											
ProEJA	Técnico em Comércio						40		40		40
							40		40		40
Curso Tecnológico											
CST	Tecnólogo em Meio Ambiente									40	
							80		80	40	80
Licenciatura											
Lic. em Ciências	Licenciatura em Ciências Naturais							40		40	
								40		40	
Formação Inicial e Continuada											
Outros FIC	Educação Financeira				30		30		30		30
Outros FIC	Atendimento ao Público			40		40		40		40	
Outros FIC	Técnica Vocal Básica				30						
Outros FIC	Informática Básica				40		40		40		40
Outros FIC	Organização de Eventos			30		30		30		30	
Outros FIC	Técnica Vocal Avançada					30					
Outros FIC	Inclusão Digital			30							
FIC para Professores	Técnica Vocal Básica			20							
FIC para Professores	Técnica Vocal Avançada					20					
				120	100	120	70	70	70	70	70
			280	320	220	320	310	310	310	350	310

(TABELA B2)

Campus Laranjal do Jari

Modalidade	Curso	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2	2019.1	2019.2	2020.1	2020.2
Técnico Integrado													
Integrado	Técnico em Meio Ambiente	80		80		80		80		80		40	
Integrado	Técnico em Floresta	80		80		80		80		80		40	
Integrado	Técnico em Serviços Públicos	80		80		80		80		80		40	
		240		240		240		240		240		120	
Técnico Subsequente													
Subsequente	Técnico em informática		40		40		40		40		40		40
Subsequente	Técnico em Secretariado		40		40		40		40		40		40
Subsequente	Técnico em Floresta		40		40		40		40		40		40
Subsequente	Técnico em Serviços Públicos		40		40		40		40		40		40
			160		160		160		160		160		160
Curso Tecnológico													
CST	Tecnólogo em Rede de Computadores					40		40		40			
CST	Tecnólogo em Meio Ambiente					40		40		40			
						80		80		80			
Licenciatura													
Lic. em Ciências	Licenciatura em Ciências Naturais					40		40		40			
						40		40		40			
Formação Inicial e Continuada													
Outros FIC	Atendimento ao Público					40		40		40			
Outros FIC	Técnica Vocal Básica												
Outros FIC	Informática Básica		40		40		40		40		40		40
Outros FIC	Organização de Eventos					30		30		30			
Outros FIC	Técnica Vocal Avançada												
Outros FIC	Inclusão Digital												
FIC para Professores	Técnica Vocal Básica												
FIC para Professores	Técnica Vocal Avançada												
			40		40	70	40	70	40	70	40		40
		240	200	240	200	430	200	430	200	430	200	120	200

(TABELA C)

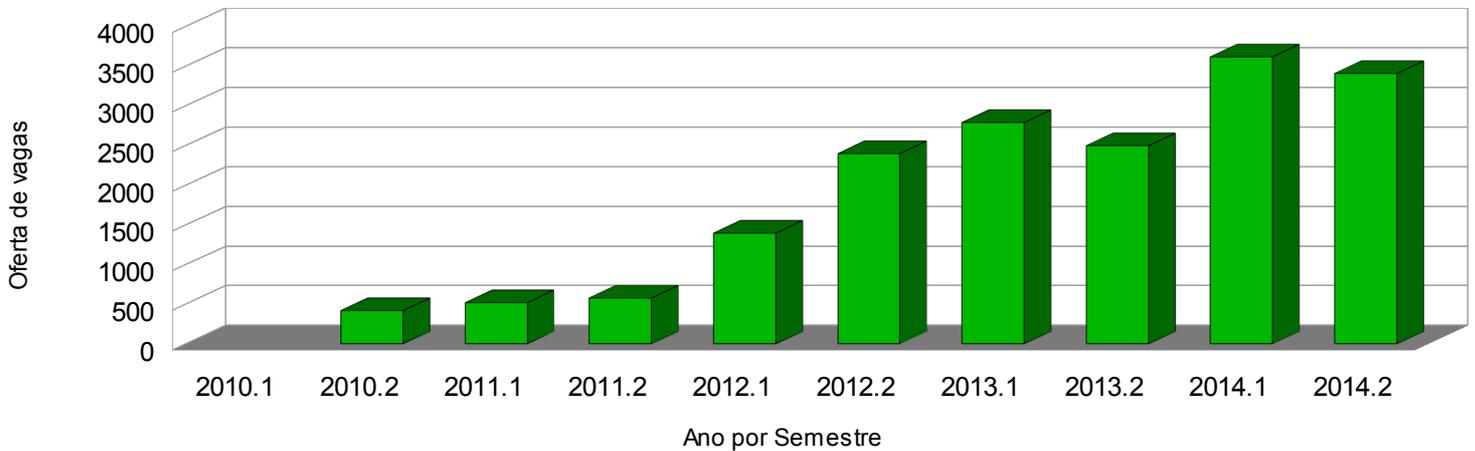
INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ										
Oferta de Vagas Por Modalidade de Cursos, Por Ano e Semestre										
2010 – 2014 (anexo I)										
	2010.1	2010.2	2011.1	2011.2	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2	2014.1	2014.2
TÉCNICO: INTEGRADO, SUBSEQUENTE E PROEJA	0	420	520	420	1040	2012	2040	1840	2400	2280
LICENCIATURA	0	0	0	160	241	282	440	440	750	750
CST	0	0	0	0	79	78	200	200	330	330
FIC	0	0	8	0	35,5	24	108,5	19	108,5	19
PÓS-GRADUAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	30	30
TOTAIS	0	420	528	580	1395,5	2396	2788,5	2499	3618,5	3409

Fonte: PDI e Acordo e Termos de Metas

A **tabela C**, do anexo I, apresenta a oferta de vagas distribuídas por modalidade de cursos, por ano e semestre cumulativamente no período de 2010.2 (segundo semestre) a 2014.2. Os números fracionados correspondem a ponderação do aluno equivalente em relação ao número de vagas dos cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC que é diferente da ponderação das vagas dos alunos dos cursos técnicos, tecnológicos e licenciaturas. Ponderação do FIC: n° carga horária semestral do curso /400 = n° de alunos. As vagas dos alunos dos cursos técnicos profissionalizantes, tecnológicos, licenciaturas e pós-graduação correspondem 1 vaga = 1 aluno.

INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ
Ofertas de Vagas Por Ano e Por Semestre

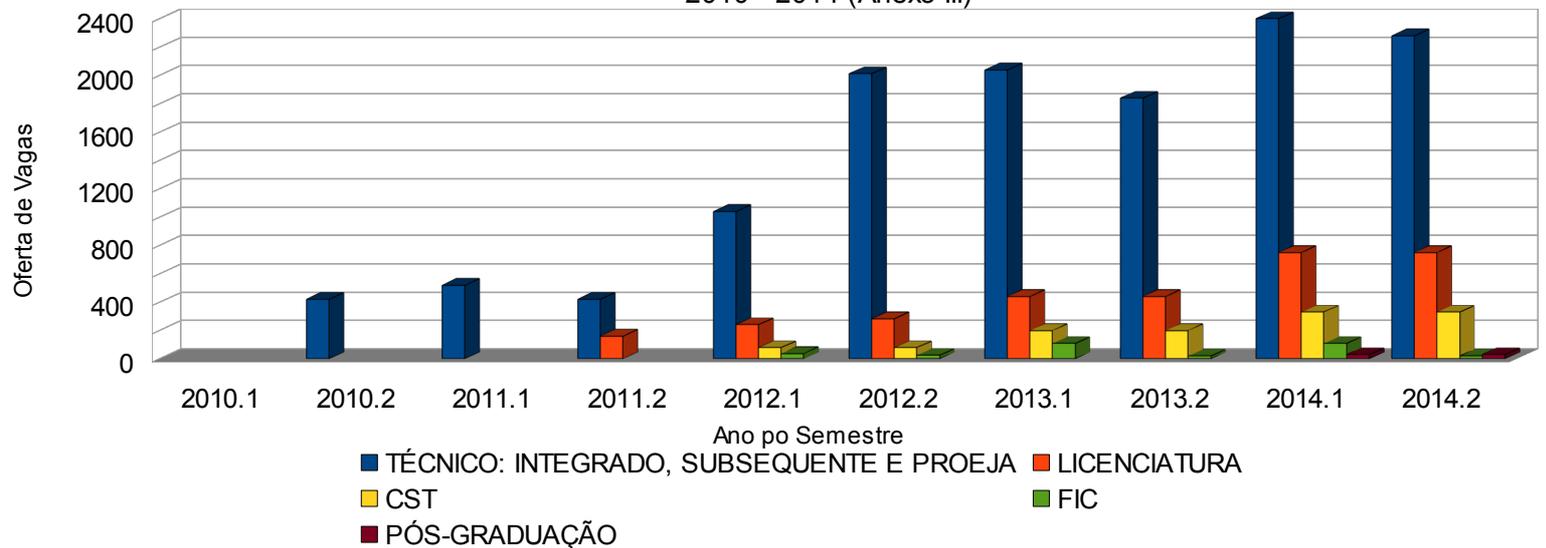
2010-2014 (Anexo II)



O anexo II apresenta o crescimento do número da oferta de vagas acumuladas de todos os cursos do IFAP no período de 2010.2 a 2014.2 (fase de implantação).

INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ
Ofertas de Vagas Por Ano e Por Semestre

2010 - 2014 (Anexo III)



O anexo III apresenta o comparativo e crescimento do número da oferta de vagas acumuladas nos cursos Técnicos (Integrado, Subsequente e PROEJA), FIC, Licenciatura, Curso Superior Tecnológico - CST e Pós-Graduação do IFAP no período de 2010.2 a 2014.2 (fase de implantação).

(TABELA B4)

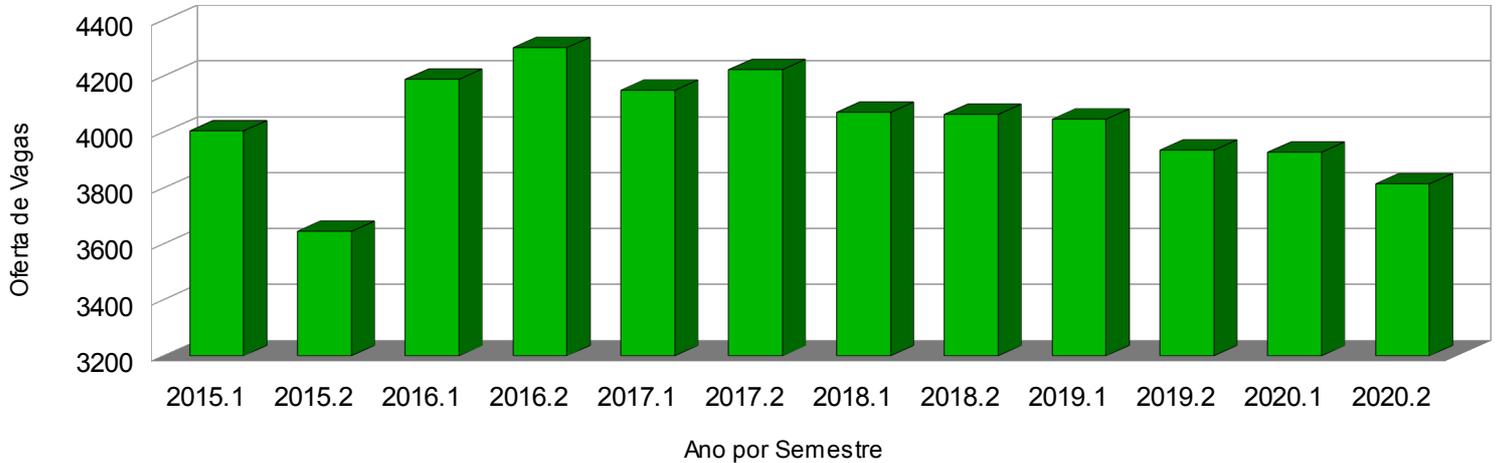
INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ											
Oferta de Vagas Por Modalidade de Cursos, Por Ano e Semestre											
2015 – 2020 (anexo IV)											
2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2	2019.1	2019.2	2020.1	2020.2
2320	2240	2400	2320	2360	2280	2360	2280	2280	2240	2240	2200
1070	880	1080	1080	1240	1240	1160	1160	1080	1080	1000	1000
450	480	560	560	600	600	600	600	600	600	600	600
104	16	104	16	88	16	88	16	88	16	88	16
60	30	45	15	15	15	15	15	0	0	0	0
4004	3646	4189	3991	4303	4151	4223	4071	4048	3936	3928	3816

Termo e Metas

O anexo IV, da tabela B4, apresenta a oferta de vagas distribuídas por modalidade de cursos, por ano e semestre cumulativamente no período de 2015.1 (segundo semestre) a 2020.2. Os números fracionados correspondem a ponderação do aluno equivalente em relação ao número de vagas dos cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC que é diferente da ponderação das vagas dos alunos dos cursos técnicos, tecnológicos e licenciaturas. Ponderação do FIC: n° carga horária semestral do curso / 400 = n° de alunos. As vagas dos alunos dos cursos técnicos profissionalizantes, tecnológicos, licenciaturas e pós-graduação correspondem 1 vaga = 1 aluno.

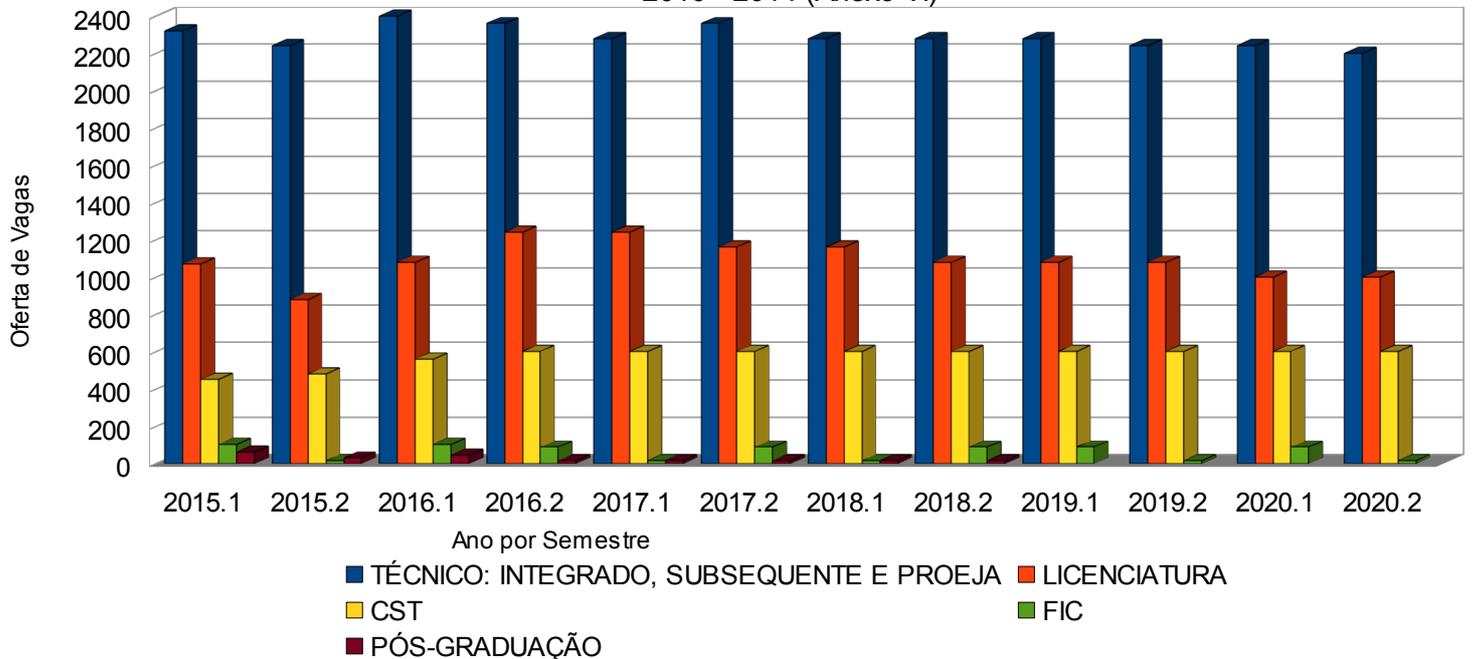
INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ
Ofertas de Vagas Por Ano e Por Semestre

2010 - 2014 (Anexo V)



O anexo V apresenta o crescimento do número da oferta de vagas acumuladas de todos os cursos do IFAP no período de 2015.1 a 2020.2.

INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ
Ofertas de Vagas Por Ano e Por Semestre
2010 - 2014 (Anexo VI)



O anexo VI apresenta o comparativo e crescimento do número da oferta de vagas acumuladas nos cursos Técnico(Integrado, Subsequente e PROEJA), FIC, Licenciatura, Curso Superior Tecnológico e Pós-Graduação do IFAP no período de 2015.1 a 2020.2.

3.2 - PLANO PARA ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS

As diretrizes que vão nortear as ações acadêmicas no âmbito do Instituto Federal do Amapá originam-se de sua concepção de mundo e educação a partir de princípios filosóficos e teóricos metodológicos Gerais que Norteiam as Práticas Acadêmicas do Instituto, inter-relacionadas com o desenvolvimento local e regional, para ofertar educação básica profissionalizante em diferentes níveis e modalidades e educação superior. Assim as ações de ensino-aprendizagem do instituto devem proporcionar a verticalização do ensino, articulando o diálogo entre os diversos níveis e modalidades da educação básica e superior, oportunizando ainda, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Em sua ação acadêmica, o Instituto Federal do Amapá priorizará a oferta de cursos técnicos de nível médio, de acordo com o Art. 8º da Lei 11.892/08 a reserva de, no mínimo 50% das vagas a cada período letivo aos cursos da Educação Básica.

Os cursos de nível superior, de tecnologia, são destinados a formar profissionais que vão suprir a demanda dos arranjos produtivos locais enquanto que a licenciatura, nas áreas de ciências da natureza e matemática, é destinada a reforçar a formação de professores para a educação básica e para a educação profissional.

Os programas de pós-graduação Lato sensu e Stricto sensu deverá garantir a formação de especialistas e, principalmente, de mestres e doutores que deverão fortalecer as bases teóricas e práticas do Instituto.

Finalmente, oferecer educação inicial e continuada de trabalhadores, buscando atingir todos os níveis de escolaridade, para formar especialistas e garantir a formação profissional no setor da educação técnica, profissionalizante e tecnológica.

3.2.1 - Perfil de egresso: concepção de formação profissional

A concepção de formação profissional que embasa o processo educacional ofertado pelo Instituto Federal do Amapá tem como foco a formação do cidadão trabalhador enquanto sujeito ativo, crítico, reflexivo, ético e contextualizado com as questões de seu tempo, capaz de compreender e intervir nas questões políticas, econômicas, culturais e sociais, vislumbrando a construção de uma sociedade mais justa, solidária e humana.

O perfil dos egressos dos cursos oferecidos pelo Instituto Federal do Amapá será construído a partir dos parâmetros de aferição de qualidade dos cursos que foram definidos pela demanda social e consubstanciados nos arranjos produtivos locais. A qualificação do profissional que será apresentado ao mundo do trabalho terá como fundamento principal a adequação e adaptação da política de ensino à realidade socioeconômica da região amazônica.

Em se tratando dos egressos dos cursos técnicos, o Instituto Federal do Amapá desenvolverá uma formação profissional tendo em vista a possibilidade de alcance dos seguintes aspectos: empregabilidade, continuidade dos estudos após a conclusão do curso e agente de intervenção no processo produtivo, desenvolvendo ciência e tecnologia.

Quanto aos cursos superiores, o egresso do Instituto Federal do Amapá deve ser um profissional voltado para a realidade amazônica, que apresente competências profissionais para atuar na modernização das estratégias de produção, introdução das mudanças metodológicas, tecnológicas, éticas e deontológicas.

O perfil do egresso de cada curso estará contido no seu projeto pedagógico.

3.2.2 - Princípios e abordagem metodológica

A metodologia do processo ensino-aprendizagem do Instituto deverá expressar-se através da relação dialógica e do incentivo à pesquisa em todos os níveis, superior e médio, e modalidades de ensino, em que o conceito de ensino aprendizagem à prática docente é aquele no qual ensino e aprendizagem são considerados como um único processo.

Esse processo é uma via de mão dupla que se desenvolve por meio de ensino e aprendizagem, assim é preciso fazer escolhas teóricas pedagógicas e metodológicas, essas escolhas formam as bases do processo de ensino e de aprendizagem institucional, assim o Instituto Federal do Amapá fundamenta enquanto seu processo didático-pedagógico um triplete inter relacionado de ensino, aprendizagem e avaliação da aprendizagem. Fundamenta esse processo na visão epistemológica construtivista sociointeracionista e no modelo pedagógico do desenvolvimento de competências e habilidades. (MORETTO, 2009). Pautado ainda pela tendência pedagógica progressista crítico social dos conteúdos.

Nesse contexto, o Instituto Federal do Amapá ofertará uma proposta de

formação que contemple as características socioeconômicas amazônicas e o redimensionamento do papel do Estado, que se reflete no grau de atuação na sociedade, com o objetivo de formar profissionais comprometidos e conscientes de seu papel transformador.

As estratégias metodológicas proporcionarão a interdisciplinaridade que será orientada, desde a sala de aula, reuniões pedagógicas para discussão dos objetivos traçados no projeto pedagógico até o projeto das atividades interdisciplinares e sua operacionalização, o que envolverá a comunidade interna e externa, num processo de integração e construção de um novo paradigma pedagógico.

Nesse paradigma inovador busca então “estimular a reflexão do aluno, o seu espírito investigativo, valorizando suas inteligências múltiplas, oportunizando um relacionamento dialógico com o professor, os colegas, a escola e o ambiente profissional [...]”, visa ainda possibilitar ao aluno a construção do seu próprio conhecimento, propiciando ainda o respeito deste, em suas diferenças individuais, “[...] considerando um ser único, valioso e com talentos próprios”. (FERREIRA; CARPIM; BEBRENS, 2009).

Tal abordagem do conhecimento exige que se amplie o espaço da sala de aula como locus privilegiado de construção do conhecimento; que a pesquisa e a extensão constituam-se em atividades cotidianas para os alunos; que os processos avaliativos possam fornecer parâmetros de reconstrução permanente da esfera educativa.

Além dos recursos de exposição didáticas, dos estudos práticos em sala de aula, estudos dirigidos e independentes, seminários, oficinas, debates, entre outros, é necessário incluir procedimentos metodológicos que assegurem a articulação da vida acadêmica com a realidade concreta da sociedade e com os avanços tecnológicos, incluindo, portanto, novas alternativas como os projetos de pesquisa, e fortalecimento no uso de recursos diversificados, como a televisão, multimídia, internet, visitas técnicas etc., considerando, entretanto, que esses recursos tecnológicos não podem se configurar como um fim em si mesmo, mas como um instrumento facilitador do processo de construção e assimilação do conhecimento, um mecanismo capaz de desenvolver no aluno a cultura investigativa, metodológica e uma postura criativa que lhe permita avançar frente ao desconhecido.

A cultura interdisciplinar desenvolve competências e habilidades que, certamente, auxiliam o educando a pensar e agir com criatividade, articulando as

áreas diferenciadas de saberes na busca das soluções necessárias para o desenvolvimento da sua área de atuação profissional, dentro da perspectiva globalizada e complexa do novo século.

Ressalta-se ainda, que a referida metodologia possibilita a realização de aulas desenvolvidas em situações didáticas e a didáticas propiciada pela Teoria das situações didáticas, que é uma teoria de aprendizagem desenvolvida por Guy Brousseau (1996), o qual coloca como ideia básica aproximar o trabalho do aluno ao trabalho de um pesquisador, testando conjecturas, formulando hipóteses, provando, construindo modelos, conceitos, teorias e socializando os resultados, com o devido auxílio do professor, que deverá mediar o processo e providenciar situações favoráveis para que o aluno haja sobre o saber, transformando-o em conhecimento para o mesmo.

Nessa proposta metodológica, é fundamental a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão por meio da interação e cooperação com os outros, cujo significado é o de compartilhar saberes com a finalidade de criar algo novo através da colaboração.

3.2.3 - Seleção e concepção dos conteúdos

Parte-se do pressuposto de que o conhecimento não é neutro, isto é, não alheio a valores e a interesses; o conhecimento é uma construção humana, portanto é uma construção histórica, valorativa e contextualizada.

Na proposição dos conteúdos, consideraram-se as Diretrizes Curriculares específicas para os Cursos de Graduação, emanadas do CNE, selecionados em função das competências referenciais e específicas estabelecidas na Proposta Curricular.

Libâneo (1993: 138) discute a questão dos conteúdos na sua dimensão crítico social, reconhecendo o seu caráter científico, histórico e social aliado às exigências teórico práticas de cada tipo de formação. O autor afirma que:

[...] a dimensão crítico social dos conteúdos, corresponde à abordagem metodológica na qual os objetos do conhecimento (fatos, conceitos, leis, habilidades e métodos) são apreendidos nas suas propriedades e características próprias e ao mesmo tempo, nas suas relações com outros fatos e fenômenos da realidade incluindo especificamente as ligações e nexos sociais que os constituem como tal.

Conceber o conteúdo, nesta perspectiva, foi uma opção feita pela comunidade interna e externa na organização do currículo que se quer, evitando-se

repetir os modelos educacionais reducionistas comportamentalista e/ou funcionalista que ressaltam apenas os saberes necessários para a execução de atividades profissionais segundo as exigências de mercado. Além disso, é possível dissociar o currículo por competências de uma perspectiva não crítica de educação, sintonizada principalmente com os processos de inserção social e o desenvolvimento de competências e habilidades.

Tudo isso representa viabilizar os conteúdos de ensino de forma integralizada e holística. O Instituto Federal do Amapá ao conceber o currículo de seus cursos definiu as matrizes teórico conceitual, sócio construtivista, crítica e emancipatória por entender o currículo articulado com o processo educativo de ensino-aprendizagem integrado á realidade, á contextualização e aplicação dos conhecimentos a situações e problemas concretos da prática social. Que se preocupa com:

- A base do conhecimento de acordo com um pensamento interdisciplinar a partir de competências, numa perspectiva integrada, pressupõe a mudança de estruturação do conhecimento de uma lógica disciplinar para uma lógica interdisciplinar;
- Incentivo à resolução de problemas novos – criar um ambiente construtivista e crítico emancipatório de aprendizagem que dê apoio a múltiplas perspectivas ou interpretações da realidade;
- Diversificação dos meios de desenvolvimento de competências – considerando as diferentes dimensões do saber agir, ser, fazer e viver juntos.
- Contextualização do educando quanto à historicidade dos produtos de seu trabalho – permitir ao aluno compreender que as mudanças decorrem de variáveis sociais, políticas e econômicas para que a aprendizagem se torne mais significativa; e
- Favorecimento de uma atitude reflexiva e de predisposição para com a profissão – importância da autoestima para o desenvolvimento da aprendizagem.

O Instituto Federal do Amapá reconhece que o processo educacional deve configurar a concepção, de que o desenvolvimento do ser humano em sua plenitude, ocorre de acordo com a qualidade de vida que ele usufrui em seu cotidiano: direitos essenciais à educação, trabalho, cultura e convivência humana. O compromisso em formar o homem para o mundo do trabalho implica em prepará-lo para enfrentar desafios, enriquecendo os currículos de educação básica e superior,

proporcionando a formação humana ampla, participativa a partir das perspectivas das necessidades e das demandas sociais e assim poderá contribuir para a uma sociedade mais justa e solidária, de formação humana ampla e integral.

3.2.3.1 - Integração entre teoria e prática

A integração entre teoria e prática será trabalhada no âmbito dos componentes curriculares, organizada em uma perspectiva interdisciplinar e contextualizada. Os momentos de prática serão utilizados como um meio complementar e integrado ao desenvolvimento das unidades de ensino, tendo como objetivo:

- Aprofundar o conhecimento técnico e científico;
- Oferecer o curso em um contexto real de sociedade;
- Estimular o autoconhecimento, o espírito investigativo, as relações pessoais;
- e
- Servir de estratégia para o estreitamento das relações com a comunidade e a sociedade durante o desenvolvimento de todos os componentes curriculares e não somente no momento do estágio supervisionado.

Adota como princípio da articulação entre a teoria e prática o desenvolvimento de atitudes pautadas em valores como ética, compromisso social, compartilhamento, solidariedade e respeito às diferenças entre os seres, além de incentivar ações em equipe.

A metodologia utilizada para sua execução se baseia na articulação do ensino, da pesquisa e da extensão no desenvolvimento do próprio curso. Criando canais de interlocução entre o Instituto Federal do Amapá, o curso e a sociedade, essa integração permitirá uma reciprocidade de conhecimentos – o da produção acadêmica para a comunidade e as demandas reais da comunidade subsidiando a formação do aluno.

As atividades que integram teoria e prática serão realizadas sempre em função de sua possibilidade, necessidade e coerência curricular:

- No âmbito do componente curricular, em atividades específicas e próprias de cada unidade curricular;
- Em momentos coletivos, em atividades interdisciplinares organizadas para o desenvolvimento dos projetos integrados;

- No âmbito das atividades de pesquisa, de extensão e em visitas técnicas e/ou pedagógicas.

A prática integrada à teoria permite a reflexão crítica da ação científica de conceitos universalmente reconhecidos, permitindo sua reprodução, (re) criação, sua negação e a produção de novos conhecimentos a partir de outros já existentes e, ainda, permite o tratamento do conteúdo de determinada disciplina em todas as suas dimensões – conceitual (saber), procedimental (saber/fazer) e atitudinal (saber/ser).

3.2.4 - Processo de Avaliação

A concepção de avaliação que deve nortear o sistema avaliativo do Instituto Federal do Amapá é a de uma avaliação formativa e diagnóstica, deixando esta de ter função apenas de constatação e apreensão de conteúdos. A avaliação deve ser vivenciada, portanto, como um processo contínuo.

Para avaliar-se a eficiência e eficácia do processo avaliativo, O Instituto Federal do Amapá adotará um sistema multidimensional de avaliação que inclui, entre outros, os seguintes aspectos:

- Avaliação da aprendizagem do aluno;
- Avaliação das estratégias de ensino;
- Avaliação do desempenho docente;
- Avaliação do plano de curso e do currículo.

A avaliação da aprendizagem é entendida como um meio para verificação dos níveis de assimilação do conhecimento, da formação de atitudes e do desenvolvimento de habilidades que se expressam através das competências requeridas para a qualificação profissional nas diversas áreas do conhecimento e habilitações correspondentes. Desta forma para o Instituto avaliar é construir saberes e conhecimentos, valorizando as construções feitas pelos atores envolvidos nesse processo.

A avaliação das estratégias de ensino é entendida como o mecanismo para diagnosticar e identificar, no desenvolvimento do currículo, os meios, instrumentos, mecanismos e recursos que melhor se ajustam à confirmação da aprendizagem do aluno.

A avaliação do desempenho docente assume função diagnóstica para favorecer ao professor, a percepção da eficácia, eficiência e os impactos de seu trabalho no planejamento, organização, aplicação e avaliação de suas atividades

docentes, em função da especificidade do curso em que trabalha.

A avaliação do currículo escolar é entendida como o instrumento que no processo de contextualização com o mundo do trabalho e a realidade concreta, favorece a percepção dos pontos de distorção e evidencia a necessidade de reformulações, adequações e melhorias na definição das competências e habilidades objeto de estudos, além da redefinição de objetivos educacionais, perfis profissionais e outros aspectos inerentes ao processo de formação do cidadão.

A avaliação do processo ensino-aprendizagem tem como parâmetro os princípios da proposta pedagógica e curricular, a função social e os objetivos da escola, os objetivos da área de conhecimentos e as respectivas competências e habilidades gerais e específicas. Compreende todas as dimensões do comportamento humano, nos aspectos cognitivo, afetivo e psicomotor e assume as funções diagnóstica, formativa e cumulativa.

Como faz parte das atribuições do Instituto Federal do Amapá trabalhar com modalidades de ensino diferentes, a avaliação de aprendizagem do aluno apresenta particularidades para cada nível e/ou modalidade.

3.2.4.1 - Processo de Avaliação no Ensino Superior

A avaliação nos cursos superiores do Instituto Federal do Amapá será feita de forma continuada e dividida em dois aspectos fundamentais: avaliação institucional e avaliação de rendimento – do aluno, do professor e do currículo.

A avaliação institucional consiste na avaliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão dos Cursos Superiores e está a cargo da CPA (Comissão Própria de Avaliação), instituída através de portaria da Reitoria. É composta por docentes, pessoal técnico administrativo, acadêmicos e representantes da sociedade civil organizada. Esta CPA tem como função a autoavaliação institucional nos seus aspectos de estrutura física, estrutura gerencial, corpo docente, corpo discente e currículo.

A verificação da aquisição de competências pelo acadêmico nos diferentes módulos dos Cursos Superiores dar-se-á através de diferentes formas como: trabalhos em equipes, pesquisas, desenvolvimento de projetos; instrumentos escritos; produção científica (artigos, resenhas, *papers*, memoriais, TCC, etc.), trabalhos e provas individuais; observações práticas (laboratórios, trabalho de campo, relatórios etc.).

Assim, a avaliação dos acadêmicos é concebida como uma prática processual composta por investigação diagnóstica, contínua, cumulativa, sistêmica e compartilhada em cada competência dos módulos.

3.2.4.2 - Processo de Avaliação nos Cursos Técnicos Integrados e Subsequentes

A avaliação, parte integrante do processo educativo, é entendida como um constante diagnóstico participativo na busca de um ensino de qualidade, resgatando-se seu sentido formativo e afirmando-se que ela não se constitui um momento isolado, mas um processo onde se avalia toda prática pedagógica.

Nesse sentido, considera-se que a avaliação da aprendizagem tem por finalidade promover a melhoria da realidade educacional do estudante, priorizando o processo de ensino-aprendizagem, tanto individual quanto coletivamente. Devendo, portanto, ser contínua e cumulativa, assumindo, de forma integrada, no processo de ensino-aprendizagem, as funções diagnóstica, formativa e somativa.

Dentro desse entendimento, à avaliação mais formalizada, cuja finalidade é verificar a aquisição de competências, deve-se aliar um processo formativo de avaliação, possibilitando a orientação e o apoio àqueles que apresentam maiores dificuldades para desenvolver as competências requeridas.

Considerando que o desenvolvimento de competências envolve conhecimentos (saberes), práticas (saber-fazer), atitudes (saber/ser) e mobiliza esse conjunto (saber/agir) na realização do trabalho concreto, é fundamental que os docentes adotem uma diversidade de instrumentos e técnicas de avaliação para que possam fazer um parâmetro da aprendizagem dos alunos dos cursos técnicos de nível médio na forma integrada e subsequente. Dentre essas técnicas e instrumentos, temos:

- atividades práticas;
- trabalhos de pesquisa;
- estudos de caso;
- simulações;
- resolução de problemas e/ou exercícios;
- projetos;
- situações-problemas;
- elaboração de portfólios e relatórios;

- provas escritas e/ou orais;
- O registro das observações.

Nos Cursos Técnicos de Nível Médio na forma integrada, o processo de avaliação obedece as seguintes normas gerais:

Apresenta como critérios para a avaliação da aprendizagem: a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos; a média aritmética ponderada igual ou superior a 6,0 (seis); frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do conjunto dos componentes curriculares de cada série; frequência ativa e integral nos estudos de recuperação, quando estes se fizerem necessários, e obtenção de êxito ao longo do processo ensino-aprendizagem.

O registro dos resultados da avaliação é bimestral, sendo que em cada bimestre letivo, deverão ser utilizados, no mínimo, 02 (dois) instrumentos avaliativos, sendo uma atividade parcial e uma atividade geral que deverá ser aplicada de forma individual escrita e/ou oral e/ou prática, conforme a especificidade do componente curricular.

Os resultados obtidos no processo de avaliação durante cada bimestre deverão ser expressos por notas, na escala de 0 a 10, referentes a cada componente curricular, sendo que cada atividade parcial poderá valer de 0 a 10 e a atividade geral de 0 a 10 pontos. A média do componente curricular no bimestre dar-se-á pelo total de pontos obtidos divididos pelo número de avaliações realizadas.

Ao final do período letivo, o estudante será aprovado se obtiver média aritmética ponderada igual ou superior a 6,0 (seis) em todos os componentes curriculares e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total dos componentes curriculares da respectiva série, de acordo com a seguinte fórmula:

$$MC = \frac{2M_1 + 2M_2 + 3M_3 + 3M_4}{10}$$

MC = Média do componente curricular

M1 = Média do 1º bimestre

M2 = Média do 2º bimestre

M3 = Média do 3º bimestre

M4 = Média do 4º bimestre

No que se refere aos cursos técnicos de nível médio na forma subsequente, o desempenho acadêmico dos estudantes por componente curricular será obtido a

partir dos processos de avaliação e também será expresso por uma nota, na escala de 0 (zero) a 10 (dez).

E Será considerado aprovado no período letivo o estudante que obtiver média aritmética ponderada igual ou superior a 6,0 (seis) em todos os componentes curriculares e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total de cada componente curricular, de acordo com a seguinte equação:

$$MC = \frac{3(N1 + N2) + 4N3}{10}$$

MC = Média do Componente Curricular

N1 = Nota da Avaliação Parcial 1

N2 = Nota da Avaliação Parcial 2

N3 = Nota da Avaliação Geral

A reprovação ocorrerá caso o estudante não obtenha frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total de cada componente curricular cursado, independente da média final

3.2.5 - Atividade Prática Profissional e Atividades Complementares e de Estágio

As atividades Complementares têm por finalidade propiciar ao aluno a oportunidade de realizar, em prolongamento ao currículo pleno, uma trajetória autônoma e particular, com conteúdos que lhe permitam enriquecer o conhecimento propiciado pelo curso, oferecendo aprofundamento de seus estudos por meio de uma visão mais ampla do recorte do conhecimento específico de sua formação.

Durante sua formação, o aluno deverá realizar atividades complementares de acordo com a carga horária mínima estabelecida em cada plano de curso, tendo como principais objetivos:

- Integrar os conhecimentos do aluno com a realidade de seu meio e do trabalho de sua área / curso;
- Articular a Instituição e os cursos com as organizações profissionais, movimentos sociais, sindicais, entre outras;
- Servir como um meio de reconhecimento das atividades de pesquisa, possibilitando ao aluno sua identificação com os processos de investigação;
- Valorizar as manifestações culturais dando-lhes suporte científico para a preservação e a difusão da cultura e do meio ambiente local;
- Estreitar as relações dos diversos setores do Instituto Federal do Amapá, da

comunidade local e das organizações públicas e privadas.

Essas atividades serão ajustadas entre o corpo discente e as coordenações de cursos, que as tornarão públicas, com carga horária definida para cada uma, de forma a permitir a livre escolha pelo aluno. São as seguintes atividades que se caracterizam como complementares à formação:

- Projetos de pesquisas especiais articuladas ao curso;
- Monitoria;
- Atividades de intercâmbio;
- Projetos de extensão;
- Módulos temáticos (com ou sem avaliação);
- Seminários, visitas técnicas, simpósios, congressos, conferências e outras atividades organizadas com fins de difusão de temas diversos ligados a área do Curso;
- Cursos de educação continuada.

Outro importante componente curricular da prática profissional é o estágio supervisionado, que se constitui no conjunto das atividades de ensino aprendizagem cultural, social e profissional, proporcionadas ao estudante por meio de sua ação prática em situações concretas da vida e trabalho.

O estágio supervisionado é uma atividade que propicia ao aluno adquirir experiência profissional específica que deve contribuir de forma eficaz, à sua futura prática profissional.

Tem como objetivo: oportunizar ao aluno a práxis de seus conhecimentos acadêmicos, refletindo sua atuação entre a teoria e a prática.

O estágio supervisionado, tanto no ensino profissional como no nível superior, poderá ser vivenciado no interior do Instituto Federal do Amapá ou em empresas e ou escolas públicas ou privadas, desde que ofereçam as condições necessárias ao desenvolvimento de uma experiência investigativa reflexiva e de prática efetiva na área de formação do estudante.

O estágio supervisionado deverá ser organizado e concretizado de acordo com a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

3.3 - INOVAÇÕES SIGNIFICATIVAS QUANTO À FLEXIBILIDADE DOS COMPONENTES CURRICULARES

A proposta curricular do Instituto Federal do Amapá pretende desenvolver os seus componentes básicos de forma integrada, com vistas à formação profissional reflexiva e prática.

A articulação dos componentes curriculares dar-se-á no início do curso, por meio de atividades desenvolvidas nas realizações dos Projetos Integradores cujo objetivo central é o estudo e a abordagem prática da temática destacada para cada semestre e culminará com ações efetivadas durante o estágio supervisionado. Para atingir essa integração, é essencial que a proposta curricular se configure como caráter de transversalidade nas disciplinas.

3.4 - OPORTUNIDADES DIFERENCIADAS DE INTEGRALIZAÇÃO DOS CURSOS

O Instituto Federal do Amapá se mobilizará no sentido de fazer com que os alunos ingressados nos mais diferentes cursos, possam alcançar a integralização dos mesmos, a partir de estratégias que constarão nas suas matrizes curriculares.

3.5 - AVANÇOS TECNOLÓGICOS

O Instituto Federal do Amapá propiciará aos alunos e servidores a participação integralizada em ações junto à comunidade, que fomentem a construção de novas práticas de ensino, pesquisa e extensão, possibilitando, dessa forma, o aproveitamento de conhecimento de todos os segmentos ligados direta ou indiretamente ao Instituto.

Colocará a tecnologia e as novas tecnologias da informação e comunicação a serviço da formação global dos diferentes sujeitos envolvidos direta ou indiretamente com o instituto, considerando a construção de valores essenciais ao desenvolvimento humano, ao desempenho ético, crítico e técnico de uma profissão e a percepção da competência transformadora do cidadão.

4 - CORPO DOCENTE

4.1 - REQUISITO DE TITULAÇÃO

Os requisitos exigidos para o cargo e carreira de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico é possuir habilitação específica obtida em licenciatura plena

ou habilitação legal equivalente. Para o cargo de Professor Titular do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico o candidato deverá ser detentor do título de doutor ou de Livre Docente.

4.2 - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO

O ingresso na Carreira de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico dar-se-á somente através de concurso público de provas escrita, didática e títulos.

4.3 - POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO, PLANO DE CARREIRA E REGIME DE TRABALHO

4.3.1 - Política de Qualificação

A política de qualificação tem como princípios: a ética, a transparência, a cidadania e o envolvimento de todos os servidores do Instituto Federal do Amapá. Sua concepção filosófica se embasa na ideia de que o servidor é um ser de múltiplas dimensões, tais como: econômica, social, cultural, ética, ecológica e política.

As atividades/projetos de qualificação objetivarão, principalmente, implantar um processo permanente de melhoria qualitativa do trabalho organizacional, através da valorização e do desenvolvimento de talentos humanos da organização – docentes e técnicos administrativos – capacitando-os para o melhor desempenho de suas funções, bem como criando condições de incentivo e adequação funcionais com vistas à elevação dos níveis de motivação e compatibilidade dos profissionais ao cargo. A política que trata da qualificação dos servidores do Instituto Federal do Amapá, será regulamentada por resolução do Conselho Superior

4.3.2 - Plano de Carreira

A carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico é regulada pela Lei nº. 11.784, de 22 de setembro de 2008, que trata do Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico com as seguintes classes D I, D II, DIII, D IV e D V. Cada classe com quatro níveis, designados pelos números de 1 a 4, exceto a D IV, que possui nível único e a D V que possui apenas três níveis, designados pelos números de 1 a 3.

4.3.3 - Regime de trabalho

Aos titulares dos cargos de provimento efetivo do Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico será aplicado um dos seguintes regimes de trabalho:

I - tempo parcial de 20 (vinte) horas semanais de trabalho;

II - tempo integral de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em 2 (dois) turnos diários completos; ou

III - dedicação exclusiva, com obrigação de prestar 40 (quarenta) horas semanais de trabalho em 2 (dois) turnos diários completos e impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada.

Parágrafo único. Aos docentes aos quais se aplique o regime de dedicação exclusiva permitir-se-á:

I - participação em órgãos de deliberação coletiva relacionada com as funções de Magistério;

II - participação em comissões julgadoras ou verificadoras relacionadas com o ensino ou a pesquisa;

III - percepção de direitos autorais ou correlatos; e

IV - colaboração esporádica, remunerada ou não, em assuntos de sua especialidade e devidamente autorizada pela Instituição Federal de Ensino para cada situação específica, observado o disposto em regulamento.

(Lei 11.784, 2008)

4.3.4 - Acompanhamento do Desenvolvimento do Servidor na Carreira

4.3.4.1 - Estágio Probatório

O Estágio Probatório será regulamentado mediante resolução do Conselho Superior. (LEI 8.112/90; Emenda Constitucional nº 19/98)

4.3.4.2 - Avaliação de Desempenho e Progressão Funcional

A progressão funcional por desempenho será requerida após o cumprimento do interstício de dezoito meses no nível respectivo, mediante avaliação de desempenho. Para progredir por mérito, o docente terá que alcançar uma pontuação mínima, na avaliação de desempenho cujos os critérios serão estabelecidos pela CPPD, mediante resolução do Conselho Superior. O desempenho acadêmico é avaliado através de relatório individual, relacionando todas as atividades acadêmicas, técnico-pedagógicas e administrativas e em seguida encaminhar relatório constando as atividades realizadas no interstício avaliado para a Comissão Permanente de Progressão Docente (CPPD), para análise e providencias. O reitor nomeará uma Comissão provisória para avaliar o desempenho dos docentes por mérito, até que sejam escolhidos os membros dentre os seus pares, que comporão

a CPPD (lei 11.784/08).

4.4 - PROCEDIMENTOS PARA SUBSTITUIÇÃO EVENTUAL E DEFINITIVA DE DOCENTES

A Instituição poderá realizar contratação de Professor efetivo através de concurso público observando sempre seu banco de professores equivalentes. A contratação de Professores Substitutos será através de Processo Seletivo Simplificado por prazo determinado poderá ocorrer para substituições eventuais de docente da carreira de Magistério do Ensino Básico Técnico e Tecnológico, nos casos de exoneração ou demissão, falecimento, aposentadoria, afastamento para tratamento de saúde, licença para mandato eletivo, licença à gestante, licença para acompanhamento de cônjuge, afastamento para cursar Pós-Graduação em nível *stricto sensu*, quando autorizado pela Instituição, licença para atividade Política e nomeação para ocupar o cargo de reitor, pró-reitor e diretor de Câmpus.

(LEI 11.874/08 ; Medida Provisória nº 525/11 ; lei 8745/93)

4.5 - SELEÇÃO E ADMISSÃO, VIA CONCURSO PÚBLICO, PARA O PROVIMENTO DO CORPO DOCENTE CONSIDERANDO O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDI

O Instituto Federal do Amapá, considerando o Plano de Metas aprovado pelo MEC em 2010, poderá promover a contratação de 180 (cento e cinquenta) docentes e 100 (cem) técnicos administrativos, que atenderão a 3.600 alunos para o *Câmpus* de Macapá e a contratação de 60 (sessenta) docentes e 45 (quarenta e cinco) técnicos administrativos que atenderão 1.200 alunos para o *Câmpus* de Laranjal do Jari.

5 - CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

5.1 - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E ADMISSÃO

Para ingressar no quadro efetivo de servidores de técnico administrativo do Instituto Federal do Amapá será através de Concurso Público de provas ou de provas e títulos, conforme determina o art. 37, inciso II da Constituição Federal.

Ingressam ainda ao quadro de servidores do Instituto Federal do Amapá, os servidores ocupantes de Cargo Comissionados, observado o Estatuto e o

Regimento Interno do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá.

O corpo técnico-administrativo do Instituto Federal do Amapá será regido pelo Regime Jurídico Único (Lei nº. 8.112/90), e pela Lei 11.091/2005, o qual trata do Plano de Carreira dos Servidores Técnico Administrativos em Educação.

5.2 - PLANO DE CARREIRA, REGIME DE TRABALHO E POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO

Os servidores técnico-administrativos efetivos são regidos pelo Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação através da Lei nº. 11.091/2005 a qual expõe a reestruturação dos cargos técnicos administrativos, a concessão do incentivo a qualificação, a progressão funcional por capacitação e a progressão funcional por mérito profissional.

Os servidores técnico-administrativos ficam submetidos ao regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, distribuídos em dois turnos, excetuadas as situações estabelecidas em leis específicas.

A Política de Capacitação e Qualificação dos servidores técnico-administrativos se efetivará considerando-se:

- a) O fator custo/benefício, em cada ação/projeto de capacitação.
- b) A necessidade de otimização dos recursos financeiros disponíveis com a Política de Capacitação de modo a possibilitar e contemplar o maior número de pessoas com ações de capacitação;
- c) A relação entre as atividades desenvolvidas pelo servidor, a temática do curso e aos objetivos institucionais.

A Composição do Quadro efetivo dos servidores se dá de acordo com o Cronograma de Implementação, contido no anexo.

6 - CORPO DISCENTE

6.1 - FORMAS DE ACESSO

O acesso aos cursos do Instituto Federal do Amapá se dará de acordo com a natureza do próprio curso oferecido e conforme a clientela a ser atendida contemplando a ampliação das diferentes formas de acesso. Em algumas situações, o processo seletivo objetivará selecionar candidatos dentre uma clientela específica,

visando à democratização do ensino, possibilitando assim aos grupos em desvantagens social a escolarização com formação profissional. Isso ocorrerá nos casos em que o Instituto Federal do Amapá constituir parceria e firmar convênios com outras Instituições.

O Instituto Federal do Amapá oferece as seguintes modalidades ensino e respectivas formas de acesso:

- **Ensino Médio Integrado:** ingresso por processo seletivo ou transferência. Com a ressalva de que 50% das vagas oferecidas serão destinadas a alunos oriundos da escola pública;
- **Ensino Técnico Subsequente:** ingresso por processo seletivo ou transferência;
- **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos/PROEJA TÉCNICO:** ingresso por processo seletivo e/ou análise socioeconômico;
- **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Formação Inicial e Continuada/PROEJA-FIC:** ingresso por inscrição feita por ordem de chegada até completar o número de vagas e/ou de acordo com os critérios estabelecidos em parcerias firmadas com outras instituições;
- **Formação Inicial e Continuada (FIC):** ingresso por inscrição feita por ordem de chegada até completar o número de vagas. Os cursos de FIC oferecidos no Instituto Federal do Amapá são de responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão e serão ofertados conforme projetos apresentados pelos docentes, técnicos ou parceiros, sendo que cada projeto deverá definir seu perfil de público alvo e também atender aos arranjos produtivos locais, de acordo com a realidade socioeconômica da região;
- **Graduações (Licenciaturas, Bacharelado e Tecnologia):** ingresso por processo seletivo, transferência ou Sistema de Seleção Unificada (SiSU);
- **Pós-Graduação:** ingresso processo seletivo.

O Instituto Federal do Amapá organizará a sistemática de inserção de outras modalidades, níveis de ensino e formas de acesso, em projeto específico aprovado pelo Conselho Superior.

O Processo Seletivo/Vestibular do Instituto Federal do Amapá terá suas

normas e critérios publicados em editais específicos para cada modalidade de ensino. Em caso de ingresso por transferência ex-offício, o Instituto Federal do Amapá pautar-se-á de acordo com a Lei 9.536 de 11.12.1997. Ressalta-se que a transferência poderá ocorrer também, além da ex-offício, de um Câmpus para outro; de outro Instituto Federal ou de outra Instituição de ensino pública atendendo aos critérios estabelecidos pelo Instituto Federal do Amapá em documento específico.

Além do ingresso por vestibular ou transferência, existem ações do Ministério da Educação, no que se refere ao acesso:

a) Exame Nacional de Ensino Médio – ENEM: é reconhecida pela avaliação e classificação de rendimento estudantil instituída pelo MEC em 1998, pela portaria nº. 438 de 28/05/1998 (MEC,1998), denominada de Exame Nacional de Ensino Médio - ENEM que permite, através de avaliação oficial, a atribuição de notas aos alunos concluintes ou que já concluíram o Ensino Médio servindo para a concessão de bolsas nas Instituição de Ensino Superior das IES privadas pela portaria nº. 24 de 23 de março de 2004 e, se constitui também em um instrumento norteador para o ingresso no ensino superior nas IES públicas, conforme a Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010. Esse sistema de acesso instituído pelo MEC sugere, atualmente, que as Instituições tenham autonomia para optar pela classificação entre quatro possibilidades de utilização do ENEM: como fase única, com o Sistema de Seleção Unificada (SiSU), informatizado e *on-line*; como primeira fase; combinado com o vestibular da instituição; como fase única para as vagas remanescentes do vestibular.

b) Sistema de Cotas: Afro-descendentes e indígenas: a Lei nº. 10.558/2002 no Art. 1º. cria o Programa Diversidade na Universidade, com a finalidade de implementar e avaliar estratégias para a promoção do acesso ao ensino superior de pessoas pertencentes a grupos socialmente desfavorecidos, especialmente dos afrodescendentes e dos indígenas brasileiros. Já o Projeto de Lei 3.627/2004 institui o Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior conforme prevê os artigos seguintes:

Art. 1º As instituições públicas federais de educação superior reservarão, em cada concurso de seleção para ingresso nos cursos de graduação, no mínimo, **cinquenta** por cento de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Art. 2º Em cada instituição de educação superior, as vagas de que trata o

art. 1º serão preenchidas por uma proporção mínima de declarados negros e indígenas igual à proporção de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Parágrafo único. No caso de não-preenchimento das vagas segundo os critérios do **caput**, as remanescentes deverão ser completadas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas: o Decreto Federal nº. 2.208/97; o Parecer do Conselho Nacional de Educação CNE/CEB nº 16/99 e a Resolução do CNE nº 4/99 estabelecem normas para a educação profissional de pessoas com necessidades especiais, considerando-se aquelas que apresentam deficiências físicas, sensoriais ou intelectuais, de altas habilidades ou de condutas típicas e pessoas com mobilidade reduzida.

Quanto à forma de ingresso e reserva de vagas aos cursos oferecidos pelo Instituto Federal do Amapá, será definido em Resolução aprovada pelo Conselho Superior.

6.2 - ACESSIBILIDADE DO ALUNO A DADOS INSTITUCIONAIS *ON LINE*

Para viabilizar ao aluno a acessibilidade aos dados pedagógicos e favorecer a integração institucional, o Instituto Federal do Amapá oferecerá aos discentes serviços e ferramentas de comunicação por meio de extranet, além da disponibilidade de *e-mail* institucional. Os serviços serão gerenciados pela Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI).

- Ambiente Virtual do Aluno: neste espaço, a partir de uma extranet (item disponibilizado no *site* institucional), o aluno terá acesso a todos os dados escolares/acadêmicos pessoais (notas, faltas, declarações, etc.) e a algumas informações coletivas (apostilas, materiais didáticos, etc.) postadas pelos professores.
- E-mail institucional: durante todo o curso, o aluno terá direito a um *e-mail* institucional com capacidade de 200 MB, sendo cancelado após um ano da conclusão das atividades acadêmicas.

6.3 - PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO

Para que o discente possa desenvolver-se em sua plenitude acadêmica é

necessário associar a qualidade do ensino ministrado a uma política efetiva de investimento em assistência, a fim de atender às necessidades básicas de moradia, alimentação, saúde, esporte, cultura e lazer, inclusão digital, transporte, apoio acadêmico entre outras condições.

A Constituição Federal de 1988 consagra a educação como dever do Estado e da Família (art. 205, *caput*) e tem como princípio a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (art. 206, I).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, contém também, dispositivos que amparam a assistência estudantil, entre os quais se destacam: “*Art. 3º - O ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;...*”. A LDB, determina ainda que “*a educação deve englobar os processos formativos e que o ensino será ministrado com base no princípio da vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais*” (Lei n. 9.394, de 29/12/96, artigo 1º, parágrafos 2º e 3º, inciso XI).

Portanto, diante da realidade socioeconômica dos discentes e embasado na legislação vigente, o Instituto Federal do Amapá já possui em sua Gestão alguns programas e Bolsas que garantem a permanência dos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e outros em processo de estudo e implantação, a saber:

6.3.1 - Programas

- a) Programa do Livro Didático: Com a matrícula dos alunos nos cursos Técnicos Integrados, o Instituto Federal do Amapá consolidou o Programa do Livro Didático, disponibilizando a todos os referidos alunos os livros necessários para os estudos;
- b) Programa de Atendimento Social e Psicológico: Para efetivar o Programa de Atendimento Social e Psicológico, o Instituto Federal do Amapá possui em seu quadro de pessoal, assistente social e psicólogo que prestam atendimento de orientação, aconselhamento e acompanhamento a alunos e pais de alunos, encaminhados pela equipe pedagógica dos departamentos de ensino e/ou através de demanda espontânea;
- c) Programa de Alunos Estagiários: Em processo de implantação e implementação, este programa visa ao desenvolvimentos da prática do estágio profissional com o desenvolvimento de atividades em setores específicos do Instituto Federal do Amapá, segundo o perfil profissional exigido pelo Curso, sem

nenhum custo para a instituição;

d) Programa de Auxílio/uniforme Escolar: O Programa adotará como critério de seleção o perfil socioeconômico do aluno;

e) Programa de Bolsa de Assistência Estudantil PROEJA: O Instituto Federal do Amapá contemplará os alunos matriculados nos cursos do PROEJA que apresentam frequência em sala de aula e um rendimento satisfatórios. A finalidade da bolsa é fomentar o desenvolvimento da Educação Profissional para assistência ao estudante do PROEJA, com vistas a contribuir para a permanência desse aluno na escola;

f) Programa de Material Didático-pedagógico: Tem por finalidade contemplar os alunos que apresentam maior grau de carência econômica, atendendo à especificidade de cada curso;

g) Programa Alimentação ao Estudante: Refeitório com vista ao atendimento dos alunos, com o objetivo de contribuir para a permanência e o bom desempenho acadêmico do aluno de baixa renda. O referido programa deverá se pautar em dois requisitos básicos: ser viabilizado através de uma alimentação nutricionalmente equilibrada, com garantia de segurança alimentar e oferecimento de refeição de baixo custo;

h) Programa de Atendimento Médico Odontológico: O Instituto Federal do Amapá contará, em seu quadro de pessoal, com cirurgiões dentistas, médicos, enfermeiro, além de técnicos em enfermagem, os quais, através das atividades do setor médico prestarão atendimento aos alunos com serviços odontológicos de restauração, consulta e exames médicos;

i) Programa de Orientação Educacional: Objetiva viabilizar igualdade de oportunidade, contribuir para melhoria do desempenho acadêmico e fortalecer as atividades educacionais, através de projetos, orientações de estudos, dicas profissionais, palestras;

j) Programa de Material Didático (Kit: material técnico, bolsa, lápis, calculadora, borracha, régua, etc.).

6.3.2 - Bolsas

a) Bolsa Auxílio/Transporte E Bolsa Auxílio-Alimentação: Em relação ao programa de aspectos financeiros, o Instituto Federal do Amapá, disponibiliza o auxílio-transporte, que consiste na concessão de um valor financeiro mensal com

base no número de dias letivos, objetivando os trajetos (residência/câmpus/residência) e valores cobrados pelos serviços de transporte urbano e intermunicipal. O auxílio-alimentação, que consiste na concessão de um valor financeiro mensal fixo, para complementar no ambiente escolar a alimentação do aluno selecionado. Esses programas visam a redução da evasão escolar.

b) Bolsa Formação Profissional: O referido Programa tem como finalidade atender aos alunos que apresentam maior grau de carência socioeconômica. Para tanto, os critérios de adesão ao mesmo serão definidos pelo Serviço Social, a partir dos seguintes procedimentos: lançamento do edital; posteriormente, o preenchimento da ficha de inscrição; entrevista; a análise da renda familiar *per capita* e visitas domiciliares, quando da seleção dos alunos e assinatura do Termo de Compromisso. O valor da bolsa pago mensalmente corresponde a 60% do valor do salário mínimo vigente. Como contrapartida, esses alunos bolsistas, no turno oposto ao horário das aulas, desenvolverão atividades específicas, nos vários setores do Instituto Federal do Amapá.

c) Bolsa de pesquisa: objetivará a criação de grupos de trabalho com alunos de iniciação científica coordenados por professores, a fim de viabilizar as seguintes ações:

- Auxílio aos discentes no processo ensino-aprendizagem;
- Disseminação da cultura de investigação científica, incentivando talentos potenciais entre estudantes, mediante participação em projetos de pesquisa, orientados por pesquisador da Instituição;
- Fomento ao surgimento de grupos de pesquisa no Instituto Federal do Amapá;
- Integração da Pesquisa, do Ensino e da Extensão, na Instituição;
- Fomento à produção intelectual, desenvolvendo pesquisas nas áreas de abrangência dos cursos.

6.4 - ESTÍMULOS À PERMANÊNCIA

6.4.1 - Programas de nivelamento, atendimento psicopedagógico

Como mecanismos de estímulo à permanência do aluno e superação de suas dificuldades de aprendizagem, o Instituto Federal do Amapá adotará as seguintes práticas:

- a) Em todos os cursos técnicos, haverá uma etapa de fundamentação, onde o aluno será contextualizado com a realidade da área profissional e da profissão que escolheu;
- b) Nos cursos técnicos e tecnológicos haverá a exigência da adoção de mecanismos de recuperação da aprendizagem, para aqueles alunos que apresentarem dificuldades de aprendizagem. Um dos mecanismos será o seguinte:

Bolsa/Monitoria: O monitor/bolsista recebe uma bolsa/monitoria e certificado ao final, além de ter a carga horária desenvolvida registrada em seu histórico escolar como atividade acadêmica complementar. Os critérios para ter direito à referida bolsa passarão pelo desempenho do aluno e/ou do acadêmico em termos de notas e de frequência e serão definidos em Edital.

O Bolsa/Monitoria constituir-se-á como um programa de nivelamento de apoio aos discentes desenvolvido pelo Instituto Federal do Amapá para propiciar ao aluno da Instituição o acesso ao conhecimento básico em disciplinas de uso fundamental aos seus estudos técnicos e/ou universitários. O propósito principal do nivelamento será oportunizar ao público-alvo (alunos com dificuldades no processo ensino-aprendizagem) uma revisão de conteúdos, proporcionando, por meio de explicações e de atividades, a apropriação de conhecimentos esquecidos ou não aprendidos.

O Instituto Federal do Amapá lidará com equilíbrio e bom senso com esta realidade e instituirá, para seus alunos, o programa de nivelamento, que pode ser definido como um procedimento de apoio ao estudo e uma atividade pedagógica de fundamental importância para a sua formação, como aluno técnico/universitário. Espera-se que o nivelamento contribua para a superação das lacunas herdadas do ensino nos níveis anteriores e ajude os alunos/acadêmicos a realizar um curso técnico/superior de qualidade.

- A atividade de monitoria visa a atender os seguintes objetivos:
- Oportunizar ao aluno monitor a experiência com o processo ensino-aprendizagem;
- Auxiliar na execução dos programas para melhoria do aprendizado;
- Servir como elo entre professor e alunos.

O Instituto Federal do Amapá, com o objetivo de garantir não só a entrada, mas também a permanência do aluno em seu universo de produção de

conhecimento, buscará trabalhar, com base nos princípios abaixo relacionados:

- Criação e operacionalização de mecanismos para redução de evasão, abandono e repetência;
- Maior integração da escola com a família do estudante, promovendo um intercâmbio de informações mais intenso, para melhorar o acompanhamento da aprendizagem e a assistência ao aluno de uma forma geral;
- Criação de programa para melhoria da qualidade de vida (discussão de temas, orientações etc.);
- Oferta de Orientação Psicopedagógica e Social através da criação de postos de atendimento com profissionais da área;
- Promoção de ações socioeducativas;
- Promoção de debates sobre trabalho e mercado;
- Orientação afetivo-sexual;
- Prevenção ao uso abusivo de álcool e outras drogas;
- Incentivo à participação dos estudantes em atividades de pesquisa e extensão;
- Incentivo às práticas esportivas, através da implantação e implementação programas/projetos de iniciativa do Instituto Federal do Amapá e/ou através de parcerias com outras Instituições.

6.5 - ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL

O Instituto Federal do Amapá tem como premissa o exercício da participação discente. Por isso almeja estimular no meio estudantil políticas de liderança garantindo a ampla representação estudantil, a partir da constituição e fortalecimento de Grêmios estudantis e Diretórios Acadêmicos dentre outras entidades, organizados de forma autônoma através do corpo discente.

Os Diretórios Acadêmicos são órgãos representativos dos estudantes de cada curso superior. Aos estudantes de cada curso caberá definir a estrutura e o funcionamento do Diretório Acadêmico, o qual será registrado no Estatuto da Entidade, bem como a eleição de todos os membros previstos para a Diretoria.

Os Grêmios Estudantis do Instituto Federal do Amapá serão entidades autônomas, com estrutura e funcionamento definidos pelos estudantes e registrados no seu Estatuto. Integrarão o Grêmio Estudantil de cada *câmpus* da Instituição os

alunos devidamente matriculados nos cursos de nível técnico, aos quais caberá, além da definição da estrutura e do funcionamento da Entidade, a eleição de todos os membros previstos para seus diversos órgãos estruturais.

A eles cabem:

- Promover e incentivar as atividades culturais;
- Promover e incentivar as atividades esportivas;
- Promover ações de integração e recepção de calouros;
- Garantir a participação estudantil nos conselhos deliberativos e/ou consultivos e nas comissões temáticas da Instituição.

O incentivo às políticas de organização da classe discente, permite a construção de um ensino participativo e de qualidade. Os alunos terão representatividade no Conselho Superior e, na realização dos procedimentos de avaliação institucional e encontros pedagógicos. Estes serão sempre envolvidos com direito a voz.

6.6 - PERMANÊNCIA E SAÍDA EXITOSAS DO ALUNO E ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS

6.6.1 - Estímulos à permanência e saídas exitosas

O Instituto Federal do Amapá desenvolve (e desenvolverá) ações afirmativas para a permanência dos alunos e saídas exitosas. Entre essas ações destacam-se as de natureza pedagógica como processos de acompanhamento das dificuldades de aprendizagem e desempenho escolar: recuperação paralela; atendimento individualizado do professor ao aluno no Centro de Aprendizagem; Projeto de Metodologia de Estudos; Programa de Monitoria; Incentivos à Pesquisa; Projetos Culturais; na área da assistência social ações como: auxílio-transporte, auxílio-alimentação e bolsa/formação profissional; e ainda atendimentos médico e psicológico visando à saúde física e mental dos estudantes.

6.6.2 - Acompanhamento dos egressos

As Pró-Reitorias de Extensão e de Ensino visam, como parte de suas ações e metas, desenvolver uma sistemática de acompanhamento de egressos, através do estabelecimento de políticas a serem implantadas em todos os *Câmpus*, com os seguintes objetivos:

- Criação e disseminação da cultura do acompanhamento de egresso junto ao aluno;
- Realização de pesquisa quantitativa e qualitativa da laboralidade;
- Incentivo à participação do egresso em curso de educação continuada;
- Subsídios à avaliação dos currículos, programas e conteúdos desenvolvidos pelo Instituto, objetivando a elevação da qualidade do ensino e da sintonia entre o Instituto e a comunidade;
- Criação de banco de dados dos egressos do Instituto Federal do Amapá, mantendo dados atualizados, a fim de disponibilizar informações atualizadas aos ex-alunos, objetivando informá-los sobre eventos, cursos e oportunidades oferecidas pela instituição;
- Promoção de encontros periódicos objetivando a coleta de informações que propiciem subsídios para a avaliação e adequação dos currículos dos cursos por meio de informações obtidas por ex-alunos;
- Realização de avaliação de desempenho dos egressos em seus postos de trabalho;
- Elaboração de avaliação continua, com indicadores próprios, dos métodos e técnicas didáticas e dos conteúdos empregados pela instituição no processo ensino-aprendizagem;
- Disponibilização de informações aos formandos, visando possibilitar acesso a oportunidades de emprego, encaminhadas à Instituição por parte das empresas e agências de recrutamento e seleção de pessoal;
- Avaliação da eficácia dos cursos quanto à inserção e permanência dos egressos no mercado de trabalho.

7 - ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

7.1 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE DECISÃO

A organização geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá compreende:

I - COLEGIADOS

- Conselho Superior; e
- Colégio de Dirigentes.

II - REITORIA

- Reitor;
- Gabinete;
- Procuradoria Jurídica;
- Ouvidoria;
- Auditoria Interna;
- Assessoria de Comunicação Social; e
- Assessoria de Relações Internacionais.
- Pró-Reitorias:
 1. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional;
 2. Pró-Reitoria de Ensino;
 3. Pró-Reitoria de Extensão;
 4. Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação; e
 5. Pró-Reitoria de Administração e Planejamento.
- Diretorias Sistêmicas vinculadas à Reitoria
 1. Diretoria de Gestão de Pessoas; e
 2. Diretoria de Tecnologia da Informação.

III - *Câmpus*, que para fins da legislação educacional, são considerados Sedes.

- *Câmpus* Macapá;
- *Câmpus* Laranjal do Jari;
- *Câmpus Porto Grande* (a ser implantado); e
- *Câmpus Santana* (a ser implantado).

O detalhamento da estrutura da Reitoria, de órgãos colegiados, de apoio às atividades acadêmicas, bem como atribuições e competências serão definidas no Regimento Geral do IFAP e nos Regulamentos Internos de cada unidade e dos Câmpus.

7.2 - AUTONOMIA DO IFAP

O IFAP, como autarquia federal, vinculado ao Ministério da Educação, conforme legislação em vigor, goza de autonomia administrativa, financeira, pedagógica e patrimonial para o planejamento e desenvolvimento de suas ações.

8 - AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

8.1 - METODOLOGIA, DIMENSÕES E INSTRUMENTOS A SEREM UTILIZADOS NO PROCESSO DE AUTO AVALIAÇÃO

A autoavaliação institucional é um processo de análise integral que proporciona o autoconhecimento e o realinhamento ou a reestruturação das ações, visando o aperfeiçoamento e a expansão dos resultados acadêmicos.

A metodologia a ser utilizada, baseia-se em dois princípios norteadores: o da globalidade, que envolve todas as dimensões da instituição e o da legitimidade, que se direciona pelo reconhecimento da importância da realização desta avaliação por parte da comunidade acadêmica .

Assim, o processo avaliativo deverá ocorrer dentro de um sequenciamento de ações que possa dar complexidade as relações existentes na Instituição, considerando as avaliações no âmbito da Reitoria, Pró-Reitorias e Câmpus, num processo de construção coletiva e na superação de limites, realizando-se em seus respectivos encontros e reuniões, possibilitando que a comunidade escolar participe a partir da socialização da realidade, conhecimento e análise da instituição em sua globalidade, propondo medidas para seu aperfeiçoamento, com vistas à melhoria da instituição como um todo.

Como forma de validação da autoavaliação e contemplando as dez dimensões obrigatórias as quais se refere o Art. 3º da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, serão utilizadas na seguinte ordem :

- Dimensão 1: A missão e o plano de desenvolvimento institucional:

Englobará a articulação do PDI com a missão, com o Projeto Pedagógico Institucional e com as principais ações acadêmicas e administrativas da instituição.

- Dimensão 2: A política para o ensino, a pesquisa, e a pós-graduação:

Englobará na política para o ensino, a organização e o projeto didático-pedagógicos, o currículo e os programas de disciplinas e outros componentes curriculares. A avaliação da pesquisa, estará sujeita a análise das atividades de iniciação científica, que terão seus critérios definidos na proposta. Quanto a Pós-graduação demonstrará a qualidade dos cursos, propiciando credibilidade e enfatizando a articulação com a graduação.

- Dimensão 3: A responsabilidade social da instituição:

Englobará as ações que contribuem para a inclusão e desenvolvimento social.

- Dimensão 4: A comunicação com a sociedade:

Englobará relações com a sociedade e interação com o processo produtivo, articuladas ao ensino e à pesquisa.

- Dimensão 5: As políticas de pessoal:

A avaliação das políticas de pessoal englobará aspectos gerais de recursos humanos.

- Dimensão 6: Organização e gestão da instituição:

A avaliação da organização e da gestão da instituição englobará os mecanismos de gestão, os órgãos colegiados da estrutura acadêmica.

- Dimensão 7: Infraestrutura física, biblioteca e recursos de informação:

A avaliação da infraestrutura, contempla prioritariamente o espaço físico, os equipamentos e os mobiliários, os serviços relacionados com as atividades administrativas e acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão. Quanto as bibliotecas englobará todas as atividades biblioteconômicas e de apoio às áreas de ensino, pesquisa e extensão.

- Dimensão 8: Planejamento e avaliação:

A avaliação do planejamento e da instituição englobará os mecanismos de planejamento, sua relação com o projeto pedagógico institucional e com os projetos pedagógicos dos cursos, e os processos de acompanhamento e avaliação.

- Dimensão 9: Políticas de atendimento aos estudantes:

A avaliação das políticas de atendimento aos estudantes englobará as políticas de acesso, e permanência de estudantes, de participação em atividades de ensino e educação continuada, da educação como processo de formação, a partir de uma concepção de sociedade, trabalho, cultura, educação, tecnologia.

- Dimensão 10: Sustentabilidade financeira:

A avaliação da sustentabilidade financeira englobará as políticas de sustentabilidade, de captação e alocação de recursos, principalmente para as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O instrumento a ser aplicado será elaborado através de discussões realizadas em subcomissões, propiciando a coerência da concepção geral da avaliação com os objetivos da instituição e da educação no país.

A metodologia a ser adotada na autoavaliação do IFAP conforme preconiza o

SINAES, fundamentando-se na necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento da sua eficácia e efetividade acadêmica e responsabilidade social, buscará atingir todos os segmentos, formados por professores, alunos, técnicos administrativos, de forma global e integrada, caracterizando-se, ainda, como um processo de apreensão do conhecimento, diálogo entre saberes e atores e de intervenção na realidade.

8.2 - FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA, TÉCNICA E ADMINISTRATIVA, ATUAÇÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA

Como forma de participação da comunidade acadêmica e visando ser o mais transparente possível, além de considerar as análises desenvolvidas pelos diversos setores para o cumprimento da autoavaliação institucional, serão aplicados questionários de forma *online*, visando verificar as percepções de professores, alunos, técnicos administrativos e gestores, que, ao emitirem julgamento sobre a prática da instituição, se autoavaliem também..

O questionário contemplará as dez dimensões estabelecidas pelo SINAES e para sua aplicação estão previstas as seguintes etapas:

- Sensibilização, preparação e divulgação;

Sensibilizar a comunidade para importância da auto avaliação institucional, através de divulgação, com palestras por especialistas convidados e etc.

- Desenvolvimento;

O desenvolvimento dos trabalhos será através de levantamento e registro e organização de sugestões que comporão o questionário

- Autoavaliação;

Elaboração do programa de autoavaliação, preparação e validação dos instrumentos que serão utilizados no referido processo.

- Consolidação do relatório global de autoavaliação.

Na consolidação dos relatórios serão apresentados resultados e diagnósticos que servirão como indicadores para a atualização e redimensionamento do plano de desenvolvimento institucional, do projeto pedagógico institucional, definirão programas e projetos contribuirão para formação de novos procedimentos da gestão administrativa e acadêmica.

O Reitor do IFAP em atendimento ao que preceitua a Lei 10.861 que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), constituirá uma Comissão Própria de Avaliação, que terá o papel de elaborar uma proposta de autoavaliação institucional, coerente com as suas especificidades, aprovada pelo Conselho Superior.

A CPA é um órgão colegiado, autônoma, permanente e de coordenação, com a finalidade de implantar o processo interno de avaliação institucional, preocupado em garantir que as atividades de autoavaliação possam retratar a realidade em que se insere, adotando o critério de escolha dos membros, a partir do interesse espontâneo dos servidores e alunos em querer cooperar com o processo da autoavaliação, submetendo em assembleia geral dos servidores e entre representantes dos alunos o *referendum* da escolha dos membros da comissão, e posteriormente baixar portaria de nomeação.

8.3 - FORMAS DE UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES

Os Resultados das Avaliações, serão utilizados como referenciais nos processos de planejamento estratégico, de forma que possam contribuir no melhoramento das atividades e/ou dos programas.

Após análise e publicação dos mesmos, deverão ser encaminhados a todas as instâncias do IFAP, com a finalidade de fortalecer e implementar o que está sendo visto como bom para a instituição. E nos casos que requerem intervenção, que a busca por soluções seja feita de forma coletiva.

Dentro desse contexto, e visando implantar um conjunto de ações coordenadas que venham garantir a manutenção, o monitoramento a atualização continuada dos bancos de dados gerados nos processos de avaliação, tornando permanente todas as atividades de sensibilização da comunidade acadêmica.

9 – INFRAESTRUTURA**9.1 Infraestrutura física de uso Geral/Administrativo****9.1.1 Reitoria (projetos em fase de elaboração)****9.1.2 CÂMPUS MACAPÁ**

ANEXO I

CAMPUS MACAPÁ																
ÁREA INTERNA																
BLOCO A – ADMINISTRAÇÃO																
SETOR DE DIREÇÃO GERAL																
ITEM	DEPENDÊNCIA	ÁREA PROVISÓRIA						ÁREA PREVISTA								
		2010			2011			2012			2013			2014		
		QUANT	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL
1	DIRETOR							1	32,56	32,56						
2	W.C DIRETOR							1	2,2	2,2						
3	CHEFE DE GABINETE							1	19,5	19,5						
4	COORD. COMINIC. SOCIAL							1	19,5	19,5						
5	ESPERA							1	21,86	21,86						
6	SALA DE REUNIÕES							1	38,84	38,84						
7	ASSESSORIA							1	22,8	22,8						

8	SALA DE COMISSÕES I							1	23,91	23,91						
9	SALA DE COMISSÕES II							1	22,59	22,59						
10	COPA							1	3,25	3,25						
11	BANHEIRO MASC.							1	8,86	8,86						
12	BANHEIRO. FEMIN.							1	6,6	6,6						
TOTAL								12	222,47	222,47						

ANEXO II

CAMPUS MACAPÁ																
ÁREA INTERNA																
BLOCO A – ADMINISTRAÇÃO																
SETOR DE DIREÇÃO GERAL																
ITEM	DEPENDÊNCIA	ÁREA PROVISÓRIA						ÁREA PREVISTA								
		2010			2011			2012			2013			2014		
		QUANT	ÁREA	A.TOTAL	QUANT	ÁREA	A.TOTAL	QUANT	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL
1	DIRETOR							1	32,56	32,56						
2	W.C DIRETOR							1	2,2	2,2						
3	CHEFE DE GABINETE							1	19,5	19,5						
4	COORD. COMUNIC. SOCIAL							1	19,5	19,5						

5	ESPERA							1	21,86	21,86						
6	SALA DE REUNIÕES							1	38,84	38,84						
7	ASSESSORIA							1	22,8	22,8						
8	SALA DE COMISSÕES I							1	23,91	23,91						
9	SALA DE COMISSÕES II							1	22,59	22,59						
10	COPA							1	3,25	3,25						
11	BANHEIRO MASC.							1	8,86	8,86						
12	BANHEIRO. FEMIN.							1	6,6	6,6						
TOTAL								12	222,47	222,47						

ANEXO III

BLOCO A – ADMINISTRAÇÃO																
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO																
ITEM	DEPENDÊNCIA	ÁREA PROVISÓRIA						ÁREA PREVISTA								
		2010			2011			2012			2013			2014		
		QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL
1	PROTOCOLO							1	30,71	30,71						
2	ARQUIVO VIVO							1	30,81	30,81						
3	ARQUIVO MORTO							1	38,69	38,69						
4	APOIO ADMINIST.							1	146,53	146,53						
5	GERENTE ADMINIST.							1	9,65	9,65						
6	ATENDIMENTO							1	6,89	6,89						

7	DIRETOR DE ADM E PLANEJAMENTO							1	21,26	21,26						
8	ESPERA							1	18,57	18,57						
9	COORD. DE RH							1	23,15	23,15						
10	SETOR DE CONTABILID.							1	17,87	17,87						
11	COORD. FINANC.							1	18,5	18,5						
12	ATENDIMENTO							1	8,82	8,82						
13	EXPEDIENTE DE RH							1	55,9	55,9						
14	EXC. ORÇAMENTÁRIA E CONTÁBIL							1	62,21	62,21						
15	COPA CENTRAL							1	12,32	12,32						
16	BANHEIRO MASC.							1	22,69	22,69						
17	BANHEIRO FEMIN.							1	19,72	19,72						
18	P.N.E. ANEXO BANHEIRO.							1	2,55	2,55						
TOTAL								18	546,84	546,84						

ANEXO IV

BLOCO A – ADMINISTRAÇÃO																
SETOR DE RELACÕES EMPRESARIAIS E COMUNITÁRIAS																
ITEM	DEPENDÊNCIA	ÁREA PROVISÓRIA						ÁREA PREVISTA								
		2010			2011			2012			2013			2014		
		QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL
1	ESPERA							1	15	15						

2	COORD. ESCOLA/EMPRESA							1	17,81	17,81						
3	DIRETOR							1	24,48	24,48						
4	COORD. DE INTERIOR							1	15,86	15,86						
5	COORD. DESENV. INSTITUCIONAL							1	20,77	20,77						
6	ESPERA							1	18,8	18,8						
7	ENGENHARIA E DESENV. DE PROJETOS							1	45,1	45,1						
8	COORDENACÃO							1	22,98	22,98						
9	ARQUIVO							1	11,49	11,49						
TOTAL								9	192,29	192,29						

ANEXO V

BLOCO A – ADMINISTRAÇÃO																
SETOR CENTRAL DE INFORMÁTICA (CPD)																
ITEM	DEPENDÊNCIA	ÁREA PROVISÓRIA						ÁREA PREVISTA								
		2010			2011			2012			2013			2014		
		QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL
1	DESU							1	20,47	20,47						
2	SALA DE REUNIÃO							1	11,25	11,25						
3	DESU							1	14,77	14,77						
4	CPD							1	23,19	23,19						
5	ESPERA							1	10,95	10,95						

6	DESE							1	28,76	28,76						
7	INFORMAÇÕES							1	12,06	12,06						
TOTAL								7	121,45	121,45						

ANEXO VI

BLOCO A – ADMINISTRAÇÃO																
SETOR DE EVENTOS (AUDITÓRIO)																
ITEM	DEPENDÊNCIA	ÁREA PROVISÓRIA						ÁREA PREVISTA								
		2010			2011			2012			2013			2014		
		QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL
2	CABINE SOM							1	6	6						
3	AUDITÓRIO							1	322,84	322,84						
4	PALCO							1	55,17	55,17						
5	CAMARIN I							1	6,3	6,3						
6	W.C CAMARIN I							1	2	2						
7	CAMARIN II							1	5,79	5,79						
8	W.C CAMARIN II							1	2	2						
9	RETAGUARDA DO PALCO							1	29,43	29,43						
10	SALA VIP							1	17,57	17,57						
11	DEPÓSITO							1	8,4	8,4						
TOTAL								10	455,5	455,5						

ANEXO VII

BLOCO A – ADMINISTRAÇÃO																
HALL, ÁREA DE CIRCULAÇÃO, JARDINS E SANITÁRIOS CENTRAIS																
ITEM	DEPENDÊNCIA	ÁREA PROVISÓRIA						ÁREA PREVISTA								
		2010			2011			2012			2013			2014		
		QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL
1	HALL							1	199,57	199,57						
2	JARDIM I							1	84,91	84,91						
3	ÁREA DE CIRCULAÇÃO							1	408,19	408,19						
4	BANHEIRO MASCULINO							1	34,45	34,45						
5	BANHEIRO FEMININO							1	34,45	34,45						
6	P.N.E. ANEXO BANHEIRO I							1	2,55	2,55						
7	P.N.E. ANEXO BANHEIRO II							1	2,55	2,55						
8	JARDIM II							1	166,15	166,15						
TOTAL								8	932,82	932,82						

ANEXO VIII

BLOCO B – ENSINO																
PAVIMENTO TÉRREO																
SETOR DE REGISTRO ESCOLAR																
ITEM	DEPENDÊNCIA	ÁREA PROVISÓRIA						ÁREA PREVISTA								
		2010			2011			2012			2013			2014		

		QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL
1	GERENTE GIRAD.							1	15,84	15,84						
2	REGISTRO ESCOLAR							1	23,4	23,4						
3	ATENDIMENTO AO ALUNO							1	31,85	31,85						
4	ARQUIVO							1	35,61	35,61						
5	ÁREA DE CIRCULAÇÃO							1	14,6	14,6						
TOTAL								5	121,3	121,3						

ANEXO IX

BLOCO B – ENSINO																
PAVIMENTO TÉRREO																
SETOR DE COORDENAÇÃO DE CURSOS																
ITEM	DEPENDÊNCIA	ÁREA PROVISÓRIA						ÁREA PREVISTA								
		2010			2011			2012			2013			2014		
		QUANT	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL
1	SALA DE ESPERA										1	25,04	25,04			
2	SALA DE REUNIÃO										1	36,3	36,3			
3	COPA										1	2,21	2,21			
4	COORD. DE APOIO AO ENSINO										1	24,06	24,06			
5	COORD. PEDAGÓG. I										1	18	18			
6	COORD PEDAGÓG. II										1	18	18			

7	SECRETÁRIO							1	13,2	13,2						
8	DIRETOR DE ENSINO							1	27,38	27,38						
9	COORD. DE ÁREA/CURSO I							1	47,1	47,1						
10	COORD. DE ÁREA/CURSO II							1	47,1	47,1						
11	COORD. DE ÁREA/CURSO III							1	39,83	39,83						
12	COORD. DE ÁREA/CURSO IV							1	39,83	39,83						
13	BANHEIRO MASC.							1	4,23	4,23						
14	BANHEIRO FEMIN.							1	4,23	4,23						
TOTAL								14	346,51	346,51						

ANEXO X

BLOCO B – ENSINO																
PAVIMENTO TÉRREO																
SETOR DE SUPERVISÃO DE TURNOS																
ITEM	DEPENDÊNCIA	ÁREA PROVISÓRIA						ÁREA PREVISTA								
		2010			2011			2012			2013			2014		
		QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL
1	COPA							1	3,6							
2	ÁREA DE CIRCULAÇÃO							1	5,04							
3	W.C FEMININO							1	2,39							

4	W.C MASULINO							1	2,39							
5	SUPERVISÃO DE TURNOS							1	27,56							
6	SALA DOS SERVIDORES							1	58,17							
7	SALA DE PLANEJAMENTO							1	39,17							
TOTAL								7	138,32							

ANEXO XI

BLOCO B – ENSINO																
PAVIMENTO TÉRREO																
SETOR DE LABORATÓRIOS																
ITEM	DEPENDÊNCIA	ÁREA PROVISÓRIA						ÁREA PREVISTA								
		2010			2011			2012			2013			2014		
		QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL
1	LABORATÓRIO FÍSICA/MATEMÁTICA I							1	125,6	125,6						
2	LABORATÓRIO FÍSICA/MATEMÁTICA II							1	125,4	125,4						
3	LABORATÓRIO QUÍMICA/BIOLOGIA I							1	115,01	115,01						
4	SALA DE PREPARO							1	9,62	9,62						
5	LABORATÓRIO QUÍMICA/BIOLOGIA II							1	116,37	116,37						
6	SALA DE PREPARO							1	9,62	9,62						

TOTAL							6	501,62	501,62						
--------------	--	--	--	--	--	--	----------	---------------	---------------	--	--	--	--	--	--

ANEXO XII

BLOCO B – ENSINO																
PAVIMENTO TÉRREO																
SETOR DE DOCUMENTOS (BIBLIOTECA)																
ITEM	DEPENDÊNCIA	ÁREA PROVISÓRIA						ÁREA PREVISTA								
		2010			2011			2012			2013			2014		
		QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL
1	COORDENADOR							1	13,57	13,57						
2	W.C FEMININO							1	2,19	2,19						
3	W.C MASCULINO							1	2,19	2,19						
4	COPA							1	3,7	3,7						
5	CATALOGACÃO/ AQUISIÇÃO							1	19,43	19,43						
6	LEITURA COLETIVA I							1	13,57	13,57						
7	LEITURA COLETIVA II							1	13,57	13,57						
8	LEITURA COLETIVA III							1	13,57	13,57						
9	LEITURA COLETIVA IV							1	13,57	13,57						
10	RESTAURAÇÃO							1	17,92	17,92						
11	EMPRÉSTIMO CONTROLE							1	17,94	17,94						
12	MULTIMÍDIA							1	90,61	90,61						
13	ACERVO							1	382,96	382,96						

14	LEITURA							1	269,09	269,09						
15	RECEPÇÃO							1	7,45	7,45						
TOTAL								15	881,33	881,33						

ANEXO XIII

BLOCO B – ENSINO																
PAVIMENTO TÉRREO																
HALL, ÁREA DE CIRCULAÇÃO, JARDINS E SANITÁRIOS CENTRAIS																
ITEM	DEPENDÊNCIA	ÁREA PROVISÓRIA						SITUAÇÃO PREVISTA								
		2010			2011			2012			2013			2014		
		QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL
1	JARDIM I							1	204,6	204,6						
2	JARDIM II							1	174,95	174,95						
3	BANHEIRO MASCULINO							1	25,67	25,67						
4	BANHEIRO FEMININO							1	26,57	26,57						
5	P.N.E. ANEXO BANHEIRO I							1	2,54	2,54						
6	P.N.E. ANEXO BANHEIRO II							1	2,54	2,54						
7	ESCADA E PLATAFORMA P/ PNE							1	35,34	35,34	2			4		

ANEXO XIV

BLOCO B – ENSINO																
PAVIMENTO SUPERIOR																
SETOR DE COORDENADORIAS																
ITEM	DEPENDÊNCIA	ÁREA PROVISÓRIA						SITUAÇÃO PREVISTA								
		2010			2011			2012			2013			2014		
		QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL
1	COORDENADORIA							2	25,23	50,46			0			0

ANEXO XV

BLOCO B – ENSINO																
PAVIMENTO SUPERIOR																
SETOR DE SALAS DE ENSINO																
ITEM	DEPENDÊNCIA	ÁREA PROVISÓRIA						SITUAÇÃO PREVISTA								
		2010			2011			2012			2013			2014		
		QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL
1	SALA DE ENSINO							24,00	62,19	1.492,56			-			-
2	SALA ADMIN. DISPONÍVEL							2,00	31,70	63,40						

ANEXO XVI

BLOCO B – ENSINO																
PAVIMENTO SUPERIOR																

SETOR DE LABORATÓRIOS																
ITEM	DEPENDÊNCIA	ÁREA PROVISÓRIA						SITUAÇÃO PREVISTA								
		2010			2011			2012			2013			2014		
		QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL
1	LABORATÓRIO DE INFORM.							4,00	120,00	480,00			0,00			0,00

ANEXO XVII

BLOCO B – ENSINO																
PAVIMENTO SUPERIOR																
HALL, ÁREA DE CIRCULAÇÃO, JARDINS E SANITÁRIOS CENTRAIS																
ITEM	DEPENDÊNCIA	ÁREA PROVISÓRIA						SITUAÇÃO PREVISTA								
		2010			2011			2012			2013			2014		
		QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL
1	ÁREA DE CIRCULAÇÃO							1	685,64	685,64			0			0
2	BANHEIRO MASCULINO							1	40,37	40,37			0			0
3	BANHEIRO FEMININO							1	42,03	42,03			0			0
4	P.N.E. ANEXO BANHEIRO I							1	2,54	2,54			0			0
5	P.N.E. ANEXO BANHEIROII							1	2,54	2,54			0			0
6	ESCADA							1	35,34	35,34			0			0
7	PLATAFORMA P/ PNE							1	1,69	1,69			0			0

ANEXO XVIII

BLOCO E – MINERAÇÃO E QUÍMICA

SETOR DE QUÍMICA																
ITEM	DEPENDÊNCIA	ÁREA PROVISÓRIA						SITUAÇÃO PREVISTA								
		2010			2011			2012			2013			2014		
		QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL
1	LABORATÓRIO DE PESQUISA							1	102,03	102,03			0			0
2	LABORATÓRIO DE QUÍMICA ANALÍTICA							1	78,92	78,92			0			0
3	ÁGUA FRIA							1	21,65	21,65			0			0
4	LABORATÓRIO DE MICROBIOLOGIA							1	102,03	102,03			0			0
5	DEPÓSITO DE REAGENTES							1	17,79	17,79			0			0
6	SALA DE DESCARTE							1	17,78	17,78			0			0
7	LABORATÓRIO DE FÍSICO/QUÍMICA							1	63	63			0			0
8	LABORATÓRIO DE CONTROLE AMBIENTAL							1	103,06	103,06			0			0
9	LABORATÓRIO DE QUÍMICA INORGÂNICA							1	102,03	102,03			0			0
10	LABORATÓRIO DE QUÍMICA ORGÂNICA							1	102,03	102,03			0			0
11	COORDENACÃO							1	16,75	16,75			0			0
12	MOSTRA DE TRABALHO							1	20,94	20,94			0			0

13	SALA DE REUNIÃO							1	37,94	37,94			0			0
14	COPA							1	11,55	11,55			0			0
15	W.C							1	2,85	2,85			0			0
16	W.C							1	2,85	2,85			0			0

ANEXO XIX

BLOCO E – MINERACÃO E QUÍMICA																
SETOR DE MINERACÃO																
ITEM	DEPENDÊNCIA	ÁREA PROVISÓRIA						SITUAÇÃO PREVISTA								
		2010			2011			2012			2013			2014		
		QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL
1	ANÁLISE							1	15,53	15,53			0			0
2	CARACTERIZAÇÃO TECNOL. DE MINÉRIO							1	26,43	26,43			0			0
3	FRAGMENTAÇÃO							1	58,08	58,08			0			0
4	LAVRA E GEOLOGIA							1	102,03	102,03			0			0
5	BENEFICIAMENTO							1	26,43	26,43			0			0
6	FRAGMENTAÇÃO							1	5,08	5,08			0			0
7	ANÁLISE							1	15,53	15,53			0			0
8	LABORATÓRIO PROSPECÇÃO							1	100,93	100,93			0			0
9	LABORATÓRIO MINERALOGIA PETROGRÁFICA							1	63,43	63,43			0			0
10	MICROCOSPIA							1	38,39	38,39			0			0

11	LAPIDAÇÃO							1	19,69	19,69			0		0
12	ARTESANATO MINERAL							1	51,22	51,22			0		0
13	CORTE DE ROCHA							1	7,62	7,62			0		0
14	ANÁLISE DE GEMAS E IDENTIFICAÇÃO							1	19,69	19,69			0		0
15	GEOTECNOLOGIA							1	51	51			0		0
16	LABORATÓRIO CARTOGRÁFIA DIGITAL							1	51	51			0		0
17	SALA DE REUNIÕES							1	37,94	37,94			0		0
18	MOSTRA DE TRABALHOS							1	20,94	20,94			0		0
19	COORDENAÇÃO							1	16,75	16,75			0		0
20	COPA							1	11,55	11,55			0		0
21	W.C							1	2,85	2,85			0		0
22	W.C							1	2,85	2,85			0		0

ANEXO XX

BLOCO E – MINERACÃO E QUÍMICA																
HALL, ÁREA DE CIRCULAÇÃO, JARDINS E SANITÁRIOS CENTRAIS																
ITEM	DEPENDÊNCIA	ÁREA PROVISÓRIA						SITUAÇÃO PREVISTA								
		2010			2011			2012			2013			2014		
		QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL
1	ÁREA DE CIRCULAÇÃO							1	772,68	772,68			0			0
2	JARDIM I							1	253,82	253,82			0			0

1	ÁREA VERDE							1,00	8.864,50	8.864,50			0,00		0,00
2	ÁREA DE CALÇADA							1,00	4.906,50	4.906,50			0,00		0,00
3	ESTACIONAMENTO							1,00	8.766,25	8.766,25			0,00		0,00
4	CAIXA D'ÁGUA							1	86,72	86,72			0,00		0,00

ANEXO XXII

BLOCO C D (CONVIVÊNCIA E ASSISTENCIA AO ESTUDANTE)															
ITEM	DEPENDÊNCIA	ÁREA PROVISÓRIA						SITUAÇÃO PREVISTA							
		2010			2011			2012			2013			2014	
		QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA
1	BLOCO CD							1,00	2.054,78	2.054,78			0,00		

9.1.3 CÂMPUS LARANJAL DO JARI

ANEXO XXIII

LARANJAL DO JARI															
ÁREA INTERNA															
BLOCO A – ADMINISTRAÇÃO															
SETOR DE DIREÇÃO GERAL															
ITEM	DEPENDÊNCIA	SALAS DE AULAS PROVISÓRIAS						SITUAÇÃO PREVISTA							
		2010			2011			2012			2013			2014	
		QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA

1	GABINETE DO DIRETOR							1	20	20						
2	SALA DE REUNIÃO							1	24,4	24,4						
3	CHEFE DE GABINETE							1	8,7	8,7						
4	SECRETÁRIA DE EXECUÇÃO							1	14,4	14,4						
5	GABINETE I							1	9	9						
6	GABINETE II							1	7,5	7,5						
7	ADMINISTRATIVO							1	46,8	46,8						
8	PROTOCOLO							1	8,8	8,8						
9	ÁREA DE CIRCULAÇÃO							1	24,05	24,05						
10	ALMOXARIFADO							1	64,35	64,35						
11	SANIT. MASC.							1	6,7	6,7						
12	SANIT. FEMIN.							1	9	9						
TOTAL								12	243,7	243,7						

ANEXO XXIV

BLOCO A – ADMINISTRAÇÃO																
SETOR DE MÉDICO SOCIAL																
ITEM	DEPENDÊNCIA	SALAS DE AULAS PROVISÓRIAS						SITUAÇÃO PREVISTA								
		2010			2011			2012			2013			2014		
		QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL
1	ESPERA							1	23,5	23,5						
2	SALA DE ENFERMAGEM							1	19,25	19,25						

3	ASSISTENTE SOCIAL							1	15,6	15,6						
4	GABINETE MÉDICO							1	22,05	22,05						
5	GABINETE ODONTOLÓGICO							1	22,05	22,05						
6	COPA							1	2,95	2,95						
7	SANIT. MASC.							1	1,9	1,9						
8	SANIT. FEMIN.							1	1,9	1,9						
TOTAL								8	109,2	109,2						

ANEXO XXV

BLOCO B – ENSINO																
PAVIMENTO TÉRREO																
SETOR DE REGISTRO ESCOLAR																
ITEM	DEPENDÊNCIA	SALAS DE AULAS PROVISÓRIAS						SITUAÇÃO PREVISTA								
		2010			2011			2012			2013			2014		
		QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL
1	ACERVO							1	72,3	72,3						
2	SALA DE ESTUDOS COLETIVOS							1	125,4	125,4						
3	SALA DE EST. INDIVIDUAIS							1	20,05	20,05						
4	SALA DE REGISTRO							1	5	5						
5	SALA DE INTERNET							1	15,35	15,35						
6	BIBLIOTECÁRIO							1	7,2	7,2						

7	REPROGRÁFIA							1	7,2	7,2						
TOTAL								7	252,5	252,5						

ANEXO XXVI

BLOCO B – ENSINO																
PAVIMENTO TÉRREO																
SETOR DE CONVIVÊNCIA																
ITEM	DEPENDÊNCIA	SALAS DE AULAS PROVISÓRIAS						SITUAÇÃO PREVISTA								
		2010			2011			2012			2013			2014		
		QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL
1	LANCHONETE							1	17,6	17,6						
2	REFEITÓRIO							1	15	15						
3	RAMPA DE ACESSO							1	36	36						
4	CIRCULAÇÃO/CORREDOR							1	97,8	97,8						
5	ÁREA DE CONVIVÊNCIA							1	159,2	159,2						
6	HALL							1	11,44	11,44						
7	BANHEIRO MASCULINO							1	22,32	22,32						
8	P.N.E MASCULINO							1	3,42	3,42						
9	BANHEIRO FEMININO							1	22,32	22,32						
10	P.N.E FEMININO							1	3,42	3,42						

TOTAL								10	388,52	388,52						
--------------	--	--	--	--	--	--	--	-----------	---------------	---------------	--	--	--	--	--	--

ANEXO XXVII

BLOCO B – ENSINO																
PAVIMENTO TÉRREO																
SETOR DE SALAS DE AULA																
ITEM	DEPENDÊNCIA	SALAS DE AULAS PROVISÓRIAS						SITUAÇÃO PREVISTA								
		2010			2011			2012			2013			2014		
		QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL
1	SALA DE AULA TIPO 2							1	101,60	101,60						
2	SALA DE AULA TIPO 1							4	64,00	256,00						
6	AUDITÓRIO							1	170,35	170,35						
7								6		527,95						

ANEXO XXVIII

BLOCO B – ENSINO																
PAVIMENTO SUPERIOR																
SETOR DE DIREÇÃO E COORDENAÇÃO																
ITEM	DEPENDÊNCIA	SALAS DE AULAS PROVISÓRIAS						SITUAÇÃO PREVISTA								
		2010			2011			2012			2013			2014		
		QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL
1	DIRETORIA DE ENSINO							1	21,25	21,25						
2	LAVABO							1	2,05	2,05						

3	COORDENADORIA IV						1	15,09	15,09						
4	COORDENADORIA III						1	10,05	10,05						
5	COORDENADORIA II						1	10,05	10,05						
6	COORDENADORIA I						1	10,05	10,05						
7	CIRCULAÇÃO						1	27,75	27,75						
8	SALA DOS PROFESSORES						1	40,7	40,70						
9	APOIO DE ENSINO						1	27,95	27,95						
10	SALA DE ESTUDOS PROF.						1	22,9	22,90						
11	RELAÇÕES INSTITUCIONAIS						1	51,1	51,10						
12	REGISTRO ACADÊMICO						1	32	32,00						
13	W.C MASCULINO						1	5,65	5,65						
14	W.C FEMININO						1	5,65	5,65						
TOTAL							14	282,24	282,24						

XXIX

BLOCO B – ENSINO						
PAVIMENTO SUPERIOR						
SETOR DE CONVIVÊNCIA						
ITEM	DEPENDÊNCIA	SALAS DE AULAS PROVISÓRIAS		SITUAÇÃO PREVISTA		
		2010	2011	2012	2013	2014

		QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL
2	ÁREA DISPÓNIVEL							1	15	15,00						
3	RAMPA DE ACESSO							1	36	36,00						
4	CIRCULAÇÃO/CORREDOR							1	97,8	97,80						
5	ÁREA DE CONVIVÊNCIA							1	159,2	159,20						
6	HALL							1	11,44	11,44						
7	BANHEIRO MASCULINO							1	22,32	22,32						
8	P.N.E MASCULINO							1	3,42	3,42						
9	BANHEIRO FEMININO							1	22,32	22,32						
10	P.N.E FEMININO							1	3,42	3,42						
TOTAL								9	370,92	370,92						

ANEXO XXX

BLOCO B – ENSINO						
PAVIMENTO SUPERIOR						
SETOR DE LABORATÓRIOS E SALAS DE AULA						
ITEM	DEPENDÊNCIA	SALAS DE AULAS PROVISÓRIAS		SITUAÇÃO PREVISTA		
		2010	2011	2012	2013	2014

		QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL
1	LAB. DE INFORMÁTICA I							1	101,60	101,60						
2	LAB. DE INFORMÁTICA II							1	64,00	64,00						
3	LAB. DE INFORMÁTICA III							1	64,00	64,00						
4	LAB. DE INFORMÁTICA IV							1	64,00	64,00						
5	SALA DE AULA I TIPO 1							1	64,00	64,00						
6	SALA DE AULA II TIPO 1							1	64,00	64,00						
7	SALA DE AULA II TIPO 3							1	84,66	84,66						
TOTAL								7	506,26	506,26						

ANEXO XXXI

BLOCO C – LABORATÓRIOS																	
SETOR DE LABORATÓRIOS																	
ITEM	DEPENDÊNCIA	SALAS DE AULAS PROVISÓRIAS						SITUAÇÃO PREVISTA									
		2010			2011			2012			2013			2014			
		QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	
1	LABORATÓRIO I									1	87,71	87,71	2	87,71	175,42		
2	LABORATÓRIO II									1	70,64	70,64	2	70,64	141,28		
3	LABORATÓRIO III									1	70,64	70,64	2	70,64	141,28		
4	LABORATÓRIO IV									1	87,71	87,71	2	87,71	175,42		

5	CIRCULAÇÃO							1	34,44	34,44	2	34,44	68,88			
TOTAL									351,14	351,14			702,28			

ANEXO XXXII

ÁREAS INTERNAS - INTEGRANTES																
ÁREA DE CONVIVÊNCIA, ÁREA DE CIRCULAÇÃO, BANHEIROS CENTRAIS																
ITEM	DEPENDÊNCIA	SALAS DE AULAS PROVISÓRIAS						SITUAÇÃO PREVISTA								
		2010			2011			2012			2013			2014		
		QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL
1	ÁREA DE CONVIVÊNCIA							1	324,00	324,00						
2	PÓRTICO DE ENTRADA							1	6,73	6,73						
3	PASSARELAS							1	304,45	304,45						
4	W.C PÓRTICO							1	1,95	1,95						
5	BANHEIRO MASCULINO							1	35,24	35,24						
6	BANHEIRO FEMININO							1	35,24	35,24						
7	P.N.E. BANHEIRO MASC.							1	3,42	3,42						
8	P.N.E. BANHEIRO FEM.							1	3,42	3,42						
9	HALL BANHEIRO							1	12,96	12,96						
TOTAL								9	727,41	727,41						

ANEXO XXXIII

ÁREA EXTERNA																
ITEM	DEPENDÊNCIA	SALAS DE AULAS PROVISÓRIAS						SITUAÇÃO PREVISTA								
		2010			2011			2012			2013			2014		
		QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL	QUANT.	ÁREA	A.TOTAL
1	ÁREA VERDE							1,00	1.023,00	1.023,00						
2	ÁREA DE CIRCULAÇÃO							1	108,75	108,75						
3	ESTACIONAMENTO VEÍCULOS							1	400,00	400,00						
4	ESTAC. BICICLETÁRIOS							1	40,00	40,00						
5	CAIXA D'ÁGUA							1	24M ³	24M ³						
6	CISTERNAS							1	10M ³	10M ³						
TOTAL								6,00	1.571,75	1.571,75						

9.2 INFRAESTRUTURA – EQUIPAMENTOS , MOBILIÁRIO E TÍTULO (Biblioteca)

9.2.1 REITORIA (projeto em fase de elaboração)

9.2.2 CÂMPUS MACAPÁ (em fase de elaboração) (só consta informação da Biblioteca)

Biblioteca														
ÁREAS DO CONHECIMENTO HUMANO	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO PREVISTA										TOTAL PREVISTO	
	Qtde. Títulos	Qtde. exemplares	2010		2011		2012		2013		2014		2014	
Títulos			Exemp	Títulos	Exemp	Títulos	Exemp	Títulos	Exemp	Títulos	Exemp	Títulos	Exemp	
	104	1425					857	2.570	750	2.251	682	2.046		
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA							343	1.028	203	608	102	307	648	1.943
CIÊNCIAS APLICADAS							17	51	98	293	102	307	217	651
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS							43	129	15	45	48	143	106	317
CIÊNCIAS HUMANAS							129	386	60	180	136	409	325	975
LETRAS, LITERATURAS E ARTES							17	51	15	45	136	409	169	506
PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA							171	514	113	338	27	82	311	933
PRODUÇÃO INDUSTRIAL							-	-	188	563	68	205	256	767
SEGURANÇA							137	411	60	180	61	184	258	775

9.2.3 CÂMPUS LARANJAL DO JARI

ANEXO XXXIV

Laboratório de GESTÃO E NEGÓCIOS						
Equipamento/ Mobiliário	Especificação	Situação Atual	Situação Prevista			
		Qtde.	2010	2012	2013	2014
ARQUIVO	Armário tipo arquivo para pastas suspensas	2				2
ESTANTE	Estante de aço contendo 5 (cinco) prateleiras	4				2
CAIXA AMPLIFICADA		1	-			1
FILMADORA DIGITAL	Filmadora Full HD GZ HD-500 80-GB 20x zoom óptico e LCD 2,7"	1	-	20		1
BANDEIRA DO BRASIL	dupla face bordada oficial (tamanho 1,35x1,93m)	1	-	20		1
KIT DE BANDEIRAS DOS 27 ESTADOS BRASILEIROS	(Bandeiras de todos os Estados do Brasil) Bandeira Oficial Dupla Face, fabricada em tecido DURAFLAG 100% poliéster (1,35x1,93m). Composto por fios de grande resistência e com alto brilho que proporciona cores mais vivas. Estampada no processo digital têxtil vazada de alta resolução. Acabamento em linha de nylon com alta resistência. Tarja branca com cordão de nylon para fixação.	1	-	20		1
KIT DAS BANDEIRAS DOS	16 Municípios (Bandeiras de todos os Municípios do Estado do Amapá) Bandeira Oficial Dupla Face, fabricada em tecido DURAFLAG 100% poliéster (1,35x1,93m). Composto por fios de grande resistência e com alto brilho que proporciona	1	-	20		1

MUNICIPIOS DO AMAPÁ	cores mais vivas. Estampada no processo digital têxtil vazada de alta resolução. Acabamento em linha de nylon com alta resistência. Tarja branca com cordão de nylon para fixação.					
KIT BASE E MASTRO	Base em Madeira de Lei 1º linha, modelo para fixar 03 (Três) bandeiras, Design sofisticado em forma de arco totalmente protegida contra umidade e insetos Revestida na cor caramelo, toda envernizada proporcionando maior brilho, proteção e sofisticação. Mastro Fabricado em Madeira de 1 linha, altura total de 2,20 metros, envernizado proporcionando maior brilho, Dividido em 2 Partes com Rosca de Aço inox.Completo com ponteira tipo Lança medindo 25 cm. Medidas Externas da Base. <ul style="list-style-type: none"> • 20 cm de altura • 50 cm de comprimento • 25 cm de largura 	2	-	4		2
PEDESTAL DE MESA DECORATIVO	Modelo para uma Bandeiras. Torneado e envernizado. Design sofisticado ideal para qualquer ambiente. Pedestal com 32 cm de altura. Bandeira dupla face medindo 0,14 x 0,19. Tecido com alto brilho, 100% poliéster. Acabamento fino, sem costura.	1	-	1		1
IMPRESSORA	Impressora Multifuncional a Laser c/ Rede (Impressora + Copiadora + Scanner + Fax)	1	-	1		1
COMPUTADOR	Computador com processador Intel® Pentium Dual Core E5800 3,2 GHz 2GB 500GB DVD-RW Office 2010 Starter (Word e Excel) Windows 7 Starter - SIM + Monitor LED 18,5"	2	-	20		2
MICROFONE DE MESA	Microfone com haste flexível e indicador luminoso (tipo gooseneck) tipo: <ul style="list-style-type: none"> • eletreto condensador • directividade: direcional • polar Pattern: cardióide • resposta de frequência • impedância de saída: 680 Ohms • chave liga-desliga • alimentação: 3v Dc (1,5V AA x 2) • cabo: 5 metros 	7	-	20		7

MICROFONE SEM FIO	Microfone preto com: <ul style="list-style-type: none"> • cabo on off: chave liga desliga com indicador • frequência: 640 Mhz • voltagem: 100 – 240 V/50 ~60 Hz • alimentação do receptor: DC 12 V 200 mA 	2	-	1		2
MICROFONE COM FIO	Cabo com até seis metros	2	-	2		2
TRIBUNA PARA CERIMONIA	Em madeira para cerimonias	1	-	20		1
CONJUNTO DE JANTAR	Jogo de jantar de porcelana contendo: <ul style="list-style-type: none"> • 4 pratos rasos • 4 pratos fundos • 4 pratos de sobremesa • conjunto de xícaras com pires 	1	-	20		1
CONJUNTO DE TALHERES	Faqueiro com 91 peças totalmente feitas em aço inox contendo: <ul style="list-style-type: none"> • 12 facas de churrasco • 12 garfos de mesa • 12 colheres de mesa • 12 garfos de torta • 12 colheres média • 12 colheres de chá • 12 colheres de café • 1 concha • 1 colher para arroz • 1 garfo trinchante • 1 espátula para bolo • 1 pegador de massa 	1	-	20		1
CONJUNTO DE TAÇAS	Conjunto de taças contendo 12 peças, sendo que: <ul style="list-style-type: none"> • 4 taças para vinho • 4 taças para água • 4 taças para champanhe 	1	-	20		1
CONTADOR DE	<ul style="list-style-type: none"> • Display: alfanumérico de LEDs, painel frontal com 9 botões luminosos 	1	-	4		

CÉDULAS	<ul style="list-style-type: none"> • Contagem: por fricção horizontal • peso 5,6 Kg/6,3 master com 12,3 Kg's • tensão de operação: bivolt • consumo: 50 W • contagem de papéis ou cédulas e apresenta quantidade de cédulas e valor monetário função de detecção de falsas de reais, dólares e euros, • fazer lote pré determinado de papéis ou cédulas • velocidade: 900 cédulas por minuto • alimentador: até 150 papéis ou cédulas • aparadora: até 200 papéis ou cédulas 					
IMPRESSORA DE CHEQUE	Imprime cheques em menos de 7 segundos, autentica documentos, imprime cheques e ainda acompanha programa para utilização integrada ao seu computador	1	-	2		1
CONTADOR E SEPARADOR DE MOEDAS	<ul style="list-style-type: none"> • A contadora de moedas M2 conta e separa as onze moedas em circulação, efetua contagem normal e pré programada por lote ao mesmo tempo, cujo sistema de oito gavetas possibilita ensacamento por valor de face da moeda 9de 1 a 999 moedas). • Trabalha com as duas famílias do Real . • Bivolt: 110 a 240 Vac (chaveamento interno) • temperatura de trabalho: 10° C a 40°C • medidas: 36 cmx 36 cm x 31,5 cm • velocidade: 216 moedas por minuto • capacidade do alimentador: média 500 moedas • capacidade da gaveta por moeda: 100 a 200 moedas por gaveta • Função Batch: separa quantidade pré- determinadas (até 999 moedas) • contagem contínua de moedas: até 999 moedas • contagem contínua de valor: até R\$ 999 • apresenta quantidades de moedas por valor total e soma individual e total de moedas • barulho de trabalho máximo 60 DB • consumo máximo 50 W • peso bruto: 4,6 Kg's 	1	-	2		1
LEITOR DE CARTÕES MAGNÉTICOS	<ul style="list-style-type: none"> • Sendo ligado em série com o teclado, de forma simples e prática, proporciona ao computador uma importante funcionalidade que lhe permite ser usado em aplicativos de ponto eletrônico, consultas gerais, cadastro de clientes entre outras. 	1				1

	<ul style="list-style-type: none">• Leitura bidirecional• buzzer de confirmação e LED's indicadores• plug and play• baixo consumo• os dados lidos do cartão são enviados como se fossem teclas digitadas, não são necessários drivers especiais para uso• interface padrão AT mini- DIN• dimensões (LxCxA): 68x147x55• acompanha CD com programa de gravação e documentação					
--	---	--	--	--	--	--

Laboratório de Biologia e Meio Ambiente								
Equipamento/ Mobiliário	Especificação	Situação Atual	Total previsto					
		Qtde.	2010	2011	2012	2013	2014	2014 (acumulado)
Kit Didático de Meio Ambiente.	Sistema Didático de experimentos em Meio Ambiente com sensores e software.	1		1	-	-	-	
Kit didático de Biologia.	Sistema Didático de experimentos em Biologia com software.	1						
Computador completo com programa operacional Windows.								
Projetor multimídia.		-	-	-	1	-	-	
Suporte para projetor multimídia.		-	-	-	1	-	-	
Mesa para computador.		-	-	-	1	-	-	
Cadeiras altas para bancadas.		-	-	-	25	-	-	
Alfinete Entomológico Micro	15 x 0.20 (s/ cabeça) caixa com 100 unidades	-	-	-	10	15	20	
Alfinete Entomológico Tamanho 0	40x0.35 caixa com 100 unidades.	-	-	-	10	15	20	
Alfinete Entomológico Tamanho 1	40 x 0.40 caixa com 100 unidades	-	-	-	30	40	50	
Alfinete Entomológico Tamanho 2	40 x 0.45 caixa com 100 unidades	-	-	-	10	15	20	
Microscópio	estereoscópico com acoplador e câmera fotográfica digital capacidade para 12 L	-	-	-	12	-	-	

Caixa entomológica em mdf (estilo maleta)		-	-	-	10	15	20	
Autoclave Vertical Linha	AV Mod. AV-100 Phoenix Cód. AV-100 Phoenix- Fab.: Phoenix Capac. Aproximada 100 LT Dim. Internas Ø 40 cm Alt. 80 cm – Dim. Externas larg. 53 cm prof. 57 cm Alt. 145 cm – Cesto Int. quant. 3 Ø 38 cm Alt. 22 cm Potência 4000 watts –Peso liqu. 100 kg.	-	-	-	1	-	-	
Estufas de Secagem	SX 1.2 DTME – Sterilifer Cód. SX 1.2 DTME – Sterilifer- Fab.: Hexasystems Volts:110-220 Watts:700 Temp.Max: 200°C Portas:1 Vol:40 Litros Peso.Liq/Bruto: 29/32 Dim.Int: Dim.Ext: 58x46x4535x34x34	-	-	-	1	-	-	
Destilador de Água tipo Pilsen	– Q341P-230T Quimis Modelo:Q341P-230T Volts: 220TRIF Watts:21000 RedimentoL/h:30 Consumo de água:450 Dim.(A X L X P):120x81x65cm	-	-	-	1	-	-	-
Estufa de Cultura e Bacteriologia –	SX 1.1 DTMC – Sterilifer Cód. SX 1.1 DTMC – Sterilifer- Fab.: Hexasystems Modelo: SX 1.1 DTMC Volts: 110-220 Watts: 100 Temperatura: 60°C Porta: 02 Vol(L): 30 Litros Peso Lid.Bruto:22/25 Dim.Int: 32x31x29 Dim.Ext: 54x42x40	-	-	-	1	-	-	-
Balança de Precisão Centesimal –	Modelo M2202,Cód. BE012- Fab.: Hexasystems Capacidade: 2.200,000g Prato Pesagem: 162mm Dimensões:194x325x95 Modelo M2202	-	-	-	1	-	-	-
Armário de aço	dimensões 1,98 x 1,20 x 0,40	-	-	-	2	2	2	
Refrigerador Duplex	Frost Free KDN43A 403 L Branco –Bosch	-	-	-	1	1	-	
Lupa; triocular; com sistema de vídeo e câmera; cabeça: tinocular;	inclinada 45°; giro 360° aumento: 10 – 40x (160x opcional) ocular: wf 10x /campo amplo (20x opcional) objetiva: 1 – 4x zoom (controle bilateral)	-	-	-	10	5	-	

	<p>focalização: macrométrica com tensor imagem: direta Tridimensional iluminador: transmitida halogênio 12v/10w e incidente dicrónica 12v/10w Com controle de luminosidade; chave t/i/ti; platina: ø 95mm (01 preta/branca e vidro) ajuste interpupilar : 55 -75 mm ajuste de dipropia: ± 5 mm dioptrias dupla distância de trabalho: 82mm alimentação: 110v ou 220v (bivolt) embalagem: isopor; papelão e capa plástica acessórios opcionais: ocular 5x e 20x; ocular de 10x com retículo tipo Régua; lente auxiliar de 0,5x e 2x; iluminador incidente circular Fluorescente; braço universal; iluminador incidente de fibra óptica; Cabeça binocular (xtb-2b); sistema de vídeo (xtb-2tc) e sistema Fotográfico (xtb-2tf); iluminação fria de alto brilho (para embriões) peso: 5 kg (líquido) 5,5 (bruto) medida: 33x20x40 cm</p>							
Agitador Jar Test Modelo 218	<ul style="list-style-type: none"> • Gabinete de chapa de aço carbono SAE 1020 com tratamento anticorrosivo e acabamento com pintura eletrostática a pó; • Velocidade de Rotação de até 600 rpm; • Gradiente de velocidade entre 10 e 2.000 s-1; • Hastes em aço inox AISI 304 removíveis que podem ser facilmente retiradas durante a agitação, permitem variar o tempo de floculação para um mesmo gradiente de velocidade; • Jarros de acrílico incolor com capacidade de 2000 ml; • Iluminação na parte inferior do equipamento iluminando os jarros; • Tacômetro/controlador de rotação microprocessado com indicação digital e 4 programas de 12 segmentos de rampa e patamares; • Aplicação simultânea de coagulante e polímero em 	-	-	-	1	-	-	

	todos os jarros; Dispositivo para coleta simultânea de amostras de água decantada, para diferentes velocidades de sedimentação; • Dispositivo centralizador de jarros; • Tensão 110v ou 220v – 50/60Hz. Modelo Quantidade de Jarros Medidas Externas (mm) L P A 218/1* 06 1200 510 540 218/LDB03 03 740 510 540 218/LDB06 06 1200 510 540							
Máquina fotográfica digital 10 mega pixel		-	-	-	1	-	-	
Extintor de incêndio	tipo pó químico seco 6kg	-	-	-	1	-	-	

LABORATÓRIO DE QUÍMICA							
Equipamento/ Mobiliário	Especificação	Situação Atual	Situação Prevista	Total previsto			
		Qtde.	2010	2011	2012	2013	2014
EQ301 – UNIDADE MESTRA DE QUÍMICA PARA O ENSINO COM SENSORES, INTERFACE E SOFTWARE		1	-	-	-	-	-
	Estante para 24 Tubos de ensaio Revestidas em PVC.	-	-	-	4	4	4
Alcoômetro Gay Lussac e Cartier	Alcoômetro Gay Lussac e Cartier 0/100%/0-45% div.1;Indicado para medir teor alcoólico. Instrumento conforme GAY LUSSAC e CARTIER. Escala: 0/100 - 10/45; Divisão: 0,1°GL / 0,5° CARTIER; Comprimento: 300mm; Temperatura: 20°C; Enchimento: Mercúrio (Hg)	-	-	-	2	1	1
Agitador Magnético	Agitador Magnético ultrafino livre de faíscas, Quimicamente resistente a materiais abrasivos, à prova de respingo, Direção de agitação reversível automática a cada 30 segundos garantindo uma melhor mistura. Volume máximo de agitação: 900 ml. Faixa de velocidade: 15 - 1500 rpm. Dimensões: 114 x 12 x 161 mm. Potência: 3 W. - Voltagem: 110-220V / 50-60 HZ	1	-	-	1	1	1
Agitadores magnéticos com aquecimento	Agitadores magnéticos com aquecimento , com display digital para temperatura. Capacidade de 5 litros (água).Placa em vidro-cerâmica, Faixa de temperatura: 50 a 550°C, Faixa de velocidade: 100 - 1500 rpm, Dimensões da chapa: 120 x 120 mm, Dimensões geral: 150 x 260 x 105 mm, Dimensões geral: 150 x 260 x 105 mm, Voltagem: 110V ou 220V.	-	-	-	1	1	1

Balança Analítica	<p>Balança Analítica Série AW, Modelo: AW220; Capacidade 220g e precisão 0,0001g, Auto calibração: por teclado, por timer, por variação da temperatura; Função Clock-Cal: Calibração automática em horários pré-programados pelo usuário; Controle totalmente digital: A balança automaticamente escolhe o melhor modo de medição considerando-se a carga, vibração e outras condições ambientais. Calibração totalmente automática – PSC; Relógio interno: Com uma impressora opcional, relatórios de calibração com data e horário podem ser gerados atendendo as especificações das normas GLP/GMP/ISO9000. Peso de calibração com auto-carregamento: Oferece a opção de calibração automática e dispensa a guarda de pesos. Anti-vibração: Flutuações no display causadas por vibrações são minimizadas. Aplicações em joalheria e pesagem de ouro: Quilate e outras unidades são oferecidas originalmente. Função contagem de peças: A função contagem de peças é instalada originalmente. Conversão de unidades: Os valores de pesagens podem ser apresentados em várias unidades. Pronta para medições de gravidade específica: O software para medições de gravidade específica é instalado originalmente. O kit de medição de gravidade específica é oferecido como item opcional.</p> <p>Corpo compacto com espaçosa câmara de pesagem: As amostras podem ser mantidas e pesadas facilmente, independente das formas. Espaço extra na câmara permite que as amostras sejam mantidas para acomodação da temperatura antes das pesagens. O acesso à câmara é fácil em qualquer direção. Ajuste de nível simplificado: Medidor de nível instalado em local de fácil leitura. Ajuste de nível, uma operação importante realizada facilmente. Função Windows™ Direct: A balança se comunica diretamente com os aplicativos do Windows™. Não é necessário nenhum software especial para interfacear com planilhas eletrônicas, banco de dados, processadores de texto e software de laboratório. A função Windows™ Direct trabalha com Windows™ 95, 98, NT4.0 e superior. Especificações Técnicas: Modelo: AW220; Capacidade: 220g; Leitura Mínima: 0,1 mg Diâm.; Prato: 80 mm; Peso de calibração interno com auto carregamento: Sim;</p> <p>Modos de Calibração: PSC, Clock-CAL, Por teclado com peso interno ou externo; Windows™ Direct: Sim.</p>	1	-	-	1	-	1
-------------------	---	---	---	---	---	---	---

Banho Maria	Banho Maria HBR4 Digital; cilíndrico com controle digital e alta precisão de temperatura. Ideal para trabalhos em laboratórios, proteção contra queimaduras graças ao revestimento duplo e alças de transporte. Potência de aquecimento: 1000 W; Faixa de temperatura: ambiente a 200 °C; Precisão de ajuste: ± 1 °C; Volume: 4 litros; Material: aço inox	-	-	-	1	-	1
Bico de Bunsen,	Bico de Bunsen, com registro para gás e regulador de entrada de ar, base em aço inox; altura total aproximada 140 mm, tubo em latão polido.	1	-	-	2	2	-
Estufa de Secagem	Estufa de Secagem Microprocessada 40L; Indicador para secagem; Capacidade: 40L; Display: digital; Resolução: ± 1 °C; Sensor de temperatura: tipo J conforme norma ASTM E 230; Faixa de temperatura: 200°C (regulável); Acompanha: 1 prateleira; Controlador: timer, set point e PID com auto-tuning; Construção interna: chapa de aço inox AISI 430, porta com sistema magnético e vedação com perfil de silicone.; Medidas internas: 35x34x35cm; Medidas externas: 58x46x46cm; Temperatura máxima: 200°C; Voltagem: Bivolt.	-	-	-	1	-	-
Refrigerador	Refrigerador Clean Frost Free 352 litros BRM39; branco.	-	-	-	1	-	-
pHmetro digital	pHmetro digital, Medidor pH de Bancada PG 2000; Instrumento para uso em laboratórios. Preciso, rápido, compacto e de fácil utilização. Possui display LCD alfanumérico de 2 linhas x 16 caracteres que permite uma fácil leitura. Textos em português e de forma interativa, auxiliam o usuário a operar o instrumento sem consultar o manual de instruções. Em poucos passos e de forma intuitiva é possível calibrar o instrumento em menos de 3 minutos. Combina a possibilidade de medição de pH, ORP (potencial de oxi-redução) e temperatura da amostra. Nova Função “Cheque de Eletrodo” (Efetua 4 verificações no eletrodo definindo a qualidade do mesmo: Offset, Tempo de Resposta, Sensibilidade (Slope) e Deriva (Drift). Executa a compensação automática da leitura em função da variação da temperatura da amostra, na faixa de 0 a 100 °C. Exclusiva função Set-Point, que permite ajustar um ponto ou uma faixa onde irá soar um beep, indicando que a so-	-	-	-	2	2	1

	<p>lução está com pH correto ou fora da especificação. Possibilidade de selecionar o jogo de soluções tampões utilizado para calibrar o instrumento, que podem ser pH 4,01 / 7,01 e 10,01 ou 4,01 / 6,86 e 9,18. Dispõe de Saída Serial tipo RS232C, que permite ligar o instrumento a um computador ou impressora, possibilitando registrar as medidas com maior confiabilidade e em tempo real. O PG-2000 pode ser usado em uma enorme variedade de aplicações tais como: controle de qualidade de soluções, formulação, processamento de alimentos, efluentes, bebidas, estudos científicos e outros.</p> <p>Especificações: Faixa de pH: - 2,00 a 20,00 pH; Resolução pH: 0,01 / 0,001 pH; Precisão pH: $\pm 0,02$ pH;</p> <p>Temperatura: Faixa: 0,0 a 100,0°C; Resolução: 0,1°C; Precisão: $\pm 0,2$°C</p> <p>mV: Faixa mV: - 1999,0 a 1999,0 mV; Resolução: 0,1 mV; Precisão: $\pm 0,2$ mV;</p> <p>Calibração feita com no mínimo 2 valores de referência</p>						
Manta Aquecedora	Manta Aquecedora 1000mL com Regulador de Temperatura; Capacidade: 1000mL; Potencia: 330W; Diâmetro do balão: 13,1 cm; Temperatura máxima: 300°C; Regulador de temperatura; Lâmpada piloto; Revestimento interno: tecido de fibra de vidro Revestimento externo: epóxi; Voltagem: 110V e 230V; Alimentação: externa; Dimensão total: 20,4Ø x 16,0A cm	-	-	-	1	-	1
Densímetro	Densímetro para Massa Específica; 0,600/0,700. Div. 0,001.	1	-	-	1	-	1
Densímetro	Densímetro para Massa Específica; 0,700/0,800. Div. 0,001.	1	-	-	1	-	1
Densímetro	Densímetro para Massa Específica; 0,700/1,000. Div. 0,003.	1	-	-	1	-	1
Densímetro	Densímetro para Massa Específica; 0,800/1,000. Div. 0,002.	1	-	-	1	-	1
Densímetro	Densímetro para Massa Específica; 0,900/1,000. Div. 0,001.	-	-	-	1	-	1
Densímetro	Densímetro para Massa Específica; 1,000/1,100. Div. 0,001.	-	-	-	1	-	1
Densímetro	Densímetro para Massa Específica; 1,000/1,500. Div. 0,005.	-	-	-	1	-	1
Densímetro	Densímetro para Massa Específica; 1,000/2,000. Div. 0,01.	-	-	-	1	-	1
Densímetro	Densímetro para Massa Específica; 1,200/1,300. Div. 0,001.	-	-	-	1	-	1

Densímetro	Densímetro para Massa Específica; 1,200/1,400. Div. 0,001.	-	-	-	1	-	1
Densímetro	Densímetro para Massa Específica; 1,400/1,500. Div. 0,001.	-	-	-	1	-	1
Densímetro	Densímetro para Massa Específica; 1,400/1,600. Div. 0,002.	-	-	-	1	-	1
Densímetro	Densímetro para Massa Específica; 1,500/1,600. Div. 0,001.	-	-	-	1	-	1
Densímetro	Densímetro para Massa Específica; 0,800/0,900. Div. 0,001.	-	-	-	1	-	1
Densímetro	Densímetro para Massa Específica; 1,600/1,800. Div. 0,002.	-	-	-	1	-	1
Viscosímetro	Viscosímetro de CANNON-FENSKE para líquidos opaco - n° 25	-	-	-	1	-	1
Viscosímetro	Viscosímetro de CANNON-FENSKE para líquidos opaco - n° 50	-	-	-	1	-	1
Viscosímetro	Viscosímetro de CANNON-FENSKE para líquidos opaco - n° 75	-	-	-	1	-	1
Viscosímetro	Viscosímetro de CANNON-FENSKE para líquidos opaco - n° 100	-	-	-	1	-	1
Viscosímetro	Viscosímetro de CANNON-FENSKE para líquidos opaco - n° 150	-	-	-	1	-	1
Viscosímetro	Viscosímetro de CANNON-FENSKE para líquidos opaco - n° 200	-	-	-	1	-	1
Viscosímetro	Viscosímetro de OSTWALD-FENSKE para líquidos transparente - n° 25	-	-	-	1	-	1
Viscosímetro	Viscosímetro de OSTWALD-FENSKE para líquidos transparente - n° 50	-	-	-	1	-	1
Viscosímetro	Viscosímetro de OSTWALD-FENSKE para líquidos transparente - n° 75	-	-	-	1	-	1
Viscosímetro	Viscosímetro de OSTWALD-FENSKE para líquidos transparente - n° 100	-	-	-	1	-	1
Viscosímetro	Viscosímetro de OSTWALD-FENSKE para líquidos transparente - n° 150	-	-	-	1	-	1
Viscosímetro	Viscosímetro de OSTWALD-FENSKE para líquidos transparente - n° 200	-	-	-	1	-	1
Balão para destilação de CLAI-SEN	Balão para destilação de CLAISEN, em vidro borosilicato, em peça única, capacidade de 500 mL.	4	-	-	2	1	2
Balão para destilação de CLAI-SEN	Balão para destilação de CLAISEN, em vidro borosilicato, em peça única, capacidade de 1000 mL.	-	-	-	2	1	2
Balão com fundo chato	Balão com fundo chato, com junta esférica esmerilhada, em vidro borosilicato,	-	-	-	4	6	6

	fundo chato, capacidade: 250 mL e junta esférica 28/15.						
Balão com fundo chato	Balão com fundo chato, com junta esférica esmerilhada, em vidro borosilicato, fundo chato, capacidade: 500 mL e junta esférica 40/25.	-	-	-	4	6	6
Balão com fundo chato	Balão com fundo chato, com junta esférica esmerilhada, em vidro borosilicato, fundo chato, capacidade: 1000 mL, junta esférica e 18/9.	-	-	-	4	6	6
Balão com fundo redondo	Balão com fundo redondo, com junta esférica esmerilhada, em vidro borosilicato, fundo chato, capacidade: 250 mL e junta esférica 28/15.	4	-	-	4	6	6
Balão com fundo redondo	Balão com fundo redondo, com junta esférica esmerilhada, em vidro borosilicato, fundo chato, capacidade: 500 mL e junta esférica 40/25.	-	-	-	4	6	6
Balão com fundo redondo	Balão com fundo redondo, com junta esférica esmerilhada, em vidro borosilicato, fundo chato, capacidade: 1000 mL, junta esférica e 18/9.	-	-	-	4	6	6
Balão com fundo redondo	Balão com fundo redondo, em vidro borosilicato, com três bocas paralelas, esmerilhadas e com juntas cônicas, capacidade de 250 mL e junta cônica esmerilhada 40/50.	-	-	-	4	6	6
Balão com fundo redondo	Balão com fundo redondo, em vidro borosilicato, com três bocas paralelas, esmerilhadas e com juntas cônicas, capacidade de 500 mL e junta cônica esmerilhada 55/50.	-	-	-	4	6	6
Cadinho de GOOCH	Cadinho de GOOCH, com placa filtrante de vidro sinterizado, porosidade Grossa – 160 a 250 μ m, capacidade de 15 mL e diâmetro da placa de 20 mm.	-	-	-	4	2	2
Cadinho de GOOCH	Cadinho de GOOCH, com placa filtrante de vidro sinterizado, porosidade Grossa média – 100 a 160 μ m, capacidade de 30 mL e diâmetro da placa de 30 mm.	-	-	-	4	2	2
Cadinho de GOOCH	Cadinho de GOOCH, com placa filtrante de vidro sinterizado, porosidade Média 40 a 100 μ m, capacidade de 30 mL e diâmetro da placa de 30 mm.	-	-	-	4	2	2
Cadinho de GOOCH	Cadinho de GOOCH, com placa filtrante de vidro sinterizado, porosidade Média fina – 16 a 40 μ m, capacidade de 50 mL e diâmetro da placa de 40 mm.	-	-	-	4	2	2
Cabeça de destilação de CLAISEN	Cabeça de destilação de CLAISEN, com condensador de WEST e juntas cônicas 24/40, em vidro borosilicato, com tubo conectante com junta cônica 10/30	-	-	-	2	2	2

	para termômetro e Condensador de West de 500 mm.						
Coluna de VIGREAU	Coluna de VIGREAU em vidro borosilicato, para destilação, com juntas cônicas esmerilhadas 24/40, altura total 470 mm.	-	-	-	2	2	2
Coluna de VIGREAU	Coluna de VIGREAU em vidro borosilicato, para destilação, com juntas cônicas esmerilhadas 24/40, altura total 670 mm.	-	-	-	2	2	2
Manômetro para pressão arterial	Manômetro para pressão arterial, tipo cachimbo, graduado, 300mm.	-	-		4	2	2
Pesa-filtro	Pesa-filtro em vidro, forma alta, com tampa esmerilhada, capacidade aproximada 30 mL, Ø interno aproximado do corpo 25 mm, Altura total aproximada do corpo, fora esmerilhado 50 mm.	-	-	-	1	1	-
Pesa-filtro	Pesa-filtro em vidro, forma alta, com tampa esmerilhada, capacidade aproximada 55 mL, Ø interno aproximado do corpo 40 mm, Altura total aproximada do corpo, fora esmerilhado 50 mm.	-	-	-	1	1	-
Pesa-filtro	Pesa-filtro em vidro, forma alta, com tampa esmerilhada, capacidade aproximada 120 mL, Ø interno aproximado do corpo 40 mm, Altura total aproximada do corpo, fora esmerilhado 70 mm.	-	-	-	1	1	-
Pesa-filtro	Pesa-filtro em vidro, forma média, com tampa esmerilhada, capacidade aproximada 45 mL, Ø interno aproximado do corpo 40 mm, Altura total aproximada do corpo, fora esmerilhado 40 mm.	-	-	-	1	1	-
Pesa-filtro	Pesa-filtro em vidro, forma média, com tampa esmerilhada, capacidade aproximada 100 mL, Ø interno aproximado do corpo 60 mm, Altura total aproximada do corpo, fora esmerilhado 60 mm.	-	-	-	1	1	-
Pesa-filtro	Pesa-filtro em vidro, forma baixa, com tampa esmerilhada, capacidade aproximada 30 mL, Ø interno aproximado do corpo 40 mm, Altura total aproximada do corpo, fora esmerilhado 30 mm.	-	-	-	1	1	-
Pesa-filtro	Pesa-filtro em vidro, forma baixa, com tampa esmerilhada, capacidade aproximada 50 mL, Ø interno aproximado do corpo 50 mm, Altura total aproximada do corpo, fora esmerilhado 30 mm.	-	-	-	1	1	-

Pesa-filtro	Pesa-filtro em vidro, forma baixa, com tampa esmerilhada, capacidade aproximada 70 mL, Ø interno aproximado do corpo 50 mm, Altura total aproximada do corpo, fora esmerilhado 40 mm.	-	-	-	1	1	-
Placa de PETRI	Placa de PETRI em vidro borosilicato, tampa e fundo, superfícies planas e transparência perfeita, Ø externo 60 mm, altura 12 mm.	-	-	-	2	4	4
Placa de PETRI	Placa de PETRI em vidro borosilicato, tampa e fundo, superfícies planas e transparência perfeita, Ø externo 80 mm, altura 15 mm.	-	-	-	2	4	4
Placa de PETRI	Placa de PETRI em vidro borosilicato, tampa e fundo, superfícies planas e transparência perfeita, Ø externo 100 mm, altura 15 mm.	-	-	-	2	4	4
Placa de PETRI	Placa de PETRI em vidro borosilicato, tampa e fundo, superfícies planas e transparência perfeita, Ø externo 100 mm, altura 20 mm.	-	-	-	2	4	4
Placa de PETRI	Placa de PETRI em vidro borosilicato, tampa e fundo, superfícies planas e transparência perfeita, Ø externo 150 mm, altura 25 mm.	-	-	-	2	4	4
Porta-algodão	Porta-algodão, com tampa de vidro, forma alta, capacidade aproximada de 1.000 ml	-	-	-	1	-	1
Rolhas cônicas esmerilhadas	Rolhas cônicas esmerilhadas, intercambiáveis, universais, de vidro oco, sem cabeça sextavada ou vertical achatada elíptica.24/40	-	-	-	20	20	10
Tubo adaptador	Tubo adaptador, ângulo 105°, com junta cônica fêmea esmerilhada intercambiável 24/40.	-	-	-	2	4	4
Tubo adaptador	Tubo adaptador, ângulo 105°, para destilação, com saída para tomada de vácuo e juntas cônicas esmerilhadas intercambiáveis, padrão junta fêmea superior 19/38, padrão junta macho inferior 19/38, Altura total aproximada 170 mm.	-	-	-	2	4	4
Tubo adaptador	Tubo adaptador, ângulo 105°, para destilação, com saída para tomada de vácuo e juntas cônicas esmerilhadas intercambiáveis, padrão junta fêmea superior 24/40, padrão junta macho inferior 24/40, Altura total aproximada 180 mm.	-	-	-	2	4	4
Tubo adaptador	Tubo adaptador, ângulo 105°, para destilação, com saída para tomada de vácuo e juntas cônicas esmerilhadas intercambiáveis, padrão junta fêmea superior	-	-	-	2	4	4

	29/42, padrão junta macho inferior 29/42, Altura total aproximada 190 mm.						
Tubo conectante	Tubo conectante, ângulo 75°, com duas juntas cônicas esmerilhadas intercambiáveis, padrão juntas macho, 19/38.	-	-	-	1	4	4
Tubo conectante	Tubo conectante, ângulo 75°, com duas juntas cônicas esmerilhadas intercambiáveis, padrão juntas macho, 24/20.	-	-	-	1	4	4
Tubo conectante	Tubo conectante, ângulo 75°, com duas juntas cônicas esmerilhadas intercambiáveis, padrão juntas macho, 29/42.	-	-	-	1	4	4
Tubo conectante	Tubo conectante de 3 vias, ângulo 75°, com juntas cônicas esmerilhadas intercambiáveis iguais, padrão juntas 19/38, altura total aproximada 150 mm.	-	-	-	1	4	4
Tubo conectante	Tubo conectante de 3 vias, ângulo 75°, com juntas cônicas esmerilhadas intercambiáveis iguais, padrão juntas 24/40, Altura total aproximada 160 mm	-	-	-	1	4	4
Tubo conectante	Tubo conectante de 3 vias, ângulo 75°, com juntas cônicas esmerilhadas intercambiáveis iguais, padrão juntas 29/42, Altura total aproximada 170 mm	-	-	-	1	4	4
Tubo conectante	Tubo conectante de 3 vias, sendo duas paralelas, com juntas cônicas esmerilhadas intercambiáveis iguais, padrão juntas 19/38, Altura total aproximada 160 mm.	-	-	-	1	4	4
Tubo conectante	Tubo conectante de 3 vias, sendo duas paralelas, com juntas cônicas esmerilhadas intercambiáveis iguais, padrão juntas 24/40, Altura total aproximada 165 mm.	-	-	-	1	4	4
Tubo conectante	Tubo conectante de 3 vias, sendo duas paralelas, com juntas cônicas esmerilhadas intercambiáveis iguais, padrão juntas 29/42, Altura total aproximada 170 mm.	-	-	-	1	2	2
Tubo conectante	Tubo conectante, tipo cabeça de destilação , com 3 vias, ângulo 75°, com juntas cônicas esmerilhadas intercambiáveis, padrão juntas 19/38, altura total aproximada 220 mm, padrão junta fêmea superior para termômetro	-	-	-	1	2	2
Tubo conectante	Tubo conectante, tipo cabeça de destilação , com 3 vias, ângulo 75°, com juntas cônicas esmerilhadas intercambiáveis, padrão juntas 24/40, altura total aproxi-	-	-	-	1	2	2

	mada 220 mm, padrão junta fêmea superior para termômetro						
Tubo conectante	Tubo conectante, tipo cabeça de destilação , com 3 vias, ângulo 75°, com juntas cônicas esmerilhadas intercambiáveis, padrão juntas 29/42, altura total aproximada 220 mm, padrão junta fêmea superior para termômetro	-	-	-	1	2	2
Tubo conectante	Tubo conectante em vidro reto com olivas nas extremidades, para tubos de borracha; Ø externo do tubo 10 mm, Comprimento aproximado de cada haste 60 mm	-	-	-	1	2	2
Tubo conectante	Tubo conectante em vidro “L” com olivas nas extremidades, para tubos de borracha, Ø externo do tubo 10 mm, Comprimento aproximado de cada haste 60 mm	-	-	-	1	2	2
Tubo conectante	Tubo conectante em vidro em “T” com olivas nas extremidades, para tubos de borracha, Ø externo do tubo 10 mm, Comprimento aproximado de cada haste, mm	-	-	-	1	2	2
Tubo conectante	Tubo conectante em vidro em “Y” com olivas nas extremidades, para tubos de borracha, Ø externo do tubo 10 mm, Comprimento aproximado de cada haste 60 mm	-	-	-	1	2	2
Tubo conectante	Tubo conectante em vidro em “U” com olivas nas extremidades, para tubos de borracha, Ø externo do tubo 10 mm, Comprimento aproximado de cada haste, 60 mm	-	-	-	1	2	2
Tubo conectante	Tubo conectante em vidro reto com olivas nas extremidades, para tubos de borracha; Ø externo do tubo 15 mm, Comprimento aproximado de cada haste 80 mm	-	-	-	1	2	2
Tubo conectante	Tubo conectante em vidro “L” com olivas nas extremidades, para tubos de borracha, Ø externo do tubo 50 mm, Comprimento aproximado de cada haste 80 mm	-	-	-	1	2	2
Tubo conectante	Tubo conectante em vidro em “T” com olivas nas extremidades, para tubos de borracha, Ø externo do tubo 15 mm, Comprimento aproximado de cada haste 80 mm	-	-	-	1	2	2

Tubo conectante	Tubo conectante em vidro em “Y” com olivas nas extremidades, para tubos de borracha, Ø externo do tubo 15 mm, Comprimento aproximado de cada haste 80 mm	-	-	-	1	2	2
Tubo conectante	Tubo conectante em vidro em “U” com olivas nas extremidades, para tubos de borracha, Ø externo do tubo 15 mm, Comprimento aproximado de cada haste, 80 mm	-	-	-	1	2	2
Tubo para centrifugação	Tubo para centrifugação, com rolha esmerilhada de vidro ou polietileno, cônico, capacidade 10 mL, Ø externo aproximado 15,5 mm, altura total aproximada 128 mm, rolha N° 13.	-	-	-	12	20	20
Tubo para centrifugação	Tubo para centrifugação, com rolha esmerilhada de vidro ou polietileno, cônico, capacidade 15 ml, Ø externo aproximado 16,5 mm, altura total aproximada 135 mm, rolha N° 13.	-	-	-	12	20	20
Tubo para centrifugação	Tubo para centrifugação, com rolha esmerilhada de vidro ou polietileno, cônico, capacidade 25 mL, Ø externo aproximado 24,5 mm, altura total aproximada 135 mm, rolha N° 13.	-	-	-	12	20	20
Tubo para centrifugação	Tubo para centrifugação, com rolha esmerilhada de vidro ou polietileno, cônico, capacidade 50 mL, Ø externo aproximado 29 mm, altura total aproximada 145 mm, rolha N° 19.	-	-	-	12	20	20
Tubo de NESSLER	Tubo de NESSLER, forma alto, com 1 ou 2 traços, graduação permanente, “Classe A”, calibrado a 20°C, capacidade 50 mL, Ø externo aproximado 20 mm, altura total 300 mm,	-	-	-	4	6	6
Tubo de NESSLER	Tubo de NESSLER, forma alto, com 1 ou 2 traços, graduação permanente, “Classe A”, calibrado a 20°C, capacidade 100 mL, Ø externo aproximado 24mm, altura total 375 mm,	-	-	-	4	6	6
Balão para destilação fracionada	Balão para destilação fracionada com fundo redondo e saída lateral em vidro borosilicato, capacidade 250 mL.	-	-	-	2	4	4
Balão para destilação fracionada	Balão para destilação fracionada com fundo redondo e saída lateral em vidro borosilicato, capacidade 500 mL.	-	-	-	2	4	4

Balão para destilação fracionada	Balão para destilação fracionada com fundo redondo e saída lateral em vidro borosilicato, capacidade 1000 mL.	-	-	-	1	4	4
Balão em vidro	Balão em vidro borosilicato, com fundo chato, gargalo curto, com junta cônica esmerilhada, capacidade 25 mL, junta cônica 14/35.	-	-	-	2	4	4
Balão em vidro	Balão em vidro borosilicato, com fundo chato, gargalo curto, com junta cônica esmerilhada, capacidade 50 mL, junta cônica 19/38.	-	-	-	2	4	4
Balão em vidro	Balão em vidro borosilicato, com fundo chato, gargalo curto, com junta cônica esmerilhada, capacidade 125 mL, junta cônica 29/42.	-	-	-	2	4	4
Balão em vidro	Balão em vidro borosilicato, com fundo chato, gargalo curto, com junta cônica esmerilhada, capacidade 250 mL, junta cônica 24/40	-	-	-	2	4	4
Balão em vidro	Balão em vidro borosilicato, com fundo chato, gargalo curto, com junta cônica esmerilhada, capacidade 500 mL, junta cônica 24/40.	-	-	-	2	4	4
Balão em vidro	Balão em vidro borosilicato, com fundo chato, gargalo curto, com junta cônica esmerilhada, capacidade 1000 mL, junta cônica 24/40.	-	-	-	2	2	2
Balão em vidro	Balão em vidro borosilicato com fundo redondo, gargalo longo, com junta cônica esmerilhada, capacidade 25 mL, junta cônica 14/35.	-	-	-	2	2	2
Balão em vidro	Balão em vidro borosilicato com fundo redondo, gargalo longo, com junta cônica esmerilhada, capacidade 50 mL, junta cônica 19/38.	-	-	-	2	4	4
Balão em vidro	Balão em vidro borosilicato com fundo redondo, gargalo longo, com junta cônica esmerilhada, capacidade 125 mL, junta cônica 29/42.	-	-	-	2	4	4
Balão em vidro	Balão em vidro borosilicato com fundo redondo, gargalo longo, com junta cônica esmerilhada, capacidade 250 mL, junta cônica 24/40.	-	-	-	2	2	2
Balão em vidro	Balão em vidro borosilicato com fundo redondo, gargalo longo, com junta cônica esmerilhada, capacidade 500 mL, junta cônica 24/40.	-	-	-	2	2	2
Balão em vidro	Balão em vidro borosilicato com fundo redondo, gargalo longo, com junta cônica esmerilhada, capacidade 1000 mL, junta cônica 24/40.	-	-	-	2	2	2

Balão volumétrico	Balão volumétrico de “Classe A” em vidro borosilicato, com rolha de polietileno intercambiável, capacidade 50 mL.	-	-	-	2	2	2
Balão volumétrico	Balão volumétrico de “Classe A” em vidro borosilicato, com rolha de polietileno intercambiável, capacidade 100 mL.	-	-	-	2	2	2
Balão volumétrico	Balão volumétrico de “Classe A” em vidro borosilicato, com rolha de polietileno intercambiável, capacidade 250 mL.	-	-	-	2	2	2
Balão volumétrico	Balão volumétrico de “Classe A” em vidro borosilicato, com rolha de polietileno intercambiável, capacidade 500 mL.	-	-	-	2	2	2
Balão volumétrico	Balão volumétrico de “Classe A” em vidro borosilicato, com rolha de polietileno intercambiável, capacidade 1000 mL.	-	-	-	2	2	2
Bureta Graduada	Bureta Graduada, “Classe A”, com torneira de teflon, capacidade 25 ml, subdivisão 1/10 ml.	-	-	-	4	4	4
Bureta Graduada	Bureta Graduada, “Classe A”, com torneira de teflon, capacidade 50 ml, subdivisão 1/10 ml.	-	-	-	4	4	4
Condensador de LIEBIG	Condensador de LIEBIG, tipo liso, com duas juntas macho e fêmea, comprimento útil 300 mm (camisa), comprimento total 450 mm.	-	-	-	4	4	4
Condensador de LIEBIG	Condensador de LIEBIG, tipo liso, com duas juntas macho e fêmea, comprimento útil 400 mm (camisa), comprimento total 550 mm.	-	-	-	4	4	4
Condensador de ALLIHN	Condensador de ALLIHN, tipo bola, com duas juntas macho e fêmea, comprimento útil 300 mm (camisa), comprimento total 450 mm.	-	-	-	4	4	4
Condensador de ALLIHN	Condensador de ALLIHN, tipo bola, com duas juntas macho e fêmea, comprimento útil 400 mm (camisa), comprimento total 550 mm.	-	-	-	4	4	4
Condensador de GRAHAM	Condensador de GRAHAM, tipo serpentina, tipo bola, com duas juntas macho e fêmea, comprimento útil 300 mm (camisa), comprimento total 450 mm.	-	-	-	4	4	4
Condensador de GRAHAM	Condensador de GRAHAM, tipo serpentina, tipo bola, com duas juntas macho e fêmea, comprimento útil 400 mm (camisa), comprimento total 550 mm.	-	-	-	4	4	4

Condensador de FRIEDRICHS	Condensador de FRIEDRICHS, com tubo interno em espiral, com uma junta macho inferior, comprimento 350 mm, junta cônica 24/40.	-	-	-	4	4	4
Cone de sedimentação de IMHOFF	Cone de sedimentação de IMHOFF, 1.000 ml, graduado, Ø superior 105 mm, altura total 454 mm, capacidade 500 mL.	-	-	-	2	2	2
Cone de sedimentação de IMHOFF	Cone de sedimentação de IMHOFF, 1.000 ml, graduado, Ø superior 105 mm, altura total 454 mm, capacidade 1000 mL.	-	-	-	2	2	2
Copo de GRIFFIN	Copo de GRIFFIN em vidro borosilicato, forma baixa graduado, capacidade 50 mL.	-	-	-	2	4	4
Copo de GRIFFIN	Copo de GRIFFIN em vidro borosilicato, forma baixa graduado, capacidade 100 mL.	-	-	-	2	4	4
Copo de GRIFFIN	Copo de GRIFFIN em vidro borosilicato, forma baixa graduado, capacidade 150 mL.	-	-	-	2	4	4
Copo de GRIFFIN	Copo de GRIFFIN em vidro borosilicato, forma baixa graduado, capacidade 250 mL.	-	-	-	2	4	4
Copo de GRIFFIN	Copo de GRIFFIN em vidro borosilicato, forma baixa graduado, capacidade 500 mL.	-	-	-	2	4	4
Copo de GRIFFIN	Copo de GRIFFIN em vidro borosilicato, forma baixa graduado, capacidade 1000 mL.	-	-	-	2	4	4
Copo de GRIFFIN	Copo de GRIFFIN em vidro borosilicato, forma baixa graduado, capacidade 2000 mL.	-	-	-	2	4	4
Copo de BERZELIUS	Copo de BERZELIUS em vidro borosilicato, forma alta graduado, capacidade 50 mL	-	-	-	4	4	4
Copo de BERZELIUS	Copo de BERZELIUS em vidro borosilicato, forma alta graduado, capacidade 100 mL	-	-	-	4	4	4
Copo de BERZELIUS	Copo de BERZELIUS em vidro borosilicato, forma alta graduado, capacidade 150 mL	-	-	-	4	4	4

Copo de BERZELIUS	Copo de BERZELIUS em vidro borosilicato, forma alta graduado, capacidade 250 mL	-	-	-	4	4	4
Copo de BERZELIUS	Copo de BERZELIUS em vidro borosilicato, forma alta graduado, capacidade 500 mL	-	-	-	4	4	4
Copo de BERZELIUS	Copo de BERZELIUS em vidro borosilicato, forma alta graduado, capacidade 1000 mL	-	-	-	4	4	4
Copo de BERZELIUS	Copo de BERZELIUS em vidro borosilicato, forma alta graduado, capacidade 2000 mL	-	-	-	2	4	4
Extrator de SOXHLET	Extrator de SOXHLET completo (condensador de bolas, extrator Soxhlet e balão de fundo chato) com juntas cônicas esmerilhadas, capacidade do balão 250 ml, altura total aproximada 655 mm.	-	-	-	2	2	2
Extrator de SOXHLET	Extrator de SOXHLET completo (condensador de bolas, extrator Soxhlet e balão de fundo chato) com juntas cônicas esmerilhadas, capacidade do balão 500 ml, altura total aproximada 755 mm.	-	-	-	2	2	2
Extrator de SOXHLET	Extrator de SOXHLET completo (condensador de bolas, extrator Soxhlet e balão de fundo chato) com juntas cônicas esmerilhadas, capacidade do balão 1000 ml, altura total aproximada 985 mm.	-	-	-	2	2	2
Frasco conta-gotas	Frasco conta-gotas, em vidro incolor, com pipeta de vidro esmerilhada e tetina de borracha, Capacidade 60 mL.	-	-	-	4	4	4
Frasco conta-gotas	Frasco conta-gotas, em vidro âmbar, com pipeta de vidro esmerilhada e tetina de borracha, Capacidade, 125 mL.	-	-	-	4	4	4
Barra magnética	Barra magnética lisa, para agitação; revestida em teflon; cilíndrica; 5 x 15 mm.	-	-	-	12	12	12
Barra magnética	Barra magnética lisa, para agitação; revestida em teflon; cilíndrica; 3 x 6 mm.	-	-	-	12	12	12
Bastão de Vidro	Bastão de Vidro; diâmetro x comprimento: 6 x 300 mm	-	-	-	12	12	12
Erlenmeyer	Erlenmeyer em vidro de borosilicato, Capacidade 50 mL	-	-	-	8	8	8
Erlenmeyer	Erlenmeyer em vidro de borosilicato, Capacidade 125 mL	-	-	-	8	8	8

Erlenmeyer	Erlenmeyer em vidro de borosilicato, Capacidade 250 mL	4	-	-	8	8	8
Erlenmeyer	Erlenmeyer em vidro de borosilicato, Capacidade 500 mL	-	-	-	8	8	8
Erlenmeyer	Erlenmeyer em vidro de borosilicato, Capacidade 1000 mL	-	-	-	8	4	4
Erlenmeyer	Erlenmeyer em vidro de borosilicato, Capacidade 2000 mL	-	-	-	4	4	4
Funil de Buchner	Funil de Buchner em porcelana com placa porosa; Diâmetro 70 mm, capacidade de 100 mL, porosidade média.	-	-	-	2	2	2
Funil de Buchner	Funil de Buchner com placa porosa de vidro borosilicato. Capacidade 50 mL e porosidade média.	-	-	-	2	2	2
Funil de separação	Funil de separação; em vidro de borosilicato; formato de pera; torneira de teflon; Capacidade 125 mL	-	-	-	1	2	2
Funil de separação	Funil de separação; em vidro de borosilicato; formato de pera; torneira de teflon; Capacidade 250 mL	4	-	-	1	2	2
Funil de separação	Funil de separação; em vidro de borosilicato; formato de pera; torneira de teflon; Capacidade 500 mL.	4	-	-	1	2	2
Funil de Vidro raiado	Funil de Vidro raiado; Cônico; em vidro borosilicato; Haste curta; diâmetro 100 mm.	-	-	-	2	2	2
Funil de Vidro raiado	Funil de Vidro raiado; Cônico; em vidro borosilicato; Haste curta; diâmetro 60 mm.	-	-	-	2	2	2
Funil de Vidro raiado	Funil de Vidro raiado; Cônico; em vidro borosilicato; haste longa; diâmetro 150 mm.	-	-	-	2	2	2
Funil de Vidro raiado	Funil de Vidro raiado; Cônico; em vidro borosilicato; haste longa; diâmetro 100 mm.	-	-	-	2	2	2
Funil de Vidro raiado	Funil de Vidro raiado; Cônico; em vidro borosilicato; haste longa; diâmetro 60 mm.	-	-	-	2	2	2
Pipeta Graduada	Pipeta Graduada 1 mL; em vidro borossilicato; esgotamento total; divisão de escala 1/10	-	-	-	2	4	4

Pipeta Graduada	Pipeta Graduada 2 mL; em vidro borossilicato; esgotamento total; divisão de escala 1/10.	-	-	-	2	4	4
Pipeta Graduada	Pipeta Graduada 5 mL; em vidro borossilicato; esgotamento total; divisão de escala 1/10.	-	-	-	2	4	4
Pipeta Graduada	Pipeta Graduada 10 mL; em vidro borossilicato; esgotamento total; divisão de escala 1/10	-	-	-	2	4	4
Pipeta Graduada	Pipeta Graduada 25 mL; em vidro borossilicato; esgotamento total; divisão de escala 1/10	-	-	-	2	4	4
Pipeta Pasteur	Pipeta Pasteur, em vidro neutro, ponta capilar fina e estirada; comprimento 230mm	-	-	-	4	4	4
Pipetador	Pipetador tipo pera em borracha, de três vias.	-	-	-	8	8	8
Pipetador	Pipetador modelo Pip-Pump; com roldana para controle de enchimento ou dispensação da pipeta; fabricado em plástico resistente a ácidos e soluções alcalinas, capacidade 10 mL	-	-	-	4	2	2
Pipetador	Pipetador modelo Pip-Pump; com roldana para controle de enchimento ou dispensação da pipeta; fabricado em plástico resistente a ácidos e soluções alcalinas, capacidade 25 mL	-	-	-	4	2	2
Pisseta/Frasco lavador	Pisseta/Frasco lavador; Frasco fabricado em polietileno (leitoso ou translucido), com graduação, tampa com bico curvo em polipropileno, capacidade 500 mL.	-	-	-	6	4	4
Funil de Buchner	Funil de Buchner em porcelana, capacidade 100 mL.	-	-	-	2	-	2
Funil de Buchner	Funil de Buchner em porcelana, capacidade 250 mL.	-	-	-	2	-	2
Funil de Buchner	Funil de Buchner em porcelana, capacidade 500 mL.	-	-	-	2	-	2
Funil de Buchner	Funil de Buchner em porcelana, capacidade 1000 mL.	-	-	-	2	-	2
Rolhas de borrachas	Rolhas de borrachas tamanhos e diâmetros nº04,	-	-	-	10	10	10
Rolhas de borrachas	Rolhas de borrachas tamanhos e diâmetros nº07	-	-	-	10	10	10

Rolhas de borrachas	Rolhas de borrachas tamanhos e diâmetros nº12	-	-	-	10	10	10
Rolhas de cortiça	Rolhas de cortiça tamanhos pequeno.	-	-	-	40	-	20
Rolhas de cortiça	Rolhas de cortiça tamanhos médio.				40	-	20
Rolhas de cortiça	Rolhas de cortiça tamanhos grande.				40	-	20
Proveta graduada	Proveta graduada; em vidro borosilicato; Capacidade 10 mL; Base sextavada em polietileno; Rolha de teflon; Divisão de escala 1/1.	-	-	-	2	2	2
Proveta graduada	Proveta graduada; em vidro borosilicato; Capacidade 50 mL; Base sextavada em polietileno; Rolha de teflon; Divisão de escala 1/1.	-	-	-	2	2	2
Proveta graduada	Proveta graduada; em vidro de borosilicato; Capacidade 100 mL; Base sextavada em polietileno; Rolha de teflon; Divisão de escala 1/1.	-	-	-	2	2	2
Proveta graduada	Proveta graduada; em vidro de borosilicato; Capacidade 250 mL; Base sextavada em polietileno; Rolha de teflon; Divisão de escala 1/1.	-	-	-	2	2	2
Proveta graduada	Proveta graduada; em vidro de borosilicato; Capacidade 500 mL; Base sextavada em polietileno; Rolha de teflon; Divisão de escala 1/1.	-	-	-	2	2	2
Proveta graduada	Proveta graduada; em vidro de borosilicato; Capacidade 1000 mL; Base sextavada em polietileno; Rolha de teflon; Divisão de escala 1/1.	-	-	-	2	2	2
Suporte/base Universal	Suporte/base Universal completo, 1 base de ferro 120 x 200 mm , 1 haste zinca-da de aproximadamente 700 mm.	-	-	-	2	2	2
Vidro de relógio	Vidro de relógio lapidado; diâmetro de 70 mm.	-	-	-	5	10	10
Vidro de relógio	Vidro de relógio lapidado; diâmetro de 100 mm	-	-	-	5	10	10
Vidro de relógio	Vidro de relógio lapidado; diâmetro de 150 mm	-	-	-	5	10	10
Tenaz de aço	Tenaz de aço, tamanho médio 22cm	-	-	-	2	2	2
Tenaz de aço	Tenaz de aço, tamanho grande 45cm	-	-	-	2	2	2
Termômetro químico	Termômetro químico com bulbo de Hg, escala de -10°C a +150°C	-	-	-	2	2	2
Termômetro químico	Termômetro químico com bulbo de Hg, escala de -10°C a +300°C	-	-	-	2	2	2

Termômetro químico	Termômetro químico com bulbo de Hg, escala de -30°C a +150°C	-	-	-	2	2	2
Termômetro químico	Termômetro químico com bulbo de Hg, escala de -30°C a +300°C	-	-	-	2	2	2
Tripé de ferro	Tripé de ferro, altura mínima de 15 cm	-	-	-	8	-	8
Tela de amianto	Tela de amianto	-	-	-	4	4	4
Pipeta volumétrica	Pipeta volumétrica 1 mL; em vidro borossilicato; esgotamento total.	-	-	-	4	4	4
Pipeta volumétrica	Pipeta volumétrica 2 mL; em vidro borossilicato; esgotamento total.	-	-	-	4	4	4
Pipeta volumétrica	Pipeta volumétrica 3 mL; em vidro borossilicato; esgotamento total.	-	-	-	4	4	4
Pipeta volumétrica	Pipeta volumétrica 5 mL; em vidro borossilicato; esgotamento total.	-	-	-	4	4	4
Pipeta volumétrica	Pipeta volumétrica 10 mL; em vidro borossilicato; esgotamento total.	-	-	-	4	4	4
Pipeta volumétrica	Pipeta volumétrica 25 mL; em vidro borossilicato; esgotamento total.	-	-	-	4	4	4
Pipeta volumétrica	Pipeta volumétrica 50 mL; em vidro borossilicato; esgotamento total.	-	-	-	4	4	4
Micropipeta mecânica	Micropipeta mecânica com volume variável ajustável de 100 a 1000 uL; Precisão em 1000 uL 99,5% e CV 0,2%.	-	-	-	1	-	-
	Controle total de volume por um botão de ajuste, tanto para operações de aspiração quanto para dispensação.						
	Visor com sistema de numeração com leitura em display. Manual de instruções em português, contendo o certificado de calibração RETRO						
Ponteira para micropipeta	Ponteira para micropipeta de 1000 uL. Pacote com 1000 unidades.	-	-	-	2	1	1
Trompa de vácuo	Trompa de vácuo com registro em latão cromado	-	-	-	2	2	2
Cronômetro	Cronômetro, Timer e Relógio com alto sinal de alarme e com até 24 horas de marcação.	-	-	-	2	2	2
Estante para 12 tubos	Estante para 12 tubos Ø 16mm, revestido em PVC.	-	-	-	10	5	5
	Suporte para 6 Micropipetas. Inclinado para acomodar até 6 micropipetas monocanais. Medidas aproximadas: A= 24 x P= 13 x C= 28 cm	-	-	-	5	5	5

Luva	Luva para Altas temperaturas. Luva para manipulação de objetos quentes de autoclave ou fornos; Material macio, maleável e revestido de veludo de excelente proteção a temperaturas de	-	-	-	2	2	2
	até 232°C; Apresentação: Par Tamanho aproximado: 290 x 485 mm						
Triangulo de porcelana	Triangulo de porcelana	-	-	-	10	10	10
Tubos capilares	Tubos capilares em vidro	-	-	-	6	6	6
Kit de modelagem molecular	Kit de modelagem molecular possui no mínimo 100 átomos com peças de ligação fixadas no ângulo correto. As cores dos átomos indicam os elementos e os ângulos de ligação encontram-se marcados nos átomos. O modelo consiste de peças capazes de montar geometrias de octaedros, tetraedros, bipirâmides triangulares, gangorras, etc. Também é capaz de montar geometrais para o estado de carboidratos, alcanos, cicloalcanos, isomeria óptica, moléculas com nitrogênio, fósforo, enxofre, polímeros, dentre outras.	-	-	-	2	2	2
Cadinho	Cadinho de porcelana com tampa, capacidade 20 mL.	-	-	-	6	4	4
Cadinho	Cadinho de porcelana com tampa, capacidade 50 mL.	-	-	-	6	4	4
Capsula	Capsula de porcelana, capacidade 250 mL.	-	-	-	4	4	4
Luva	Luva de Kevlar cano médio	-	-	-	2	2	2
Luva	Luva de PVC - tamanho P, M, G	-	-	-	4	4	4
Luva	Luva de latex para procedimento com 100 und. - tamanho P,M,G	-	-	-	20	20	20
Luva	Luva de viton - tamanho P, M, G	-	-	-	10	10	10
Luva	Luva de nitrila com 50 und. - tamanho P, M, G	-	-	-	10	10	10
Óculos de segurança	Óculos de segurança modelo persona lente de policarbonato com tratamento anti-risco, anti-embaçante, e respingos de líquidos filtro uv 99,9%. óculos de sobrepor.	-	-	-	50	50	50
Óculos de segurança	Óculos de segurança, lente policarbonato; incolor com tratamento anti-risco, anti-embaçante e respingos de líquidos. hastes com regulagem.	-	-	-	24	20	20

Máscara Facial	X-plore® 4700; Máscara Facial a garantia de proteção contra gases , vapores e partículas . seguindo as mais rígidas normas mundiais . conexão de rosca padrão Rd40, em conformidade com a EN 148-1 ou a rosca específica para os filtros X-plore® Rd90 acomodam uma variedade de aplicações com filtros adequados de partículas, gás e de combinação.	-	-	-	5	5	5
Filtro para mascara semi facial	Filtro para mascara semi facial - AB - (vapores orgânicos e gases ácidos) - Com o adaptador de filtro 40/90, eles também podem ser usados em qualquer máscara com uma conexão Rd40, de acordo com a EN 148-1.	-	-	-	5	5	5
Jaleco Branco	Jaleco Branco em 50% algodão e 50% poliéster	-	-	-	2	4	4

ANEXO XXXVI

Biblioteca														
Áreas	Situação Atual	Total previsto												
		Qtde. títulos	Qtde. exemplares	2010		2011		2012		2013		2014		2014 (Acumulado)
				Títulos	Exemp	Títulos								
Informática	36	487	-	-	36	487	40	250	100	600	70	300	243	1637
Saúde Pública	-	-	-	-	-	-	10	50	10	50	15	60	35	160
Ciências Sociais			-	-			16	40	7	49	5	30	28	119
Linguística	10	65	-	-	10	65	15	80	15	60	15	100	55	305
Matemática	3	79	-	-	3	79	12	70	6	30	10	60	31	239
Geografia			-	-			6	30	6	30	10	50	22	110

Matemática – Licenciatura	1	20	-	-	1	20	5	25	4	12	7	49	17	106
Física	-	-	-	-	-	-	6	30	5	25	7	49	18	104
Química	-	-	-	-	-	-	6	30	5	25	7	49	18	104
Biologia	-	-	-	-	-	-	16	68	10	50	10	50	36	168
E OUTROS			-	-	61	765	150	1000	200	1200	210	1100	621	4065

10 - DEMONSTRATIVOS DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

O Instituto Federal do Amapá por ser uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Educação e, como tal, seus recursos Orçamentário é estabelecido anualmente em lei federal (LOA), portanto, a capacidade e sustentabilidade financeira é viabilizada, majoritariamente, por recursos oriundos da fonte da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, no entanto, conta também com fontes de recursos próprios, proveniente, normalmente, de taxas administrativas, tarifas de inscrições em concursos e processo seletivos e aluguéis. Tais recursos são destinados a atender, diversas ações, programas e atividades, estabelecidas anualmente. As despesas do Instituto Federal do Amapá classificam-se em três grupos:

1. Pessoal e encargos Sociais, com despesas de salários, adicionais, gratificações, de servidores, ativos, inativos e pensionistas;
2. Outros Custeios, despesa com a manutenção da instituição e benefícios pagos aos servidores e seus dependentes e alunos;
3. Capital, são os investimentos, aquisição de equipamentos e material permanente.

Para despesas de capital serão investidos o valor médio de R\$2.000,00 (dois mil reais) por aluno matriculado, **considerando os anos de 2009, 2010 e 2011**, nos termos do Acordo de Metas e Compromissos, disponibilizados da seguinte forma:

R\$

Item	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Pessoal	0	4.428.308	7.482.314	11.452.521	11.452.521	11.452.521	11.452.521	11.452.521
Investimentos	0	0	6.000.000	0	0	0	0	0
TOTAL	0	4.428.308	13.482.314	11.452.521	11.452.521	11.452.521	11.452.521	11.452.521